

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

BAIRRO DO ALEIXO
Processos de uma distopia

Ana Jacinta Vieira Reis

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
orientada por Manuel Graça Dias e Ana Silva Fernandes

Porto, 2019

Gosto de falar da vida nas (das) cidades. Da vida que ainda pode ser generosa, complexa, imprevista, caótica, múltipla, e dos diversos obstáculos que a tolhem. (...) A cidade marca-nos e nós marcamos as cidades e devíamos gostar mais delas para que elas gostassem (ainda) mais de nós.

Manuel Graça Dias

Notas prévias

1. A presente dissertação não obedece ao novo acordo ortográfico, por opção da autora. As citações transcritas em português referentes a edições de língua não portuguesa foram livremente traduzidas e/ou transcritas pela autora.

2. A autora procura esclarecer que, neste trabalho, a expressão “*habitação social*” surge com frequência e, ainda que o termo seja habitualmente utilizado para referir habitação de promoção pública direccionada a populações com menores recursos económicos, e por vezes carrega em si um entendimento pejorativo, no âmbito da proposta da autora este termo é entendido de forma mais abrangente, valorizando e promovendo a diversidade. Como refere o arquitecto Siza Vieira: “*A habitação é uma presença constante na cidade e é sempre social*” (in VIEIRA, Siza, *Imaginar a Evidência*, Lisboa: Edições 70, 2000, p.107).

Pretendeu-se valorizar a componente de sociabilidade; de novos potenciais de relação dentro de uma sociedade.

3. Até à data de entrega da presente dissertação, o caso de estudo - Bairro do Aleixo - encontrava-se em processo de transição - o que seria um Bairro habitado, nas suas três torres ainda existentes, entretanto tornou-se num espaço desocupado. Por ordem da Câmara Municipal do Porto, as entradas das torres foram entaipadas. As famílias residentes foram realojadas por bairros dispersos pela cidade do Porto. As torres vão ser desmontadas (diferenciando do método aplicado às duas torres já implodidas, não havendo demolição por motivos financeiros e ambientais), um processo que demorará cerca de seis meses, de acordo com o presidente da Câmara Rui Moreira.

Note-se que o desenvolvimento deste trabalho começou enquanto as três torres ainda continham famílias e vivências quotidianas. E foi segundo essa realidade que o projecto se desenvolveu: considerando as questões habitacionais existentes naquele Bairro e as suas carências.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Manuel Graça Dias, com quem tive o privilégio e prazer de começar este percurso. Que me influenciou e me fez questionar, desde as primeiras aulas de TGOE até à nossa última conversa, sobre inúmeros temas da arquitectura e não só.

À professora Ana Silva Fernandes que, apesar do curto tempo de trabalho juntas, foi essencial para a conclusão desta etapa. Pela sua orientação, paciência e disponibilidade.

Aos meus pais, para mim o maior exemplo de amor, respeito e persistência. Que sempre insistiram para que seguisse os meus sonhos. Sem eles, nada disto seria possível. Obrigada por tudo.

À minha irmã, pelo incansável apoio, mesmo quando não me compreende.

Ao Raul e ao Minas, os meus companheiros do dia-a-dia, que tornam a vida mais leve e bonita.

Ao Fernando, que me introduziu à Ana, e por toda a sua amizade, partilha e energia, e pelas noites de dança.

A todos os meus amigos que me acompanharam e que, de alguma forma, contribuíram para esta etapa da minha vida.

Ao sr. Renato da Associação de Moradores do Bairro do Aleixo, e a todas as pessoas que me ajudaram a intersectar e a compreender as vivências e memórias que compunham o Bairro.

RESUMO

A presente dissertação parte de uma vontade de repensar o papel da arquitectura na sociedade actual, cada vez mais enquadrada em situações em que é necessária a sua intervenção em territórios de natureza social.

O Bairro do Aleixo, lugar de memórias e de participação colectiva, outrora mais habitado e conseqüentemente vivido, assiste actualmente à sua gradual desocupação. Este caso de estudo encontra-se num momento de impasse – o que inicialmente seria um conjunto habitacional composto por cinco torres, é agora formado apenas por três – porém o seu fim já se encontra há muito tempo delineado. Analisando a metamorfose pela qual passaram as torres habitacionais e seus espaços colectivos adjacentes, compreendem-se os contextos que conduziram o Bairro ao seu estado actual, conhecido pelos comportamentos marginais que lhe dão a conotação de *guetto*. Utilizando o problema do narcotráfico como premissa, as autoridades políticas conseguiram criar uma narrativa de suporte ao desalojamento dos mais pobres e, conseqüentemente, à valorização imobiliária do terreno.

Na tentativa de contrariar os processos cruéis de demolição não apenas de edifícios, mas também de lares, lugares de laços afectivos, de memórias e de relações desenvolvidas durante décadas de (sobre)vivência, é proposta uma estratégia que pretende resgatar o Bairro desta segregação social a que está submetido e, conseqüentemente, devolvê-lo à cidade a partir de formas participativas que visam a sua revitalização.

Pretende-se entender e apresentar os meios que a arquitectura dispõe para servir a construção quase esquecida da comunidade. Planear soluções regeneradoras para uma organização do espaço mais inclusiva.

Às necessidades humanas espaciais, nós arquitectos podemos acrescentar outros espaços que o Homem não sabe que precisa e que carregam em si o alicerce para uma vida mais sentida, experiências do dia-a-dia elevadas a formas mais seguras, confortáveis, adaptáveis e criativas.

Partindo de uma análise histórica, exploraram-se os problemas sociais, urbanos e arquitectónicos que o caso de estudo levanta. A partir daí, várias propostas surgiram com a intenção de não só regenerar a vida do Bairro, mas também provocar um impacto positivo em toda a cidade, oferecendo-lhe um Bairro reconfigurado, seguro e permeável, que sirva todas as camadas sociais e etárias e que disponha de estruturas que incluam programas e equipamentos mais abrangentes para todos os seus cidadãos. Acredita-se que não cabe à arquitectura resolver problemas sociais tão complexos como os do Aleixo, apesar de se defender que é possível atenuá-los.

Este trabalho é, então, um exercício de projecto que procura dinamizar um bairro social posto à margem da cidade do Porto, ao oferecer um propósito colectivo na tentativa de reintegrá-lo nas dinâmicas da cidade.

ABSTRACT

The present dissertation seeks to understand the role of architecture as a tool to help solving problems associated with territories of social nature.

Serving, thus, as a case study, Bairro do Aleixo: a place of memories and collective participation, once inhabited and dwelled, which currently assists its gradual disoccupation. This neighborhood finds itself in a moment of impasse – what was initially a complex of social housing composed by five towers, is now constituted by three – however, its end has been for a long time delineated. Analyzing the metamorphosis that the towers have gone through, and their collective adjacent spaces, it is possible to understand the contexts that led to the neighborhood's current state, known for its marginal components that connotes it as a ghetto. Taking the drug traffic as a premise, the authorities managed to create a narrative that supports the eviction of the poorest and, consequently, the real estate value of the site.

Attempting to counter the cruel processes of demolition not only of buildings, but also of homes, places of affective bonds, of memories and relationships developed over decades of survival, it is proposed a strategy that intends to rescue the neighborhood from this social segregation at which it is submitted and, consequently, returning it to the city using participative methods that contribute to its revitalization.

This work seeks to understand and present tools that architecture can provide to serve the almost forgotten need to structure community, planning regenerating solutions for a spatial organization that is more inclusive.

To the human spatial necessities, architects have the ability to provide other spatialities that individuals don't realize they need, and that carry in them the foundation for a felt life of daily experiences, elevated to forms of safety, comfort, adaptation and creativity.

Starting from a historical analysis, the problems of social, urban and architectonic matter brought up by the case study will be explored. From there, a set of proposals will be presented, that intend to create a positive impact in all the city, offering it a reconfigured neighborhood, that could be safe and permeable, and serve many social layers and age groups, providing structures that include broader programs and equipment for all their citizens. It is believed that it is not only dependent on architecture to find a solution for such complex social issues as in the case of Aleixo, although defending that it can contribute for its attenuation.

This work is, therefore, an exercise of architecture project that pretends to work towards the improvement of a social neighborhood in the margin of the city of Porto, offering it a collective purpose in an attempt to reintegrated it in the dynamics of the city.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
RESUMO/ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	15
1. CIRCUNSTÂNCIA	21
1.1. A questão habitacional no Porto - século XX	25
1.2 A cidade é a casa de todos (?) - a problemática no século XX	35
1.3. <i>Continuar, inovando</i> - A Renovação Urbana do Barredo	39
2. O BAIRRO DO ALEIXO NA CIDADE	47
2.1. Realojamentos e ocupações	53
2.2. Conflitos e <i>guettização</i> - o Bairro à margem da cidade	61
2.3. A cidade é a casa de todos (?) - a problemática no século XXI	71
2.4. A queda dos gigantes de 13 andares	83
2.5. Recompor tecidos	91
2.6. O papel da arquitectura nas práticas sociais três casos de estudo, três abordagens	97
3. TRANSFORMAR O “MAL AMADO”	111
3.1. Construir no construído	115
3.2. As cinco torres na paisagem	129
3.3. O lugar da cultura nas políticas de reabilitação urbana	141
3.4. Experimentação e flexibilidade uma arquitectura sustentável	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
REFERÊNCIAS DAS FIGURAS	179

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é desenvolvida como oportunidade para refletir sobre o papel social do arquitecto nos dias de hoje. Como momento que antecipa a prática profissional, espera-se que este trabalho sirva de reflexo dessa responsabilidade. A dissertação explora o problema dos espaços privados e colectivos em processo de desertificação no Bairro do Aleixo, em Lordelo do Ouro, com vista a desenvolver um projecto que permita devolver (e oferecer) estruturas ao Bairro e à cidade.

A escolha do tema parte de uma preocupação de foro social e político e da vontade de estudar e propor outras formas de renovação urbana e inclusão social que contrariem as decisões políticas actuais de demolição, que se manifestam devastadoras para as comunidades envolvidas e para a memória colectiva do Bairro. A encomenda do projecto para o Bairro do Aleixo surgiu em 1968, como opção habitacional às demolições que sucederam no centro histórico da cidade aquando dos processos de salubrização do Porto. Para muitos moradores do Aleixo, enfrentar os processos complexos que este tipo de realojamentos implica não é uma novidade.

As questões abordadas no trabalho debruçam-se, também, sobre uma necessidade urbana actual: paralelamente à destruição de casas, de estruturas e equipamentos colectivos com qualidades de adaptação, apropriação e participação na esfera pública do Porto, nota-se, por outro lado, uma falta de habitação social e espaços públicos de carácter mais informal e maleável.

Posto este problema, considerou-se desde o início necessário desenvolver uma dissertação teórico-prática, na qual a pesquisa e análise teóricas informam a dimensão prática, onde os problemas projectuais e a investigação teórica se relacionam de forma intrínseca e indissociável, possibilitando uma abordagem de projecto mais completa e sólida. A proposta procura tirar partido do existente, das estruturas e relações já estabelecidas que actualmente, e na eminência do “abandono” forçado, estão mal aproveitadas e completamente à margem do núcleo da cidade do Porto.

O trabalho evolui explorando modos alternativos de fazer arquitectura – modos que ajudam a construir uma sociedade menos alienada e repressiva, traduzida em espaço de diálogo, aberto e disponível. Reflete-se sobre o papel do arquitecto, o alcance e a capacidade que a profissão tem para seguir compromissos culturais; para contribuir na produção de ambientes que proporcionam ao homem as condições de vida em comunidade. A arquitectura, enquanto agente político e social, revela-se fundamental devido à forma como pode integrar estratégias de resolução de problemáticas associadas à desigualdade económica e segregação social que se manifesta nas condições precárias em que vivem as classes mais baixas.



Fig. 1.

Presentes todas as motivações emocionais, pedagógicas e profissionais que conduziram a este momento, pretende-se que o desenvolvimento da dissertação se estruture em três momentos distintos: contextualização histórica da cidade do Porto desde a década de 50 até à construção do Grupo de Moradias Populares do Aleixo nos anos 70; a vida do Bairro na cidade, onde se explora o seu desenvolvimento desde os primeiros habitantes até aos dias de hoje; e por último a apresentação de uma proposta que visa reflectir sobre uma possível estratégia de reabilitação do Bairro e a sua devolução à cidade, contrariando a solução dada como “única” para este caso: a (continuação da) demolição das Torres do Aleixo.

Começa-se, então, pela contextualização histórica, social e política que marcava o Porto numa altura em que a insalubridade e habitação precária assombrava o centro histórico. Foi feito o reconhecimento dos problemas que ameaçavam as vivências dignas dos portuenses e, de seguida, delimitou-se as áreas de estudo a analisar (Ribeira-Barredo e Lordelo do Ouro). Seguiu-se a identificação e mapeamento dos espaços em várias fases – zonas insalubres, sua renovação urbana ou demolição, e construção de novos bairros camarários para realojar aqueles que ficaram sem casa no decorrer deste processo. É neste primeiro momento que se esclarece sobre os vários Planos que vigoraram no Porto durante o período de tempo analisado. Os Planos Regulador e Director da cidade do Porto (1954 e 1962 respectivamente) surgem com intenções claras e ideias inovadoras para melhorar e reestruturar o tecido urbano, e o Plano de Melhoramentos (1956) incidiu sobre as questões habitacionais que careciam de intervenções urgentes dado o aumento demográfico que se observava no Porto. Estes “Planos” influenciaram a origem e evolução do Bairro do Aleixo e, por isso, o seu estudo foi importante para o desenvolvimento deste trabalho.

Num segundo momento, com a intenção de compreender o estado actual das estruturas do Bairro do Aleixo, analisa-se a sua história desde a conclusão e ocupação da primeira Torre (foram construídas cinco torres no total, todas dedicadas à habitação social, e actualmente duas já foram demolidas). Os habitantes a alojar no Bairro vinham de casas que se encontravam em condições de grande degradação na Ribeira. Os processos de realojamento revelaram-se momentos de grandes conturbações e desorganização, onde a problemática da sobreocupação que já se vivia no Barredo permaneceu em muitas casas e famílias.

Desenvolveu-se uma breve contextualização histórica do Bairro que clarifica o surgimento de situações de narcotráfico e prostituição; isolamento do Aleixo em relação à cidade e a degradação física e social do conjunto habitacional. Associado a estes factores, abordam-se conceitos implícitos nestes problemas, como as vivências no Bairro, as relações de vizinhança e as apropriações espaciais em contextos privados e colectivos.

A discussão sobre a demolição do Bairro do Aleixo foi neste trabalho analisada e exposta, e procurou-se entender as várias problemáticas que conduziram ao planeamento do seu fim. Os conflitos iniciais – aquando dos realojamentos e ocupações –; o isolamento do próprio terreno em relação à malha urbana onde se insere; a falta de interesse, cuidado e investimentos por parte do Estado e da Câmara Municipal do Porto essenciais para que o Bairro funcionasse de forma devida; o problema da droga que contaminou o nome “Aleixo” e a consequente má fama e marginalização, foram vários os factores que contribuíram para que se desejasse a demolição do Bairro, por parte das forças políticas, mas também pela população que é diariamente influenciada pelas notícias mediáticas que giram em torno do nome “Aleixo”. À premissa da droga juntou-se o grande valor que o terreno que acolhe as Torres detém. Junto à marginal, com vistas sobre o rio Douro e virado a Sul, é o local ideal para albergar habitação, mas que sirva outras classes sociais. É no seguimento deste tema polémico e controverso que se introduzem, naturalmente, conceitos tão actuais como a gentrificação e especulação imobiliária, que estão a afectar não só o Porto, mas também muitas outras cidades europeias. Questionam-se, assim, os direitos à cidade e à habitação, e as verdadeiras razões que continuam a motivar a demolição do Aleixo.

Como ponte para a última fase – o desenvolvimento de uma possível proposta de projecto – identificaram-se as carências programáticas tanto do Bairro como desta parte da cidade, sendo possível perceber como as novas propostas podem potenciar as relações de vizinhança dos moradores do Aleixo e, ao mesmo tempo, preencher falhas no que respeita aos programas de carácter colectivo em toda a cidade.

A ideia de intervenção desenvolvida na terceira fase deste trabalho parte das problemáticas anteriormente abordadas e explora os vários gradientes de intervenção: partir das necessidades dos habitantes do Bairro – o que pressupõe uma abordagem a uma escala mais aproximada –, e de seguida analisar as carências da cidade e dos seus moradores e reflectir nas várias possibilidades de os trazer a esta zona do Porto, oferecendo programas e espaços colectivos possíveis de apropriar e utilizar de acordo com as suas necessidades. Assim, o projecto propõe, a par da reabilitação das torres existentes e da renovação urbana que (re)desenha acessos e espaços públicos, novas estruturas colectivas para toda a cidade, intervindo a diferentes escalas e com sugestão de diferentes soluções de utilização dos espaços arquitectónicos, consoante os problemas e necessidades do Bairro e da cidade em diferentes momentos temporais (pensando numa arquitectura sustentável, duradoura mas possível de se transformar e adaptar). A participação dos moradores do Aleixo é peça fundamental neste processo, assim como garantir que tais estruturas sejam pensadas para desenvolver a economia do Bairro e gerar novos empregos.

A proposta parte de um desenho urbano onde se procura relacionar o terreno com a cidade, explorando e (re)desenhando acessos e percursos. Os espaços verdes, ruas e praças que permitem encontros entre pessoas e trocas sociais também fazem parte do desenvolvimento projectual. De seguida, surge de forma imediata a reabilitação das três Torres que ainda se mantêm, tendo em conta a falta de habitação social a que o Porto assiste. E, numa fase final do processo, de forma a contrariar as decisões de demolição que já começaram a ser aplicadas no Aleixo, novas Torres são propostas: com grande carga simbólica, surgem para albergar programas colectivos e variados, para uso de toda a cidade.

O programa pretende contemplar valências além dos serviços e comércio e, portanto, explorar áreas culturais que possam interessar a toda a população da cidade. A intenção é, através da sua dinamização a uma escala que ultrapassa o próprio Bairro, contrariar questões de isolamento e segregação social – como sucede actualmente. É também neste último momento da dissertação que se abordam temas como a flexibilidade espacial e programática, no âmbito de uma arquitectura sustentável. A possibilidade de aprofundar tal relação entre a história e a arquitectura associada à experimentação de espaços, materiais e usos revelou-se manifestamente interessante para além de se traduzir numa solução actual e intemporal. Durante todo o trabalho é possível verificar que a principal preocupação recaiu sobre os moradores do Bairro do Aleixo e nas suas necessidades e desejos, defendendo-se uma participação popular nas intervenções urbanísticas e habitacionais enquanto motor de revitalização da vida urbana.

O projecto explora, assim, diferentes linhas de pensamento e de alternativas concretas em arquitectura que modificam a realidade na transformação do espaço social em algo mais acolhedor, flexível e permeável. O processo criativo é exposto e revela a condição do lugar – que tem em si uma grande carga social – e que a proposta não é uma mera interpretação programática, mas sim uma resposta ao próprio lugar.

Com a presente dissertação, pretende-se alertar para a importância de uma arquitectura democrática, que almeja a participação de toda a comunidade nas intervenções a serem feitas em toda a cidade; que procura a heterogeneidade contrariando a segregação social a que se assiste actualmente e que coloca as pessoas com menos recursos na margem da cidade. Desta forma, torna-se também relevante expor a importância de uma rede de espaços públicos e colectivos saudável nas cidades, como forma de contributo para uma sociedade mais equilibrada que preza, não pela individualidade, mas pela cidadania e vida em comunidade.



Figs. 2 e 3. Fotografias tiradas no espaço exterior da Casa da Música, onde é possível ver as várias camadas temporais traduzidas nos elementos arquitectónicos, assim como apreciar o espaço público apropriado pelas pessoas, palco de encontros e actividades.

1. CIRCUNSTÂNCIA

A história e a cultura da cidade do Porto manifestam um forte carácter social, as fronteiras entre o espaço público e privado desafiam-se a si mesmas, gritando por uma transformação urbana que se concentre na melhoria da atmosfera da cidade, por condições mais favoráveis na vida das pessoas.

O desenho das cidades tem ou procura ter a capacidade de proporcionar o encontro entre pessoas e relativas trocas sociais, em ambientes dotados de estruturas e infraestruturas que confirmam saúde, conforto e serenidade a todos aqueles que usufruem da cidade, capazes de escrever memória.

A cidade do Porto assistiu a grandes reformas no seu território urbano com a iniciativa Porto 2001¹, um projecto que conseguiu mobilizar a cidade e contribuiu para ampliar a visibilidade do Porto no país e fora dele – foram intervenções que certamente melhoraram e revitalizaram a cidade, com equipamentos culturais e requalificação urbana e ambiental. Apesar dos benefícios que o projecto trouxe consigo, actualmente é possível sentir-se um certo descontentamento por parte dos moradores portuenses, pela falta de consideração que actua sobre muitos locais do Porto, afectando a essência típica que os caracteriza.²

O que define esta “essência” de uma cidade é a sucessão, por vezes descontínua, de transformações: um conjunto de intervenções no tempo e no espaço que vão construindo a seu tempo uma paisagem urbana singular e identificável.

Surge a necessidade de repensar o desenho dos espaços da cidade, públicos e privados, assente numa metodologia onde a comunidade é a protagonista do seu próprio “lar”, participando activa e conscientemente nas decisões programáticas do desenho destes lugares que fazem parte do seu dia-a-dia – as suas casas nos seus bairros, as ruas, as praças e os jardins, os locais de trabalho, os serviços e o comércio, etc.

1 “Porto 2001” foi o nome atribuído à iniciativa “Porto Capital Europeia da Cultura 2001”. Um projecto definido pelo diálogo intenso entre as culturas europeias, contribuindo para a aproximação dos países envolvidos. Esta iniciativa é marcada pelo forte investimento na recuperação e construção do espaço público da cidade. As Praças da Batalha e D. João I são exemplos de reabilitações feitas na cidade, e a Casa da Música do arquitecto Rem Koolhaas foi a construção com maior destaque deste evento.

2 “Ainda que a maioria dos moradores de mais longa data não desaproveite nenhuma oportunidade para sublinhar a força do laço afectivo que a liga ao centro histórico, a saída de muitos conterrâneos e a colonização dos espaços e tempos da sua vida quotidiana pelo turismo, pela animação nocturna e pelas novas procuras comerciais e residenciais tendem a gerar sentimentos de desgosto pela zona e expressões denunciadoras de perda de referências, nostalgia e desalento.” QUEIRÓS, João (2012), *Le Monde Diplomatique*, Ed. Portuguesa, Fevereiro de 2018, p. 9.



Fig. 4. Planta da Cidade do Porto com localização do Bairro do Aleixo, Março de 1969.

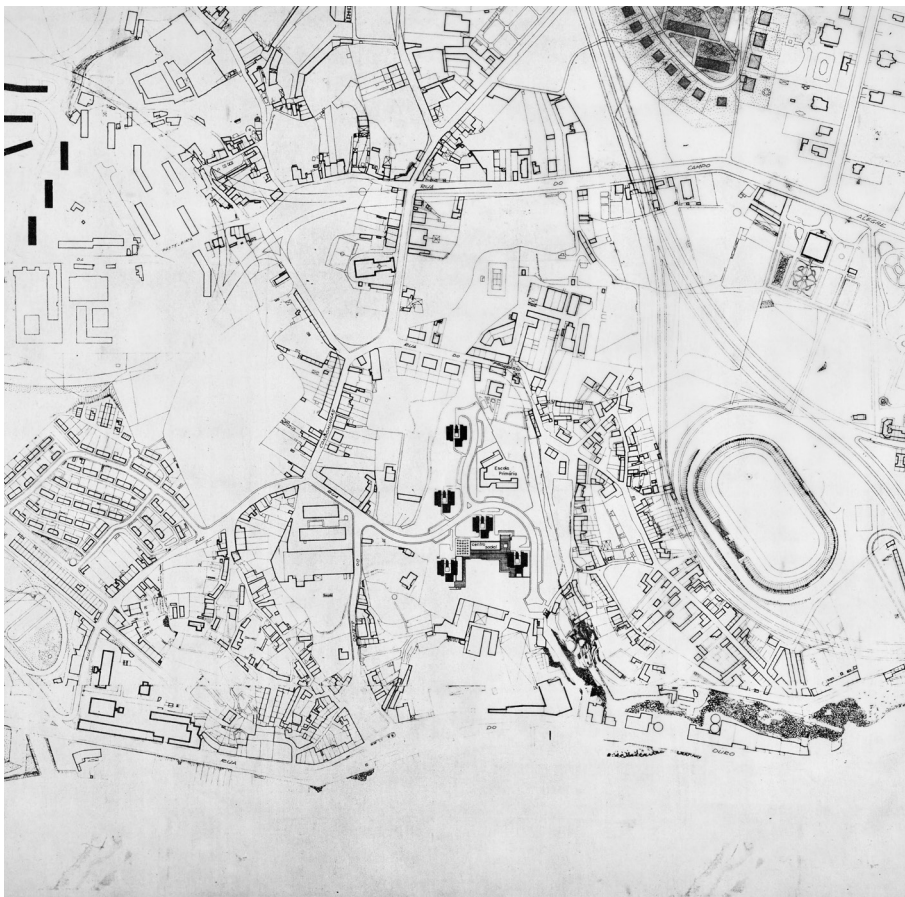


Fig. 5. Planta aproximada ao terreno do Bairro do Aleixo, Março de 1969.

“Sem dúvida alguma, a cidade, para além de tudo o que representa, é uma expressão da cultura do povo que a criou, bem como um prolongamento da sociedade destinado a preencher uma rede complexa de funções, das quais, de resto, não nos encontramos muitas vezes por completo conscientes.”³

O caso apresentado foca-se na análise do Bairro do Aleixo e aborda estas questões sociais do Porto, e pretende compreender uma linha temporal mais extensa – desde a década de 1950 até aos dias de hoje. O carácter histórico que marca e define este “lugar” é importante para o desenvolvimento do projecto e, portanto, levou a estudos mais direccionados para as zonas da Ribeira/Barredo e Lordelo do Ouro.

O Bairro situa-se num terreno em Lordelo do Ouro que, actualmente, está classificado como um dos mais valiosos do Porto: inserido numa topografia em declive, permite o contacto constante com o Rio Douro, vistas privilegiadas e orientação a Sul. Encontra-se, assim, muito próximo da marginal, eixo que liga toda a cidade fluvial e marítima.



Fig. 6. Vista de Gaia sobre o Porto, com o terreno do Aleixo a surgir na paisagem, junto ao rio Douro.

³ HAAL, Edward T., *A dimensão oculta*, Lisboa: Relógio d'Água, 1986, p. 201

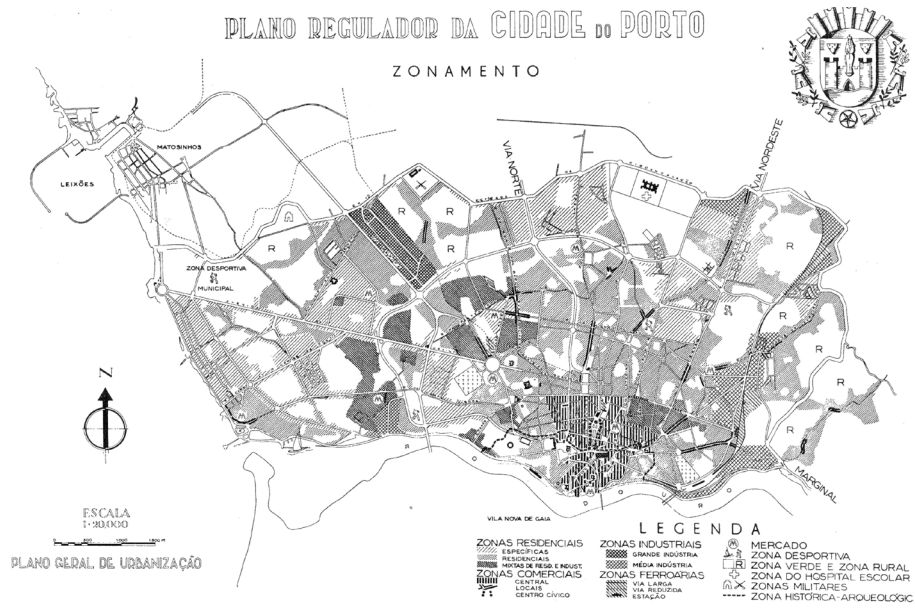


Fig. 7. Plano Regulador da Cidade do Porto, de 1954.



Fig. 8. Ilha na Rua de S. Vitor, Porto, 2018.



Fig. 9. Ilha do Porto, 2018.



Fig. 10. Ilha do Porto, 2018.



Fig. 11. Ilha Grande, Bonfim, Porto, 2018.

1.1. A QUESTÃO HABITACIONAL NO PORTO SÉCULO XX

O fim da primeira metade do século XX foi caracterizado por um Porto preocupado com o seu desenvolvimento. O aumento da densidade populacional, fruto do surto migratório pós-guerra, assim como os avanços industriais, exigiram uma reconfiguração ponderada da estrutura urbana da cidade. As políticas públicas tinham muita dificuldade em responder a tamanha procura de habitação, surgindo, na maioria dos casos, soluções precárias e longe do olhar dos fiscais camarários. Foi nesse contexto de crescimento demográfico que se multiplicaram as ilhas⁴ e a cidade “como que foi crescendo para dentro”⁵.

Com algumas experiências de promoção pública de habitação nas primeiras décadas do século XX, foi na viragem para a segunda metade do século que se sentiu uma maior dinamização da oferta pública de habitação para as populações com menores recursos económicos.

As questões sociais e habitacionais da cidade começavam a ganhar cada vez mais destaque e relevância, exigindo uma certa urgência na acção do Estado no plano da construção de habitação, principalmente numa época em que a situação das ilhas, para além de crescente, se tornava cada vez mais inaceitável e inadequada às necessidades básicas de habitação e vida dignas. Foi desta forma que surgiram estudos e foram traçados planos que pretendiam orientar o rumo das intervenções no Porto.

O “**Plano Regulador da Cidade do Porto**”, de Antão de Almeida Garrett⁶, aprovado em 1954 pela Câmara Municipal do Porto, constituiu o “primeiro exercício exaustivo de planeamento da cidade. Os principais objectivos deste plano eram a resolução das ligações oriental-ocidental – deixando de fora o centro comercial da cidade e o tecido medieval –, e a divisão da cidade em cinco tipos de área: a residencial, a rural particular, a verde e o espaço público e industrial.”⁷

4 As ilhas eram filas de casas, por norma pequenas e térreas, construídas na parte traseira dos lotes das habitações burguesas da cidade do Porto e, por vezes, em lotes livres de qualquer ocupação. Surgem como uma forma específica de alojamento para o operariado. Estas casas apresentavam áreas muito reduzidas e as suas fachadas tinham apenas uma porta e uma janela, e eram viradas para um corredor, o qual fazia a ligação para a rua. Eram construídas com materiais de baixa qualidade e não obrigavam a ventilação, água corrente, electricidade ou esgotos. Os sanitários, quando existiam, ficavam ou a meio ou no final do corredor e eram comuns a todos os habitantes da ilha.

5 PEREIRA, Virgílio Borges, “Uma imensa espera de concretizações. Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto”, in *Sociologia n.º13*, Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 141.

Virgílio Borges Pereira é Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Investigador do Instituto de Sociologia da mesma Faculdade.

6 Antão de Almeida Garrett (1896-1978) foi Engenheiro e Professor na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, publicou várias obras e produziu trabalhos nas áreas da engenharia civil e do urbanismo, entre os quais o Plano Regulador da Cidade do Porto.

7 Portal da CMP, consultado a 10 de Abril de 2019, às 18h00, disponível em http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-regulador-da-cidade-do-porto-1947-1952

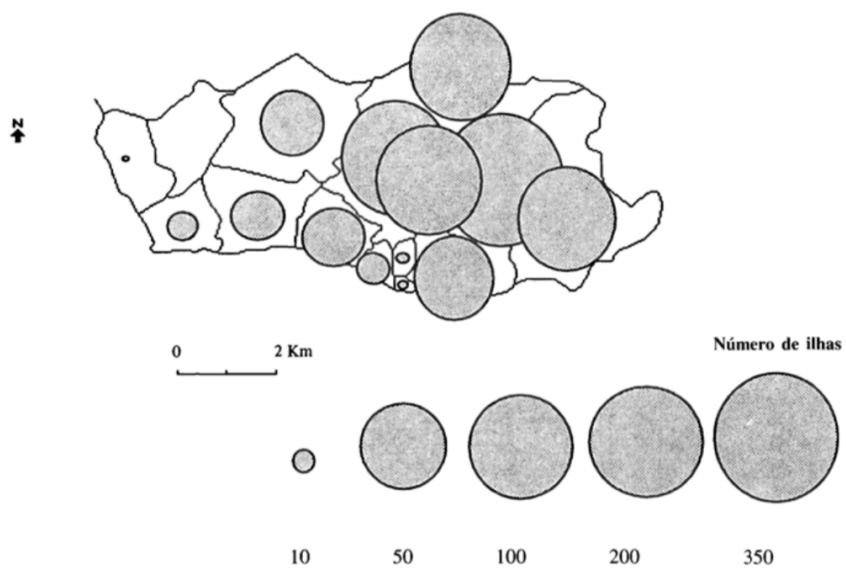


Fig. 12. Número de Ilhas por freguesias inventariadas em 1940.
Plano de Salubrização das Ilhas do Porto, 1956.



Fig. 13. Ilha do Porto, meados do século XX.



Fig. 14. Ilha do Porto, meados do século XX.



Fig. 15. Ilha do Porto já demolida.



Fig. 16. Ilha do Porto, meados do século XX.

No plano habitacional, a partir de 1930 – e até ao “Plano de Melhoramentos” de 1956 –, a CMP aplicou algumas medidas que tiveram reflexos directos nas ilhas, procurando melhorar as condições de habitabilidade das populações aí residentes. Em 1955, a cidade do Porto viu estabelecido o “**Plano de Salubridade das Ilhas**”⁸, um projecto que pretendia o apoio do governo à CMP na concretização de um amplo programa de construções para realizar nos anos seguintes com o objectivo de modificar radicalmente a situação do alojamento popular na cidade.⁹ O “Plano de Salubridade”, que serviu de base ao “Plano de Melhoramentos” iniciado um ano depois, propunha uma “intervenção integrada sobre doze mil casas, implicando a transformação de cada conjunto de duas casas contíguas de ‘ilha’ numa casa única e a edificação de seis mil novas habitações em bairros camarários criados de raiz para substituição das casas de ‘ilha’ suprimidas”¹⁰.

As iniciativas públicas e privadas que surgiram para dar resposta ao desafio habitacional que assombrava o Porto multiplicaram-se, e foi desse espírito de iniciativa que resultam os bairros operários, os conjuntos de casas económicas, os primeiros bairros camarários para habitação colectiva e, mais tarde, o “**Plano de Melhoramentos**” (1956-1966).

O “Plano de Melhoramentos” definiu os contornos concretos daquela que seria a mais ampla e marcante intervenção habitacional do Estado na cidade.

“Reconhecendo a ‘importância de ordem moral, social e política’ do ‘problema das ilhas’, que permanecera ‘praticamente irresoluto’ até essa data, não obstante os ‘esforços desenvolvidos através de gerações sucessivas’ e os ‘clamores públicos cada vez mais repetidos no sentido de uma enérgica acção tendente à demolição’ destes espaços habitacionais, o ‘Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto’ de 1956 propõe-se consagrar a esta questão um ‘novo e decidido esforço’, através da construção, no prazo de dez anos, de ‘um mínimo de seis mil habitações, expressamente destinadas a outras tantas famílias moradoras nas ilhas e bairros insalubres de natureza semelhante existentes na cidade’.”¹¹

8 As habitações “insalubres como são, constituem verdadeiros focos de imundice e doença e não permitem que os seus ocupantes adquiram os hábitos que a civilização actual impõe para todas as classes.” PORTO, Câmara Municipal, *Plano de Melhoramentos: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal, 1966, p.7.

9 “Os milhares de casas insalubres formando aglomerados denominados ‘ilhas’, que se pretendem eliminar e substituir por moradias dignas da condição humana constituem um dos principais problemas que a administração municipal da cidade do Porto está neste momento a enfrentar.” PORTO, Câmara Municipal, *Plano de Melhoramentos: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal, 1966, p.7.

10 QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 5.

11 “As citações incluídas neste parágrafo referem-se ao preâmbulo ou ao articulado do decreto-lei nº 40.616, de 28 de Maio de 1956.” QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p.26.

Grupos de moradias populares



Fig. 17. Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto, de 1956.



Fig. 18. Bairro do Cerco, Porto.



Fig. 19. Parque infantil do Bairro da Pasteira, Porto.



Fig. 20. Bairro do Carvalhido, Porto.

Vivia-se uma nova fase na vida da cidade, de esperança, onde todas as situações problemáticas seriam (ou deveriam ser) revistas. De acordo com o investigador Virgílio Pereira,

“o momento marcante na história da cidade e aquele que, certamente, motiva o pensamento sobre toda esta problemática [habitacional] sempre que se pensa no Porto passa (...) sobretudo pelo ‘Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto’ (...), responsável pela construção dos grandes bairros sociais da cidade que hoje conhecemos. (...) Transferiu-se da área central da cidade para a periferia citadina entre 15% a 20% da população”¹².

O tecido urbano e social do Porto mudou consideravelmente – milhares de famílias foram transferidas do centro da cidade, a maioria delas vindas das ilhas, para o que seria a periferia citadina da época, sendo realojadas em bairros habitacionais.

O Porto periférico urbanizava-se e densificava-se, com novas vias e centralidades. Começava a crescer o número de bairros camarários, de equipamentos públicos e também de empreendimentos privados.

No entanto, tais transformações a que o Porto assiste durante os anos de vigência do “Plano de Melhoramentos” de 1956 “não abrangem de forma uniforme o conjunto do território citadino”¹³. Se a intervenção resultante do “Plano” se focou na periferia da cidade do Porto, então o centro histórico descongestionou-se. Segundo João Queirós, “o centro histórico parece permanecer à margem das transformações urbanas e sociais que a restante cidade observa”¹⁴.

João Queirós clarifica que a própria Câmara Municipal chegou a admitir que a intervenção habitacional feita no Porto deveria abranger mais do que o “problema das ilhas”¹⁵. E, por conseguinte, foram discutidos estudos relativos ao “saneamento e valorização turística do Barredo”¹⁶, área considerada na altura o coração do centro histórico.

Nuno Pinheiro Torres¹⁷, após assumir a liderança da CMP em 1962, retomou esta preocupação com a situação do “abandono” do centro histórico.

12 PEREIRA, Virgílio Borges, “Uma imensa espera de concretizações. Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto”, in *Sociologia n.º13*, Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 143.

13 QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 28.

14 Idem, *ibidem*, p. 29.

15 Idem, *ibidem*, p. 30.

16 CMP, *Relatório de Gerência*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 1958, in QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 30.

17 Nuno Pinheiro Torres, em Maio de 1962, sucede a José Albino Machado Vaz na presidência da Câmara Municipal do Porto. Machado Vaz esteve à frente da Câmara durante mais de nove anos – de 1953 a 1962. Foi um dos mandatos mais longos de um presidente de Câmara na cidade do Porto.



Fig. 21. *Plano Director da Cidade do Porto*, de 1962.



Fig. 22. Ilha em processo de demolição, século XX.

Começou pela revisão e actualização do “Plano Regulador” de 1952, de acordo com as transformações urbanas e sociais observadas durante a década de 1950 e também com as alterações que ocorreram com o que se concretizou do “Plano de Melhoramentos” de 1956. Desta forma, o processo no desenvolvimento do novo “Plano Director” reflectiu sobre a questão do centro histórico, concedendo a este núcleo antigo da cidade a atenção que necessitava.

O “**Plano Director da Cidade do Porto**”, liderado por Robert Auzelle¹⁸ (adiante designado como “Plano Auzelle”), aparece em continuidade com o “Plano Regulador” e com o “Plano de Melhoramentos do Porto”¹⁹, e não deixa de reflectir sobre esta preocupação por parte da Câmara Municipal do Porto com a concepção do centro histórico enquanto área de interesse histórico, arquitectónico e turístico. Este “Plano” revela-se marcante na estrutura urbana da cidade desde o início da década de 60 até à actualidade. É relevante esclarecer que o “Plano Regulador” e o “Plano Director” debruçaram-se sobre o estudo e planeamento do tecido urbano da cidade do Porto e respectivas renovações, enquanto que o “Plano de Melhoramentos” se focou nas questões habitacionais da cidade, cujas medidas aplicadas levaram à expansão dos seus limites e conseqüente exploração da periferia do Porto. Todos foram relevantes para o seu desenvolvimento urbano e foram-se relacionando e completando.

Um dos seus estudos de pormenor realizado no “Plano Director”, de 1962, inclui um mapa da zona (ver figura 21) e uma breve memória descritiva:

“Dentro do plano de renovação da zona central de interesse arquitectónico, prevêem-se dois tipos de actuação:

1º) Demolição de alguns quarteirões interiores para melhoria das condições de salubridade dos restantes, onde por sua vez serão feitas obras de restauro e conservação;

2º) Introdução de edifícios novos que, pela sua utilização, possam constituir elementos de interesse capazes de fomentar actividades ligadas à cultura ou ao turismo que progressivamente atraiam uma vida nova a essas zonas”²⁰.

Algumas das intervenções previstas para a área central da cidade integradas no “Plano Director” de 1962 iriam ter lugar no Terreiro da Sé, na Praça do Infante e na Praça da Ribeira.

¹⁸ Robert Auzelle foi um ilustre urbanista francês e figura importante do movimento moderno à escala internacional. Foi chamado a coordenar os trabalhos do Gabinete de Urbanização estando directamente ligado com o desenvolvimento do “Plano Director” de 1962.

¹⁹ O “Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto”, que precede o “Plano Auzelle”, será um instrumento fundamental na definição dos objetivos propostos aos problemas da habitação e na conseqüente criação de novas formas tipológicas habitacionais, visto que se prolongará, através de uma 2ª fase, até 1973.

²⁰ CMP, *Plano Director da Cidade do Porto – Volume III, parte V*, Porto: Câmara Municipal do Porto/Gabinete de Urbanização, 1962, in QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 31.



Fig. 23. Proposta de utilização dos espaços não construídos - *Plano Director da Cidade do Porto*.
A planta esclarece sobre as áreas verdes que tomavam lugar na cidade em 1962.

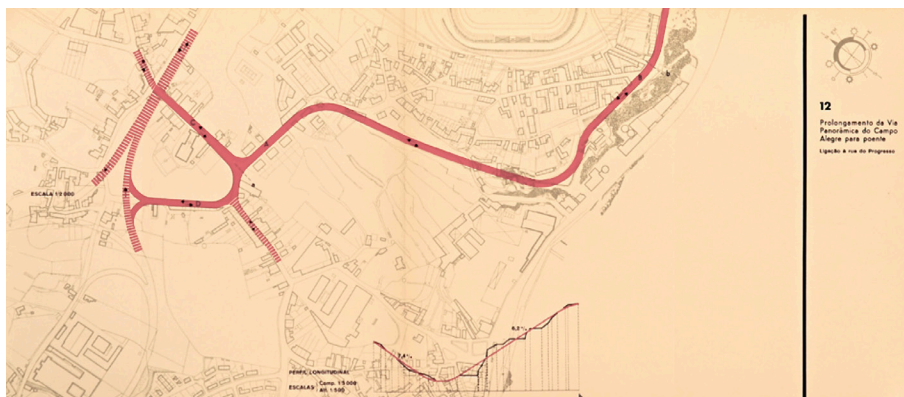


Fig. 24. Prolongamento da Via Panorâmica do Campo Alegre para ponte - *Plano Director da Cidade do Porto*, 1962.



Fig. 25. Ligação da 3ª ponte rodoviária (Ponte do Freixo) - *Plano Director da Cidade do Porto*, 1962.

A década de 1960 correspondeu a um período de grandes mudanças relativamente às formas como se planeava e pensava a cidade e o seu desenvolvimento. O “Plano Auzelle” assume aspectos funcionais que subdividem o território através de uma relação entre função e circulação. “A descentralização das funções residencial e industrial e o subsequente descongestionamento da área central, com vista à sua reserva para actividades administrativas, comerciais e de serviços, surge como uma das opções fundamentais deste plano”²¹. As áreas verdes ganham importância – enquanto espaço público e enquanto instrumento de transição entre funções urbanas.²² Surgem também novas infraestruturas que provocam uma grande mudança no funcionamento do Porto enquanto centralidade ²³.



Fig. 26. Construção da Ponte da Arrábida. Possibilitou a ligação entre o Porto e Vila Nova de Gaia e a sua construção trouxe à cidade uma subversão no funcionamento do Porto enquanto centralidade. A Ponte da Arrábida foi inaugurada a 1963.

21 QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 25.

22 Em 1930, durante os debates do CIAM (Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna, que reuniam os principais nomes da arquitectura internacional), foram realizados vários estudos para o desenvolvimento de cidades funcionais, que promoviam a separação de programas – circulação, educação, zona comercial, zona residencial, espaços verdes, entre outros. Esta utopia urbana pretendia criar uma sociedade melhor, baseada em princípios radicais e rigorosos – ordem, simetria e padronização – e teve uma grande influência sobre o planeamento urbano no pós-guerra na Europa. A Carta de Atenas (1933) foi o produto mais influente dos CIAM e praticamente definiu o que seria o urbanismo moderno através da “Cidade Funcional”.

23 O “Plano Director” propõe um cuidado desenho para as entradas no território. É construída a Ponte da Arrábida (renovando a ligação com Vila Nova de Gaia/ Lisboa e Porto de Leixões), implementa-se o viaduto da Via Rápida (potenciando a ligação com o aeroporto), requalifica-se a continuidade entre a Av. Boavista e Campanhã, e traça-se a VCI e a localização da Ponte do Freixo (que serão concluídos na década de 90) (ver figuras).



Fig. 27. Fotografia do arquitecto Alexandre Alves Costa, numa época em que se começava a sentir a revolta por parte da população, devido à falta de casas e das condições mínimas de habitabilidade.

1.2. A CIDADE É A CASA DE TODOS (?) A PROBLEMÁTICA NO SÉCULO XX

Ainda na década de 1960, Portugal apresentava dados alarmantes, com milhares de fogos em falta relativamente às necessidades da população, resultando no aumento de bairros e habitações precárias. A generalidade destes novos bairros, sobre a premissa de “habitação económica”, foi construída com materiais de pouca qualidade, com curto prazo de validade, dando a possibilidade à CMP para depois ponderar a respectiva demolição em função de eventuais oportunidades ou necessidades urbanísticas²⁴.

Também a questão da falta de assistência prestada aos bairros – que naturalmente careciam de intervenções municipais pelos motivos anteriormente referidos – teve um impacto importante relativamente às dinâmicas da Câmara do Porto sobre a cidade. O crescimento exponencial de habitações que se sentiu de 1955 para 1966 foi imenso – passou de menos de mil fogos para mais de sete mil. O município tinha de dar atenção a todos os novos edifícios, dedicar cuidado e recursos de forma a garantir adequada gestão e manutenção. Os problemas começaram a manifestar-se e a agravar-se quando a Câmara não conseguiu dar resposta a todos os problemas que os bairros camarários enfrentavam. Falhavam os meios materiais e humanos por parte da intervenção municipal no domínio da habitação²⁵.

Constituíram-se assim, desde o início da construção das casas, processos que conduziram à sua acelerada segregação social.

A partir dos anos 50 a economia do país evoluiu rapidamente. O surto demográfico causou impactos na expansão industrial, comercial e agrícola, conduzindo naturalmente a uma crescente procura habitacional. O governo, com o intuito de aliviar o paradigma que se vivia, desenvolveu os “Planos de Fomento”. Tratavam-se de instrumentos de planeamento económico, realizados na década de 1960, que se debruçavam sobre os “efeitos das transformações da economia portuguesa nos processos de ocupação e organização do território e propõem objectivos de planeamento especificamente direccionados para o domínio da habitação”²⁶, clarifica João Queirós.

24 PEREIRA, Virgílio Borges, “Uma imensa espera de concretizações... Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto”, in *Classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto*, projecto desenvolvido no âmbito dos programas PRAXIS e POCTI/SOC/10257/1998, p.143.

25 “De dia para dia, ganham premência as reflexões em torno das soluções técnicas, financeiras e políticas para a insuficiente industrialização da construção, a falta de pessoal qualificado, as dificuldades de gestão de um parque habitacional público ou a ausência de coordenação geral das diferentes modalidades de intervenção do Estado neste domínio (...)”. QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 38.

26 QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 36.



Fig. 28. Condições de uma habitação, Porto.

Surgiu então o “Plano Intercalar de Fomento”, em 1965, que procurou satisfazer as carências habitacionais das classes mais vulneráveis, contando com a participação do Estado na construção de mais de 20 mil fogos.

“O objectivo é intensificar o ritmo anual de construção de habitações, designadamente através do aumento da participação do Estado neste esforço (...)”²⁷. E em Maio de 1969 foi criado o “Fundo de Fomento da Habitação”, que deu sequência a directrizes avançadas no “Plano Intercalar”, que tiveram como principal objectivo o apoio à construção de habitação social. O FFH seria dotado de autonomia financeira e administrativa e incluía o “estudo sistemático da problemática social da habitação, com vista a contribuir para o aperfeiçoamento da nossa política habitacional”²⁸.

O sociólogo ainda acrescenta:

“(...) a Câmara Municipal que prosseguia activamente o ‘Plano de Melhoramentos’, demolindo ‘ilhas’ na área central e realojando os respectivos ocupantes num número crescente de ‘grupos de moradias populares’ construídos na periferia citadina era a mesma que começava a pôr em causa as vantagens do esvaziamento residencial do centro e que questionava os efeitos urbanos e sociais da transferência de milhares de residentes para os novos bairros; (...) a Câmara Municipal que incentivava e facilitava o crescimento – para o ‘alto’ e para os ‘lados’ – do tecido urbano era a mesma que entregava a Fernando Távora a tarefa de estudar e propor uma solução inovadora para a reabilitação do núcleo antigo da cidade”²⁹.

²⁷ PEREIRA, Raúl da Silva, *Habitação e Urbanismo em Portugal - Alguns aspectos actuais, Análise Social*, vol. IV (14), 1966, pp.216-217, in QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 36.

²⁸ Preâmbulo do decreto-lei n.º 49.033, de 26 de Maio de 1969, in QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 43.

²⁹ QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, pp. 44 e 45.

1.3. 'CONTINUAR, INOVANDO' A RENOVAÇÃO URBANA DO BARREDO

Fernando Távora³⁰ propôs o “Estudo de Renovação Urbana do Barredo”, de 1969, seguindo o lema “continuar, inovando”, onde explorou a arquitectura moderna, mas com capacidade de “identificação com o tradicional”. O “Estudo” debateu-se neste conflito entre a renovação modernista e o preservacionismo historicista.

“Dadas as constantes alterações de conceitos, de estruturas, de sistemas de relações que o nosso mundo vem conhecendo, difícil será estabelecer planeamento a longo prazo que não necessite de uma constante revisão de posições para conseguir o objectivo fixado ou outro que, entretanto, o tempo, bom conselheiro, indique como mais conveniente”³¹.

De acordo com os princípios defendidos por Távora, o Estudo propõe uma “intervenção baseada em preocupações simultaneamente urbanísticas e sociais: a ideia é reabilitar preservando quase integralmente o tecido urbano existente e deslocando apenas o excedente populacional associado à sobrelotação, desse modo garantindo o reencontro da identidade da zona pelo reuso e valorização de um património edificado considerado indissociável da imagem global da cidade”, explica João Queirós.³²

Estas medidas procuravam evitar a mudança e realojamento de um número ainda considerável de moradores para zonas periféricas da cidade e, portanto, promoviam a reabilitação e preservação do património, contrariando as demolições até então defendidas. E as novas construções necessárias deveriam também melhorar as condições de habitabilidade, assim como a oferta de equipamentos e serviços públicos³³.

³⁰ Fernando Távora (1923-2005), arquitecto diplomado em 1952 pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, destaca-se pela forma como se interessa e direcciona o seu estudo para a conciliação dos princípios da “Carta de Atenas” e da arquitectura “internacional” com as tradições e estilos da arquitectura portuguesa.

³¹ TÁVORA, Fernando, (Coord.), *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*, Porto: Câmara Municipal do Porto/Direção dos Serviços de Habitação/Repartição de Construção de Casas, 1969, pp.51-53, in QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 49.

³² QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 48.

³³ Grande parte das reformas feitas correspondiam não só ao aumento do número de fogos, mas também à construção de programas complementares como Centros Sociais.



Fig. 32. Barredo, século XX.

“(…) através do Estudo de um caso típico e concreto e utilizando a experiência adquirida, definir as bases em que a acção municipal poderá exercer-se mais amplamente e não apenas nos sectores das ilhas mas em todos os outros sectores da Cidade que apresentem condições deficientes de habitação (...). (...) tal tipo de actuação implica, necessariamente, agilidade, conhecimento exacto da situação, diálogo permanente com as realidades e com os homens, características com as quais as estruturas burocráticas são normalmente incompatíveis e que por isso, haverá que reformar de acordo com esse novo estilo que novas necessidades impõem. Este é quanto a nós, o grande desafio que uma operação de renovação, tal como a encaramos, lança a toda a estrutura da administração municipal.”

Estudo de Renovação Urbana do Barredo (ERUB), CMP, 1969.

A reabilitação que o arquitecto Távora pretendia não passava apenas pela preservação dos valores patrimoniais e estéticos dos edifícios, mas passava também pela abordagem social, implicando o “direito à cidade e à habitação” cujo objectivo era manter os habitantes nas suas casas renovadas. A participação dos moradores neste processo também estava subentendida e foi fundamental nesta “reconquista” dos espaços da cidade, numa altura em que o desenho urbano e a habitação eram temas de grande destaque e de intensos debates que se realizavam para o efeito.

Apesar dos esforços procurarem responder à problemática que se vivia, a crise habitacional e as carências a este nível ainda se faziam sentir. De acordo com Virgílio Pereira,

“o Porto é um laboratório de muitas soluções em matéria urbana. Foi uma cidade muito afectada pela industrialização. (...) Nós somos herdeiros das soluções e da ausência de soluções que a nossa cidade gerou. Não tendo resolvido os problemas da industrialização no tempo devido, temos agora que lidar com os problemas da desindustrialização da cidade. Temos uma desindustrialização do espaço, mas também das pessoas”³⁴.

De 1960 para 1970, o centro da cidade sofreu com a perda de moradores e de poder económico e, portanto, uma conseqüente diminuição de oferta de emprego e um controverso aumento das rendas das casas, resultados das medidas impostas pelo “Plano Auzelle”, que pretendia erradicar a sobrelotação e as condições habitacionais cada vez mais insalubres e precárias no núcleo citadino, construindo alternativas habitacionais nas periferias.

³⁴ PEREIRA, Virgílio, *Bairro do Aleixo: A história como fator que não pode ser ignorado*, disponível em jpn.up.pt.



Fig. 33. Bairro de S. Victor em construção, Bonfim, Porto, 1975. Projecto do arquitecto Siza Vieira para habitação económica de promoção pública estatal - FFH (Fundo de Fomento da Habitação) e Operação SAAL.



Fig. 34. Construção do Bairro das Antas, Porto, 1975. O Bairro também resulta do FFH e da Operação SAAL.

A criação do SAAL³⁵ – Serviço de Apoio Ambulatório Local –, em Agosto de 1974, procurou minimizar o problema habitacional que se vivia.

“(…) além da construção e concretização de uma política de habitação, o SAAL foi terreno para uma reflexão sobre a cidade e o estabelecimento de novas metodologias de intervenção que, tendo como princípio os mecanismos da democracia directa, garantissem o direito à cidade e ao lugar, como travões à sua estratificação classista e à especulação imobiliária, bem como o compromisso com todo o património edificado e com os seus valores históricos e culturais associados.”³⁶

Foram, então, definidos os objectivos da habitação social, no sentido de proporcionar às famílias de rendimentos reduzidos e com carência de alojamento o acesso à habitação e às condições mínimas de habitabilidade. A promoção de habitação social passou, então, a ser uma tarefa das autarquias locais e das cooperativas de habitação.



Fig. 35. Manifestação de Moradores, Porto, Maio de 1975.

35 O programa do SAAL foi introduzido pelo arquitecto Nuno Portas, então Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo, e numa das suas obras pode ler-se, relativamente ao programa, que “as suas ideias estavam enunciadas há muito tempo. Alguns anos antes da revolução, tínhamos todo um grupo de pessoas, não só eu, mas muitos outros, que vinham equacionando o que podiam ser formas alternativas que desbloqueassem a produção de habitação social, substituindo formas estatizadas ou estatizantes”, PORTAS, Nuno, “O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nºs 18/19/20, Fevereiro de 1986, p. 636.

Nuno Portas, nascido a 1934, é um arquitecto, urbanista e professor português. Grande parte do seu trabalho é ligado à política da habitação e é autor de diversas obras relacionadas com a teoria da arquitectura e do urbanismo.

36 COSTA, Alexandre Alves, “Prefácio”, in BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 10.



Fig. 36. Manifestação de Moradores, Porto, sem data.

Com os processos de salubridade da cidade e respectiva valorização do seu centro histórico, foram reconhecidas na Ribeira habitações impróprias de acordo com as condições que se começaram a exigir. Foram, assim, propostas demolições no Barredo. Como consequência, houve a necessidade de realojar 320 famílias.

Este processo revelou algumas dificuldades. Os habitantes não se mostraram satisfeitos com o realojamento para o interior da cidade³⁷. Exigiram que as novas habitações mantivessem a profunda ligação e proximidade com a margem Ribeirinha, pois era a zona de trabalho e ocupação quotidiana da grande maioria dos moradores do Barredo³⁸. Na tentativa de responder às exigências, a Câmara Municipal do Porto procurou um terreno que reunisse as condições pedidas pelos moradores.

Foi, então, entregue um terreno em Lordelo do Ouro destinado ao Bairro do Aleixo. A zona oferecia as condições “especiais” para a população do Barredo. O passo seguinte, promovido também pela CMP, foi o lançamento de um concurso, através do qual o arquitecto Manuel Teles³⁹ recebeu a encomenda para projectar os 320 fogos de carácter social (1968).



Fig. 37. Manifestação de Moradores, Porto, sem data.

37 As demolições e requalificações que se faziam pela cidade do Porto exigiam a construção de novas unidades habitacionais. Entre novas construções, reabilitação ou ampliação de conjuntos existentes, totalizavam-se mais de 6 mil novos fogos e a construção de 13 bairros no Porto. O fundo imobiliário trataria de realojar a população em casas no centro histórico. Os moradores não tinham poder de decisão nem sobre as antigas casas nem sobre as novas.

38 “As ocupações da maioria dos habitantes do Barredo estão ligadas ao rio, sendo ainda de referir que muitos se empregam parte do ano no Porto de V. N. de Gaia e a outra parte no de Leixões.” TELES, Manuel, *Grupo de Moradias Populares do Aleixo – Memória Descritiva*, Porto: Arquivo do Infante, 1969, ponto 1.

39 Manuel Teles nasceu em Coimbra em 1936 e faleceu no Porto em 2012. Formou-se em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, ESBAP, em 1964. Foi arquitecto da Câmara Municipal do Porto, tendo participado no Plano do Campo Alegre, no Processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) e no Comissariado para a Renovação da Área Urbana Ribeira-Barredo (C.R.U.A.R.B.), onde se cruzou com Fernando Távora. Foi docente da ESBAP e, posteriormente, da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, até à sua aposentação.



Fig. 38. Fotografia a uma das torres do Aleixo, capturada a partir de outra torre do Bairro, 2019.

2. O BAIRRO DO ALEIXO NA CIDADE

As ideias urbanas promovidas pelo movimento moderno – tais como o zoneamento de funções, com a separação de zonas de actividades e serviços de zonas de habitação – foram recebidas como factores de progresso social e melhoria da vida doméstica. No entanto, a ausência de serviços, de equipamentos públicos e culturais, de infraestruturas sociais e de comércio ligados a bairros habitacionais de carácter social – que ainda contavam com a agravante da falta de manutenção e conservação dos edifícios e dos espaços adjacentes – não ajudaram na criação de uma comunidade saudável e de uma vida colectiva nos bairros.

A questão da habitação é indissociável da questão urbana, assim como da vida pública e cultural dos espaços urbanos envolventes. Os novos aglomerados urbanos que se construíram pela cidade debateram-se com esta preocupação de integrar programas apropriados – equipamentos escolares, públicos, sociais e de recreação. A criação destes espaços colectivos facilitariam a ligação dos conjuntos habitacionais com a cidade, revelando-se capazes de acolher várias camadas sociais. “Nas principais cidades, e particularmente à volta delas, há um mundo que cresce e se complexifica, motivando o reequacionamento de velhos problemas e gerando novas inquietações.”⁴⁰

As propostas do “Plano Auzelle” assentavam em premissas da Carta de Atenas, onde a concentração de habitantes era resolvida em altura de forma a libertar o solo e, conseqüentemente, valorizar o espaço colectivo/público envolvente.⁴¹ Apontava-se para um plano de cidade assente numa “utopia social”, onde se desejavam espaços comuns que melhorassem a qualidade de vida dos seus utilizadores e a reconfiguração das redes viárias. A mistura de diferentes classes sociais e faixas etárias deveria surgir naturalmente, consequência de espaços urbanos desenhados cuidadosamente.

⁴⁰ QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 36.

⁴¹ Os princípios deste Plano deram origem a construções emblemáticas, como a torre do JN e o Silo-Auto. Também começaram a surgir várias torres para habitação (ver figura 39).



Fig. 39. Torre do Jornal de Notícias na paisagem urbana do Porto, 2019.

A cidade utópica de Le Corbusier teve um impacto imenso nas nossas cidades. E foi delirantemente recebida por arquitectos.

Jane Jacobs, *The Death and Life of Great American Cities*, 1961, p.23.

“A partir da década de 50, concretamente no Porto, assiste-se a um movimento de profunda renovação urbana (...) culminando na elaboração do Plano Director Municipal da autoria de R. Auzelle, que não só permite como efectivamente propõe a construção de edifícios em altura, como forma de valorização de conjuntos ou espaços propostos - zona das Antas e da Pasteleira-, inclusivamente criando as condições para a existência de uma rotura na escala e sentido das intervenções no centro histórico. (...) O aparecimento destes edifícios em altura, na realidade pequenos arranha-céus, vem alterar a leitura do ‘skyline’ da cidade, até então dominado pela verticalidade da Torre dos Clérigos e pela mole dominante do conjunto formado pela Catedral e Palácio Episcopal”⁴².

Os novos bairros construídos começaram a atingir até 5 pisos de altura por edifício. Contudo, em 1971, iniciou-se a construção de uma excepção tipomorfológica: um edifício em torre, que correspondia, portanto, à construção da Torre 1 do Bairro do Aleixo.

As torres do Aleixo vieram criar contrastes atmosféricos entre o “novo” e o património histórico da arquitectura do Porto.



O Bairro do Cerco, em cima, construído em 1963, segue as tendências construtivas aplicadas nos anos de vigência do ‘Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto’ (1956-1966) e, portanto, os seus blocos atingem os cinco pisos de altura. Contrastando, o Bairro do Aleixo, ao lado, destaca-se das construções da época, e também na própria cidade, com os seus 13 andares de habitação.

Figs. 40 e 41.



⁴² Edifícios Torre – Porto, Jack Back Pack, Porto 1901-2001: guia de arquitectura moderna, disponível em <http://cargocollective.com/silentrapture/Edifícios-Torre-Porto>.

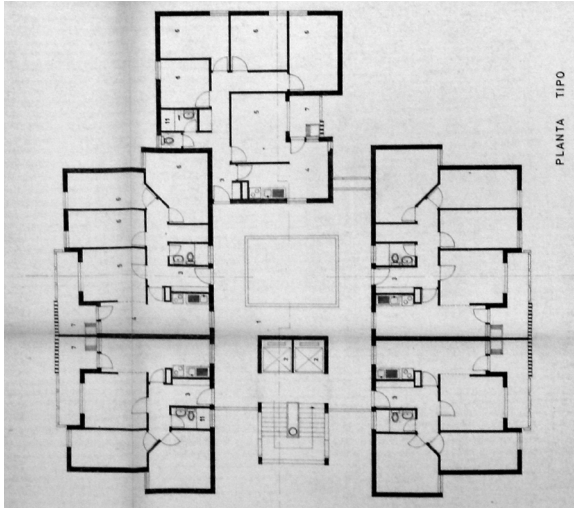


Fig. 42. Planta do piso tipo do anteprojecto, desenho de 1968.

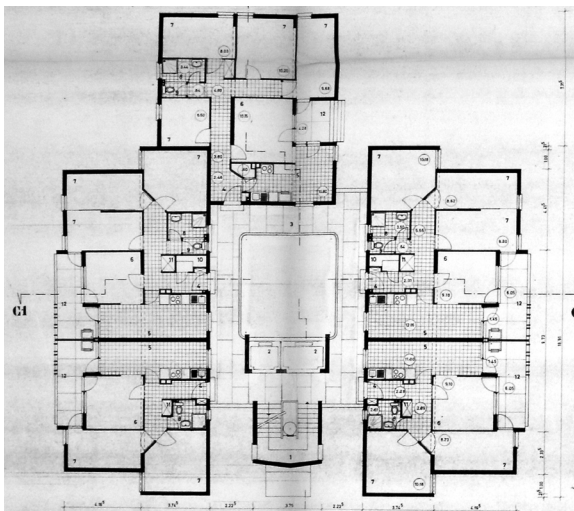


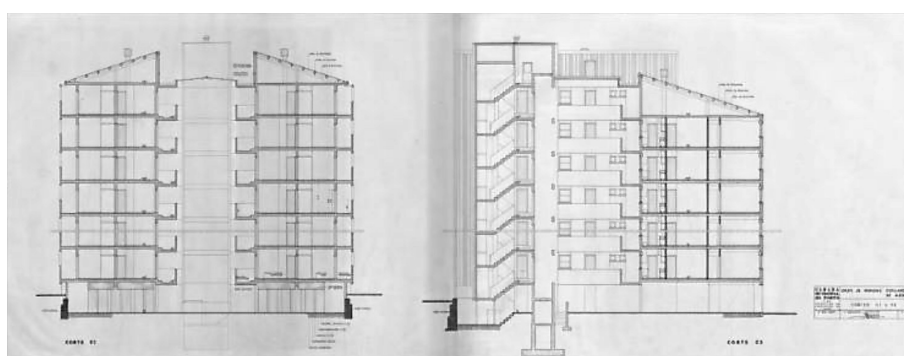
Fig. 43. Planta do piso tipo do projecto actual. Desenho de 1969. A diferença mais notória encontra-se na galeria que permite o acesso às casas (desenhos sem escala).

Os primeiros desenhos para o Bairro do Aleixo datam de 1968. O conjunto de cinco torres de 13 pisos contém 320 fogos, 64 por torre. Cada piso é composto por dois T2, dois T3 e um T4 que se organizam à volta de uma galeria aberta para um saguão central. Para esta galeria abrem-se as zonas de entrada e de serviço dos fogos, bem como o sistema de acessos verticais, caixa de escada e dois elevadores.

“A solução, muito engenhosa, associando saguão e galeria, embora bastante adulterada nas suas dimensões, inicialmente bastante mais generosas, aproxima-se em qualidade do melhor que se construiu, seja na Itália neo-realista, nos projectos da Ina Casa, seja em Portugal, nas torres, mais tímidas, de Teotónio Pereira nos Olivais Norte. rata-se, pois, de um projecto informado, culto e inovador, no nosso contexto, que mereceria melhor sorte do que o abandono a que esteve sujeita a sua manutenção e a inexistência dos equipamentos previstos ou do tratamento dos espaços exteriores”¹.

¹ COSTA, Alexandre Alves, “Tipologia e luta de classes: a propósito da demolição das torres do Aleixo no Porto”, in *Jornal dos Arquitectos* n.º237.

O arquitecto Manuel Teles esclareceu que a solução actual se afastou da concepção inicial na altura e imagem dos edifícios. Manuel Teles e Fernando Távora propuseram um bairro de cêrcea reduzida, com um máximo de 4 pisos, sem elevadores, onde as casas seriam livres e se desenvolveriam ao longo do terreno. Para os arquitectos, a experiência de habitar em baixa altura e a ligação com o terreno e com a rua que as pessoas traziam do Barredo deveriam ser mantidas. O esforço dos arquitectos foi em vão, uma vez que a CMP procurou seguir os ideais mais radicais do “Plano Auzelle”, que previa para aquele lugar a construção de torres⁴³.



Os cortes - em cima - foram retirados do Arquivo Histórico Municipal do Porto e, tendo em conta a falta de informações adicionais sobre este projecto para as torres do Aleixo, acredita-se que façam parte dos primeiros desenhos do arquitecto Manuel Teles para o Bairro (anteprojecto de 1968), cumprindo com o desejo de erguer volumes que não excediam os cinco pisos de altura.

Fig. 44. Cortes transversais do anteprojecto para as torres.
Fig. 45. Fotografia de uma das torres do Bairro do Aleixo.

⁴³ O arquitecto Manuel Teles acabou por não identificar o projecto do Bairro do Aleixo como sendo da sua autoria. “No detalhe do projecto para construção sucederam-se conflitos entre o arquitecto e a Câmara Municipal do Porto (CMP): as galerias de distribuição foram reduzidas, o conjunto de equipamentos sociais que unia três torres no piso térreo foi suprimido, a dimensão das janelas foi diminuída, o revestimento exterior foi alterado e as canalizações de água quente e chuveiro consideradas desnecessárias.” MOREIRA, Paulo, PESTANA, Mariana, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos* n.º 249, Jan-Abri 2014, pp. 282-297, disponível em <http://arquivo2.jornalarquitectos.pt/aleixo-sempre/>.

É possível ver estas diferenças comparando a planta tipo do anteprojecto de 1968 com a planta tipo da situação actual (ver figuras 42 e 43).



Fig. 46. Bairro do Aleixo.

2.1. REALOJAMENTOS E OCUPAÇÕES

Em Janeiro de 1975 foi criada a “Comissão de Moradores do Barredo” e os seus membros, juntamente com o Centro Social do Barredo, ajudaram na distribuição dos fogos da Torre 1 do Bairro do Aleixo, “que começam a ser habitados no início do mês”⁴⁴.

Na noite de 12 de Abril do mesmo ano,

“famílias de moradores do centro histórico ocupam a ‘Torre 2’ do Bairro do Aleixo, então ainda em construção. Na sequência de negociações (...), parte das famílias é autorizada a permanecer nas casas ocupadas; as restantes são instadas a abandonar as habitações. A ocupação causa divisões entre os moradores do Barredo. (...) Inicia-se a organização do processo de distribuição dos fogos da terceira Torre do Bairro do Aleixo: privilegiam-se as famílias do Barredo em situação habitacional precária cuja deslocação contribua para facilitar o arranque das obras de renovação.”⁴⁵.

No decorrer dos primeiros realojamentos foi possível identificar alguns problemas que surgiram na gestão do Bairro. A ocupação das casas no Barredo já mostrava uma enorme desorganização, onde uma habitação chegava a receber duas famílias. E no processo de realojamento para as Torres verificou-se a mesma problemática: os apartamentos de tipologia T2 chegaram a abrigar 7 habitantes (onde o máximo previsto seria 4 pessoas). Em alguns casos, atingiu-se um máximo de 51 habitantes por piso, excedendo substancialmente a previsão inicial de 27 habitantes por piso.⁴⁶

“E estas habitações, que nem esbanjam larguezas nem são elásticas, têm um aumento de ocupantes (...). Lares de quatro pessoas albergando dez ou mais deverá entender-se por provocante excesso, mas quem e como o pode impedir?”⁴⁷.

Todo este processo desordenou por completo a concepção inicial, ditando o funcionamento das Torres no futuro. Um edifício que previa alojar 344 habitantes, acabou por alojar uma média de 442 pessoas⁴⁸.

44 QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 111.

45 Idem, *ibidem*.

46 Documentação referente à população realojada, definindo a situação desde o Barredo até ao Aleixo. PORTO, Câmara, *Casas atribuídas a moradores do Barredo – Torre C*, Porto: Arquivo do Infante, 1973.

As informações referentes ao processo de realojamento das torres pode ser consultada nos documentos: *Casas atribuídas a moradores do Barredo – Torre A*; *Casas atribuídas a moradores do Barredo – Torre B*; *Casas atribuídas a moradores do Barredo – Torre C*, Porto: Arquivo do Infante, 1973.

47 CAMPOS, A., “Aleixo: O bairro de desencanto”, in *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 5 de Janeiro de 1982, p. 10.

48 Produto da multiplicação entre a média de habitantes por piso – 34 – e o número de pisos por torre – 13.



Fig. 47. O saguão, vão vertical que percorre cada torre na sua totalidade, é o espaço comum a todas as casas e apropriado por todos os moradores, representando um espaço de vivência diária.

O ambiente que se vivia no conjunto habitacional demorou pouco tempo a chegar ao que foi lido como um problema de sobreocupação⁴⁹. As condições do realojamento continuaram, assim, a promover as carências espaciais que as famílias implicadas já viviam. Talvez por isso o Bairro seja muitas vezes descrito como sendo uma “ilha vertical”.

A Comissão de Moradores constituída no Bairro do Aleixo lutou para que as Torres recebessem famílias que se encontravam em condições precárias no centro histórico da cidade, mas excluindo a necessidade da sobreocupação – “em correspondência com este desejo, a quinta torre será consignada a desdobramentos de famílias numerosas de outras torres e ao realojamento de ‘filhos do Barredo’ e de famílias da Fonte Taurina/Reboleira.”⁵⁰.

Este momento dedicado à ocupação das Torres também envolveu alguma tensão entre autoridades e moradores. Os moradores recorrem muitas vezes à palavra “confusão” para descrever esse processo⁵¹.

Segundo João Queirós,

“o Aleixo foi apresentado como uma nova experiência em habitação social, com as suas torres altas, a sua localização relativamente central, e um conjunto planeado de equipamentos e serviços complementares à habitação, incluindo uma escola primária, várias instalações desportivas, um centro comunitário, e um grande número de programas sociais, culturais e recreativos financiados pelo Estado”⁵².



Fig. 48. Jornal *O Primeiro de Janeiro* de 1982. Relata os conflitos que se começaram a sentir desde os primeiros momentos de vida do Bairro do Aleixo.

49 “Um quarto inscrito num rectângulo de 2m x 4m, com 3 a 4 ocupantes, confere a cada um distâncias mínimas entre si, nunca permitindo a existência do respectivo espaço pessoal.”, in HALL, Edward T., *A dimensão oculta*, p. 139.

50 QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 128.

51 MOREIRA, Paulo, PESTANA, Mariana, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos*, nº 249, Jan – Abr 2014, pp. 282-297.

52 QUEIRÓS, João, “Building up the rationale for urban regeneration, demolishing social housing in inner city Porto, Portugal”, in *Proceedings of the European Network for Housing Research Conference 2015, Lisbon, European Network for Housing Research*.



Fig. 49.

Como planeado, a construção das cinco Torres foi então concluída e 320 habitações receberam famílias que vinham maioritariamente do centro histórico, mas muitas outras promessas não se cumpriram:

“o financiamento de actividades sociais e culturais era escasso; e não foram construídos os programas comunitários previstos, assim como as instituições públicas abandonaram progressivamente a zona. Em menos de 5 anos, a imprensa, local e nacional, já se referia ao Bairro do Aleixo como um ‘inferno’. O Aleixo tornou-se rapidamente no ‘bairro do desencanto’, uma das áreas residenciais mais degradadas e obsoletas da cidade, como refere um artigo de um jornal local, em 1982. Também se percebeu rapidamente que transferir para uma nova localização não mudaria a imagem pública negativa tipicamente associada aos residentes do centro histórico do Porto.”⁵³

Renato Sousa, actual presidente da Associação de Promoção Social da População do Bairro do Aleixo, acrescentou que

“nesta altura [década de 1960], as condições de quem vivia na zona histórica da cidade, nomeadamente na zona da Ribeira do Porto, eram uma desgraça. (...) Eram condições miseráveis, desumanas. (...) Há quem tente explicar o motivo da primeira torre apresentar socialmente mais e maiores problemas: com o realojamento, porque as pessoas que vieram para a primeira torre seriam as pessoas mais carenciadas, sem ter uma estrutura, então não me choca que uma pessoa sem grandes estudos, sem grande formação, se possa dedicar ao tráfico de droga. Eu não defendo, obviamente, mas compreendo. Tenho mais dificuldade em compreender que um juiz, ou um banqueiro, que têm toda uma formação, que vão à missa todos os dias, sejam corruptos.”⁵⁴.

⁵³ QUEIRÓS, João, “Building up the rationale for urban regeneration, demolishing social housing in inner city Porto, Portugal”, in *Proceedings of the European Network for Housing Research Conference 2015, Lisbon, European Network for Housing Research*. O jornal local referido por João Queirós é “O Primeiro de Janeiro”: CAMPOS, A., “Aleixo, o bairro do desencanto – I, II, III, IV”, in *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 5 a 8 de Janeiro de 1982. De acordo com o referido, nunca chegaram a ser construídos os equipamentos que pretendiam, segundo Manuel Teles, dinamizar e enriquecer a relação entre o espaço público e as torres habitacionais e valorizar a relação do Bairro com a cidade: o Centro Social e pequenos comércios.

⁵⁴ Entrevista realizada a José Renato Sousa, presidente da Associação de Promoção Social da População do Bairro do Aleixo, a 15 de Fevereiro de 2018.



Fig. 50. As torres do Aleixo a partir da Marginal do rio Douro, 2019.

A realidade do Bairro que os primeiros anos sugerem é que o deslocamento de um grupo social já marcado como negativo para um território diferente não diluiu ou inverteu a sua carga social e simbólica negativa⁵⁵. A agitação dos primeiros meses parecia estar a definir o cenário para o que iria acontecer nos anos seguintes.

“Um bairro pode nascer melhor ou pior. No caso do Aleixo, o bairro nasceu torto devido a uma dinâmica urbana de transferência populacional que foi violenta, no sentido em que foi feita nas costas das pessoas. É muito violento desapropriarem-nos do nosso território primário, que é a casa. As pessoas foram para ali a contragosto e muitas nunca se adaptaram.”⁵⁶.

A falta de estrutura e de estudos dos habitantes que vinham do Barredo, o fim do trabalho ligado ao rio, a percentagem elevada de desemprego que a comunidade do Aleixo apresentava, o boom da heroína nos anos 80, e a própria arquitectura e localização do Bairro ajudaram a transformá-lo num *ghetto*. O que acabava por passar para o exterior era inevitavelmente a “má imagem” do Bairro do Aleixo.

55 Os moradores da zona da Ribeira já sofriam de uma certa segregação social com a aplicação de rótulos negativos por parte da própria cidade. Era um estigma associado a estas pessoas sem estudos e que viviam em condições miseráveis. Numa entrevista feita por João Queirós a J.P. – 70 anos, casado, motorista de pesados de mercadorias reformado, residente há três décadas e meia no Bairro do Aleixo, um dos moradores que foi deslocado da Ribeira para o Bairro –, este afirma: “sentem dificuldades em realojar, claro. Porque antigamente, eu ainda me lembro, a gente ia procurar trabalho, se dissesse que éramos da Ribeira, ui!, não ajeitávamos trabalho. E a Ribeira tinha má fama porquê? A Ribeira tinha má fama porque eles vinham doutros lados e, de qualquer maneira, não sei como era, vinham aparecer à Ribeira. Iam presos por isto ou por aquilo... (...) E a Ribeira começou a ter má fama.” QUEIRÓS, João, “A experiência reiterada da rejeição socioespacial perspectivada a partir de um bairro do Porto”, in *Tempos Difíceis. As pessoas falam sobre a sua vida e o seu trabalho*, pp. 39 e 40.

56 FERNANDES, Luís, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos*, nº 249, Jan – Abr 2014, pp. 282-297.



Fig. 51. Vista aérea da cidade do Porto com a localização do terreno do Bairro do Aleixo.



Fig. 52. Vista aérea de Lordelo do Ouro, marcação dos limites do terreno do Bairro.

2.2. CONFLITOS E 'GUETTIZAÇÃO' O BAIRRO À MARGEM DA CIDADE

Desde o início da ocupação do Bairro do Aleixo que se observaram algumas particularidades que se instalavam neste esquema de habitação vertical e que poderiam traduzir-se nas dificuldades de adaptação dos habitantes a esta tipologia ou, por outro lado, reflectiam simplesmente o apreço dos moradores pelo seu espaço e as maneiras criativas como dele se apropriavam – o uso das escadarias, patamares, galerias e vão central (saguão) podem parecer excessivos mas não deixam de ser uma reacção normal à falta de espaço exterior a que estariam habituados na Ribeira. O sr. Renato esclareceu que

“nunca ouve um grande cuidado com o espaço comum. Sempre foi um problema do bairro, desde os primórdios. As pessoas apropriaram-se destes espaços comuns de forma menos devida. As casas nem tanto. Há aí casas fantásticas, que já sofreram obras, de pessoas que pediram empréstimos para remodelar a seu gosto, ao seu estilo. Mas depois, da porta para fora, é aquele sentimento muito individual, cada qual por si e depois não querem estar-se a chatear com isso e gerar confusões entre eles. Verifica-se um ‘deixa andar’ que depois se nota na degradação das torres. A par também da falta de investimento. As pessoas têm que estimar.”⁵⁷.

As portas de entrada das Torres também foram retiradas, talvez na procura de uma relação mais fluída entre a casa e a rua.

A relação do Bairro (ou falta dela) com a malha urbana envolvente terá sido outro influenciador para os problemas sociais ali vividos desde o seu início. Após o estudo feito ao território que acolhe o Bairro, foi possível entender o terreno onde as cinco torres se ergueram (no qual apenas três se mantêm actualmente): todo o ambiente que envolve a zona habitacional do bairro é marcado por uma sensação de isolamento, de barreiras intermitentes com diferentes naturezas mas que juntas sempre contribuíram para uma segregação silenciosa. Encontram-se vários tipos de barreira: a topografia, as propriedades devolutas e em ruína, ou os espaços sobrantes inutilizados.

Sente-se, assim, um forte afastamento do Bairro em relação a toda a cidade, saindo apenas quem trabalha fora. “O Bairro do Aleixo é um lugar de difícil controlo, uma espécie de fortificação. Torna-se fácil sinalizar a aproximação de forasteiros, o que é óptimo quando se está a trabalhar num negócio clandestino”⁵⁸.

⁵⁷ Entrevista realizada a José Renato Sousa, presidente da Associação de Promoção Social da População do Bairro do Aleixo, a 15 de Fevereiro de 2018.

⁵⁸ FERNANDES, Luís, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos*, nº 249, Jan – Abr 2014, pp. 282-297.



Fig. 53. Fotografia do interior da torre 3 do Aleixo, janela da galeria de acesso às casas, 2019.

A ideia que prevalece sobre o Aleixo é que se trata de um Bairro isolado e fechado sobre si mesmo que contém autonomia social, tornando-se facilmente propício a negócios ilegais. O tráfico e consumo de droga é o tema que mais marca a identidade daquela comunidade e daquele local, complicando a vida de quem ali vive e não pretende qualquer tipo de relação com tais vertentes ilícitas.

A estas agravantes junta-se outra, já referida anteriormente: a falta de apoio e de interesse por parte da CMP e do governo. “A respectiva ‘degradação’, hoje apresentada como justificação para o ‘inevitável’ derrube das torres, é produto de opções políticas e corolário de um processo de abandono favorecido – quando não objectivamente promovido – pelo Estado”, acrescenta o sociólogo João Queirós.⁵⁹ Esquecidas ficaram as promessas de salvaguarda e requalificação do Bairro, desde a provisão de novos serviços à realização de obras de reabilitação dos edifícios e habitações.

O Aleixo é um dos casos na cidade marcado pela marginalização política, que acaba por conduzir à sua relegação socioespacial. Quando o mais importante seria a acção estatal enquanto entidade fundamental na ajuda da restituição da

“(...) (auto)estima capaz de proporcionar às classes populares os meios para ‘aparecer’, rompendo com a relegação e mesmo a invisibilização a que crescentemente têm sido votadas. (...) Quando, porém, as instâncias e agentes estatais agem precisamente no sentido do aprofundamento dessa relegação e dessa invisibilização – ao abandonarem (...) –, então a política reduz-se a actividade de ‘soma-zero’, com os mesmos ‘ganhadores’ e ‘perdedores’ de sempre.”⁶⁰.

O desleixo que impera desde o início da vida do Bairro por parte da CMP na apresentação das condições necessárias para uma vida digna provoca a falta de muitos acabamentos e arranjos indispensáveis. Além disso, faltaram os equipamentos que visavam dinamizar e valorizar a zona, conferindo certamente mais conforto, segurança e qualidade de vida aos moradores e ao bairro⁶¹. O Aleixo deteriorou-se progressivamente e o ambiente que se sente nos dias de hoje, potenciado por todo o desinteresse camarário, não adivinha um futuro próspero para os moradores que, já em situações adversas, ali crescem e vivem.

⁵⁹ QUEIRÓS, João, “A experiência reiterada da relegação socioespacial perspectivada a partir de um bairro do Porto”, in *Tempos Difíceis. As pessoas falam sobre a sua vida e o seu trabalho*, pp. 37 e 38.

⁶⁰ QUEIRÓS, João, “A experiência reiterada da relegação socioespacial perspectivada a partir de um bairro do Porto”, in *Tempos Difíceis. As pessoas falam sobre a sua vida e o seu trabalho*, p. 38.

⁶¹ “(...) aumentaram os problemas quanto aos moradores que viam realizados nesse complexo várias questões em aberto e que se podem resumir no que seria inserido nesse edifício (...). Este complexo ocuparia uma área compreendida entre as torres 3, 4 e 5 (...)”, CAMPOS, Valentim, “Aleixo: O bairro de desencanto”, in *O Primeiro de Janeiro*, 6 de Janeiro de 1982, p. 9.



Fig. 54. Fotografia do interior da torre 3 do Aleixo, escadas de acesso aos vários pisos, 2019.

Neste meio economicamente pobre, o que mais caracteriza e define o Aleixo são os agregados familiares afectados pelo desemprego e as famílias numerosas sem meios de subsistência e problemas sociais, nomeadamente álcool, droga e prostituição.

O investigador Luís Fernandes esclarece:

“a desindustrialização levou a que os bairros em geral – e o Aleixo é um caso agudo – entrassem numa certa agonia económica. (...) Houve a dispensa de muitos trabalhadores, o desemprego foi crescendo. Em meados dos anos 90, a taxa de desemprego no Aleixo era de 30%, quando a do país não chegava a 6%. Isto fez que pessoas em situação de sofrimento económico aceitassem desempenhar papéis de risco em economias subterrâneas, como o mercado da droga.”⁶² .

A carência de apoio regular e contínuo teve um impacto bastante negativo na comunidade, que levou à criação de um espaço totalmente segregado e desconectado da cidade que o envolve. Um grupo populacional “fechado” forma facilmente um grupo à parte da cidade. “Não será de estranhar que nos contextos mais deserdados da cidade se reforcem processos de produção social de autênticas “identidades negativas””, acrescenta João Queirós⁶³.

Verifica-se uma complexa e vasta sucessão de factores que conduziram à degradação do Bairro. Pode, então, entender-se que toda a má fama e estigmatização que o Bairro do Aleixo adquiriu ao longo dos anos conduziu a um problema que não se concentra apenas no terreno, mas que se estende por toda a cidade – os preconceitos criados à volta deste caso de estudo, aceleram os seus processos de *guettização* e consequentes incentivos à sua demolição. Um Bairro que tem sido “empurrado” pelo poder político – e também pelo imaginário do resto da cidade devido à constante impregnação deste estigma na opinião pública⁶⁴ – para as margens.

As ocorrências negativas que acontecem no Bairro – o tema das drogas é o maior exemplo – e resultante segregação, potenciam a crescente ruptura com a cidade do Porto, identificando negativamente os seus moradores, e conduzindo à perda de auto-estima colectiva.

62 FERNANDES, Luís, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos*, nº 249, Jan – Abr 2014, pp. 282-297.

63 QUEIRÓS, João, “A experiência reiterada da relegação socioespacial perspectivada a partir de um bairro do Porto”, in *Tempos Difíceis. As pessoas falam sobre a sua vida e o seu trabalho*, p. 38.

64 “A mediatização de determinados acontecimentos e ocorrências assume frequentemente uma tonalidade sensacionalista, contribuindo para difundir e reforçar uma imagem negativa dos bairros de habitação dita social.” GUERRA, Paula, “Contextos de vivências no bairro do Cerco do Porto: Cenários de pertenças, de afectividades e de simbologias”, in *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, p.66.



Fig. 55. Fotografia do campo de jogos existente no Bairro do Aleixo.



Fig. 56.

Muitos residentes e ex-residentes do Bairro procuram clarificar que em nada se relacionam com os problemas sociais vividos aí e que em diversas situações a imagem que passa para fora é muito distorcida da realidade. Por exemplo, Andreia, que em 2015 ainda habitava no Bairro do Aleixo – data da entrevista – vivia ali desde que nasceu e afirma que ela e a sua família nunca tiveram problemas com as pessoas ligadas ao tráfico de droga: “não se metem connosco, nem com os nossos meninos. Isto tem mais fama do que aquilo que é.”⁶⁵.

O fenómeno da droga evidenciou-se, apropriou-se do Bairro, resumindo a sua imagem ao narcotráfico, como se ali não houvesse mais nada para além da droga – vidas normais, famílias normais, com pais e filhos, que tomam o pequeno-almoço juntos e saem para o trabalho e para a escola.

Não se trata de uma realidade linear, mas sim de um processo longo e complexo, que dura há vários anos e envolve várias pessoas e entidades. O narcotráfico não irá deixar de existir só pela deslocação das pessoas, porque o negócio muda-se com elas, e deixar de existir num lugar significa que vai passar a existir noutra.

Durante o desenvolvimento deste trabalho procurou-se reforçar a ideia de que não cabe à arquitectura resolver o problema da droga, ou qualquer outro problema de carácter social. Ainda que se debata muito sobre o papel do arquitecto perante este tipo de casos problemáticos marcados pela exclusão social, considera-se possível atenuar algumas questões e produzir espaços dotados de qualidades até então nunca exploradas.

É preciso encontrar novas formas de viver na cidade, aceitando as variáveis que a vida em comunidade implica e evitar a contínua divisão do Porto em dois, geográfica e economicamente. A opção de concentrar pessoas de um determinado estatuto social ou étnico em territórios restritos não é viável.

A cidade do Porto enfrenta actualmente esta condição. O centro da cidade está cada vez mais reservado para os de “fora”, e os de “dentro” vêm-se obrigados a deslocar-se para a periferia. A tendência natural do mercado está a focar-se em aumentar as assimetrias dentro da cidade, e a Câmara está a reforçar essa prática.

O mote do “direito à cidade”, outrora desenvolvido por Henri Lefebvre, defendia a apropriação colectiva do espaço urbano e, na sua continuidade, desenvolve-se como catalisador das mais diversas actividades abrangentes a todas as classes.

“O espaço social é o da sociedade. (...) Cada ‘sujeito’ situa-se num espaço onde ele se reconhece, do qual usufrui e modifica”⁶⁶.

65 COSTA, Rita Neves, BASTOS, Raquel, “Bairro do Aleixo: Entre o ‘querer ficar’ e o ‘querer sair’”, in *JPN (Jornalismo Porto Net)*, publicado a 29 de Junho de 2015, consultado a 15 de Abril de 2019, disponível em <https://jpn.up.pt/2015/06/29/bairro-do-aleixo-querer-ficar-querer-sair/>.

66 LEFEBVRE, Henri, *A Produção do Espaço*, Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La Production de l'Espace*, 4ª éd., Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006, p. 37.



Figs. 57 e 58. Frames da curta-metragem 'Bicicleta', de Luís Vieira Campos. A história 'parte do conceito de vizinhança e de família, a sobrevivência definida por princípios de alteridade que, no cenário de um bairro tão mitificado, ocorrerá com a naturalidade inevitável ao ser humano.'

Assiste-se à cidade a definir-se unicamente a partir da adequação a um tipo de procura, que o mercado modela e o turismo materializa. Num relance, o poder de compra define as zonas “nobres”, as zonas “dignas” ou as áreas “lucrativas”, que excluem as vivências de sempre e os mais desfavorecidos, encaminhando-os para os “subúrbios”. “O espaço e o tempo produzidos, são trocados, são vendidos, são comprados, como ‘coisas’ e objectos!”⁶⁷.

Torna-se importante contrariar esta criação de territórios restritos que resultam em cidades marcadas por zonas – consoante as classes sociais ou o estilo de vida das pessoas – através de políticas conscientes que amenizem estes efeitos e preservem a identidade dos lugares.

“Continua a fazer todo o sentido voltar a colocar as pessoas – de forma reflexiva e participativa – no centro de projectos de intervenção, assegurando, entre outras componentes e de forma urgente, a análise dos impactos sociais dos projectos a implementar e a discussão desses mesmos projectos. É ainda crucial ter presente a história dos contextos e das vivências a que os contextos têm estado sujeitos, bem como as modalidades da sua produção e apropriação por parte das pessoas, atentar no modo de produção da vida quotidiana e perspectivar as intervenções – tanto globais como localizadas – a partir deste tipo de referenciais, pensando e realizando soluções territoriais minimamente integradas”⁶⁸.

As necessidades da população têm de ser uma preocupação comum e devem ser atendidas de forma igual e justa. Pretende-se uma população heterogénea, que reúna as mais diversas faixas etárias, etnias e estatutos sociais. O urbanismo deve ser planeado para proteger as pessoas, e a responsabilidade social tem de fazer parte de todos os processos.

É pertinente falar do “direito à cidade” como uma consequência do tema da “gentrificação”⁶⁹. Afinal, é a cidade a casa de todos?

67 “(...) Se há produção e processo productivo do espaço, há história. (...) A luta de classes, hoje mais que nunca, lê-se no espaço.” LEFEBVRE, Henri, *A Produção do Espaço*, Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La Production de l'Espace*, 4ª éd., Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006, pp. 4, 45 e 52.

68 PEREIRA, Virgílio Borges, “Uma imensa espera de concretizações... Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto”, in *Classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto*, projecto desenvolvido no âmbito dos programas PRAXIS e POCTI/SOC/10257/1998, p.146.

69 Gentrificação “designa um processo de atração de capital privado e novas classes médias para bairros tradicionais dos centros históricos das principais cidades do mundo. Esse investimento requalifica os bairros, produzindo uma regeneração urbana ao nível económico, cultural e ambiental, o que acaba por encarecer os preços fundiários e imobiliários. Perante a subida dos preços de arrendamento e para habitação de casa própria, as classes populares, que residem nesses bairros, vêem-se incapazes de suportar os custos e são obrigadas a sair. (...) É o processo que melhor materializa a luta de classes no espaço urbano contemporâneo, porque a substituição social faz-se ao nível de classes, numa determinada comunidade. Falando de uma forma simplificada e genérica: entram os ricos e saem os mais pobres e vulneráveis desses bairros populares.”, esclarece Luís Mendes, geógrafo e professor no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. SAMPAIO, Gustavo, “O processo de gentrificação em curso nas cidades (e periferias) de Lisboa e Porto”, in *Jornal Económico*, publicado a 2 de Fevereiro de 2018, consultado a 3 de Abril de 2019, disponível em <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-processo-de-gentrificacao-em-curso-nas-cidades-e-periferias-de-lisboa-e-porto-264850>.



Fig. 59. Seiscentistas, românticos e modernistas, com o Tejo, ao fundo.

2.3. A CIDADE É A CASA DE TODOS (?) A PROBLEMÁTICA NO SÉCULO XXI

A cidade será, provavelmente, o modo mais solidário que o homem inventou, enquanto formalização da possibilidade do viver colectivo. Viver numa cidade é uma forma sofisticada de trocarmos o produto do nosso esforço individual, dividindo tarefas, conjugando empenhos, encostando as casas lado a lado ou sobrepondo-as (e, simbolicamente, partilhando as mesmas paredes e as mesmas lajes).

Viver numa cidade, numa grande cidade, é garantir oportunidades de trabalho e conforto a todas as minorias, a todas as diferenças, a todos os grupos. Queremos ser iguais perante a lei mas sabemos que nascemos diferentes. A diferença é a nossa especificidade, a nossa riqueza e a riqueza da cidade; a cidade, o enorme e fantástico mosaico que resulta de todos os diferentes cidadãos e vontades postos lado a lado. (...) É lá que mais recorrentemente plasmamos os exemplos que nos encantam e ilustram esta capacidade que criámos de, equilibradamente, estar juntos, viver juntos, juntos ensaiarmos os diálogos contrastados e constantes que as dificuldades da vivência colectiva propõem.

Cidade múltipla e misturada, então, de raças, classes sociais, gastronomias, idades, sexualidades, profissões, culturas, religiões, sensibilidades, expressões, capacidades físicas ou de resistência, conhecimentos, gostos e manias.⁷⁰

⁷⁰ Este excerto retirado do livro *Manual das Cidades*, de Manuel Graça Dias, mais especificamente do capítulo “Viver – urbano, suburbano e antiurbano”, onde o arquitecto fala dos perigos da cidade actual e os seus “novos” modos antiurbanos, anti-cidade, anti-solidários e muito monoclassistas. DIAS, Manuel Graça, *Manual das Cidades*, Lisboa: Relógio D’Água Editores, p. 109.



Fig. 60. Lisboa: porta do Ministério das Finanças.



Fig. 61. Reacção exagerada a altas temperaturas.

Compreende-se que com a promoção do “direito à cidade” venha intimamente relacionado o “direito à habitação”. Estes temas propõem o desenvolvimento de um urbanismo capaz de melhorar as condições menos dignas em que vivem milhares de famílias, reabilitando as casas e mantendo as pessoas na sua cidade, sem especulações imobiliárias e sem processos de transferência para fora do centro da cidade. O apoio estatal será determinante, assim como a actuação dos próprios cidadãos.

“Num contexto socioterritorial tão relegado como o do centro histórico do Porto dos anos 1950, 1960 e 1970, há de ter sido realmente ‘extraordinária’ a possibilidade que muitos moradores tiveram após o 25 de Abril de 1974 de participar activamente no debate sobre o ‘direito à cidade’.”⁷¹

Na cidade do Porto, o negócio imobiliário, cada vez mais proveitoso para proprietários que procuram o aumento de lucros, desencadeou inúmeras ordens de despejo a quem se tornou pouco rentável. As necessidades de bem-estar da população residente vão sendo cada vez mais secundarizadas. “O que está a acontecer no Porto é um fenómeno de valorização do imobiliário que tende a empurrar para a periferia aqueles que nos últimos anos vinham a habitar o centro da cidade. (...) O que (...) ainda tende a converter a malha urbana num tecido monofuncional, vocacionado apenas para o turismo.”⁷² Os conceitos “gentrificação” e “turistificação”⁷³ passaram a fazer parte do vocabulário e do quotidiano de muitas famílias. Termos que surgem constantemente em todo o lado nos últimos anos, e vêm caracterizar as estratégias de transformação urbana dos centros históricos. “A gentrificação produz um efeito de expansão contínuo que afasta progressivamente as pessoas com menos posses dos centros urbanos.”⁷⁴

71 QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015, p. 146.

72 Andreia Garcia, arquitecta, curadora e professora universitária que vive actualmente no centro do Porto, in SAMPAIO, Gustavo, “O processo de gentrificação em curso nas cidades (e periferias) de Lisboa e Porto”, in *Jornal Económico*, publicado a 2 de Fevereiro de 2018, disponível em <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-processo-de-gentrificacao-em-curso-nas-cidades-e-periferias-de-lisboa-e-porto-264850>, consultado a 3 de Abril de 2019.

73 A turistificação acelera o processo de gentrificação. Trata-se de um fenómeno que reorganiza brutalmente as funções e valências da cidade: o turismo, com grande capacidade de impacto nos centros urbanos, traduz-se na substituição de um segmento de população por outro, com mais poder económico e de compra.

74 SAMPAIO, Gustavo, “O processo de gentrificação em curso nas cidades (e periferias) de Lisboa e Porto”, in *Jornal Económico*, publicado a 2 de Fevereiro de 2018, disponível em <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-processo-de-gentrificacao-em-curso-nas-cidades-e-periferias-de-lisboa-e-porto-264850>, consultado a 3 de Abril de 2019.



Figs. 62 e 63. Cartazes dispersos por toda a cidade alusivos às manifestações realizadas no Porto, onde se *gritou* pelos direitos à habitação, contra os despejos e contra a contínua segregação social.



Fig. 64. Manifestação no dia 1 de Maio de 2019, Porto.

Este “novo” urbanismo é responsável pela diminuição da oferta de habitação no centro histórico do Porto e sobretudo de uma habitação acessível à maior parte da população que habitava a área. Os moradores encontram-se, assim, sujeitos aos interesses económicos de privados. Altamente especulativos, estes interesses exploram as necessidades habitacionais de uma classe trabalhadora de baixos rendimentos com o aumento substancial das rendas das casas. É também o resultado da falta de acção do Estado que não promove a defesa dos direitos destes cidadãos – os projectos da cidade parecem promover a segregação e deslocalização dos seus residentes para áreas periféricas do núcleo urbano. Afinal, “quem permite tudo isto? Quem coloca na destruição a máscara do progresso? Quem abastarda completamente a alma de uma cidade com o discurso da inovação?”⁷⁵.

As sociedades evoluem, e a história das cidades altera-se e acompanha a própria cidade, transforma-se e escreve novas páginas. Mas pela vivência dos seus habitantes, das suas intervenções e acções.

A cidade vai perdendo a sua identidade à medida que perde as gentes que a criou. Os habitantes do Porto – responsáveis pela sua cultura e pelos seus costumes – vêm-se agora obrigados a deixar as suas casas, para se realojarem na periferia. A identidade dos lugares não é apenas feita de edifícios, mas também de pessoas e respectivas relações sociais. É necessário preservar a cultura desses lugares, assegurando que essas relações sociais – pessoais, profissionais, etc. – possam ali permanecer, e que, por outro lado, também possam ser capazes de aceitar novas pessoas e dinâmicas sociais que ali poderão chegar.

Também as reabilitações de edifícios no centro do Porto têm gerado grandes controvérsias. Se por um lado é positivo reabilitar casas e edifícios que apresentam vários danos que comprometem a saúde, segurança e conforto de quem os habita e respectiva segurança e salubridade da cidade; por outro lado a enorme (e ainda crescente) procura de profissionais para executar as renovações potencia um mercado muito competitivo, no qual os trabalhos mais baratos são os escolhidos – por serem mais vantajosos para os proprietários –, comprometendo assim a qualidade das obras.

A própria Câmara Municipal adianta que “a reabilitação urbana no Porto disparou nos últimos três anos. A cidade está autenticamente em reconstrução (...)”⁷⁶.

75 Crónica de Maria Leonor Figueiredo para a plataforma *Comunidade, Cultura e Arte*, “Precisamos falar sobre o Porto. Urgente. Chamar as coisas pelos nomes”, 28 de Abril de 2019, disponível em https://www.comunidadeculturaearte.com/precisamos-de-falar-sobre-o-porto-urgente-chamar-as-coisas-pelos-nomes/?fbclid=IwAR3GTUiQhCyLisDzIKoOPIFT2vLcKfc_bhWSoYFayyiXEbtIbQNgkqSkJso, consultado a 29 de Abril de 2019 pelas 10h.

76 Portal da CMP, disponível em <http://www.porto.pt/noticias/reabilitacao-urbana-no-porto-disparou-em-tres-anos>, consultado a 13 de Abril de 2019, às 19h00.



Figs. 65 e 66. Fotografias que retratam um exemplo dos fachadismos que se repetem pela cidade. Este edifício (ou parte dele, neste caso) encontra-se na rua das Oliveiras, Porto, 2018.

A arquitectura não pode ignorar as transformações que ocorrem na cidade, que, num momento em que quase todo o centro se encontra em obras, o método aplicado revela pouco cuidado com a história e a memória dos edifícios, repetindo-se independentemente da sua “base”, onde a prioridade é reabilitar casas o mais rapidamente possível, para que os proprietários possam lucrar com o seu aluguer ou venda (agora mais caro) o quanto antes.

A grande maioria das reabilitações conta com o excepcional cuidado de manter as fachadas – desta forma a cidade mantém a sua característica aparência – mas posteriormente revelam despreocupação com a identidade e caracterização do interior.

Em alguns casos nem a estrutura é aproveitada, e os esforços económicos de manter apenas as fachadas reforçam ainda mais a ideia de que as novas casas reabilitadas não são para as carteiras dos residentes. A cidade assiste à descaracterização dos espaços que naturalmente a compunham, levando à perda da sua identidade – o comércio tradicional desaparece e há a alteração do “património edificado, inclusive classificado, em que apenas sobrevivem as fachadas dos edifícios”⁷⁷.

As intervenções comprometem, então, o valor dos edifícios, onde uma “política de fachadismo” tende a ser privilegiada. A Câmara parece esquecer que o Porto é Património Mundial da Humanidade desde 1996, comprometendo muitas vezes o património que se comprometeu a salvaguardar. Da mesma forma, não têm sido tomadas precauções nem medidas para controlar a saída dos habitantes do núcleo urbano e evitar os tais processos de gentrificação e turistificação. Este tipo de acções têm vindo a afectar de forma mais profunda o centro histórico da cidade, porém, considerou-se importante referir estas dinâmicas imobiliárias para, assim, relacionar com a pressão exercida sobre a demolição das torres do Aleixo com a intenção de libertar aqueles terrenos junto ao rio.

Devido a todos estes processos violentos que afectam o património da cidade⁷⁸, torna-se cada vez mais importante reabilitar preservando tanto quanto possível o conjunto edificado - não só no seu exterior, mas também investir no cuidado de manter espacialidades e ambientes interiores que caracterizem os edifícios -, e principalmente o tecido social e cultural existente – da mesma forma que defendia o arquitecto Fernando Távora com o seu lema “continuar, inovando”, aplicado ao “Estudo de Renovação Urbana do Barredo”.

77 Andreia Garcia, in SAMPAIO, Gustavo, “O processo de gentrificação em curso nas cidades (e periferias) de Lisboa e Porto”, in *Jornal Económico*, publicado a 2 de Fevereiro de 2018, disponível em <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-processo-de-gentrificacao-em-curso-nas-cidades-e-periferias-de-lisboa-e-porto-264850>, consultado a 3 de Abril de 2019.

78 A Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) “publicou em Fevereiro de 2018 uma avaliação esmagadoramente crítica sobre a conservação do Centro Histórico do Porto, considerando que várias intervenções desrespeitam a Convenção para a Protecção do Património Mundial e até a legislação nacional.” “Centro Histórico do Porto numa encruzilhada: fachadismo ou recuperação?”, in *Jornal O Público*, publicado a 19 de Junho de 2019, disponível em <https://www.publico.pt/2018/06/19/local/opiniaio/centro-historico-do-porto-numa-encruzilhada-fachadismo-ou-recuperacao-1834732>, consultado a 16 de Abril de 2019.



Fig. 67. Cidade do México e os seus tempos e estilos justapostos.



Fig. 68. Bairro residencial em Coyoacán, Cidade do México, no qual os residentes intervêm, transformam e constroem o espaço colectivo.

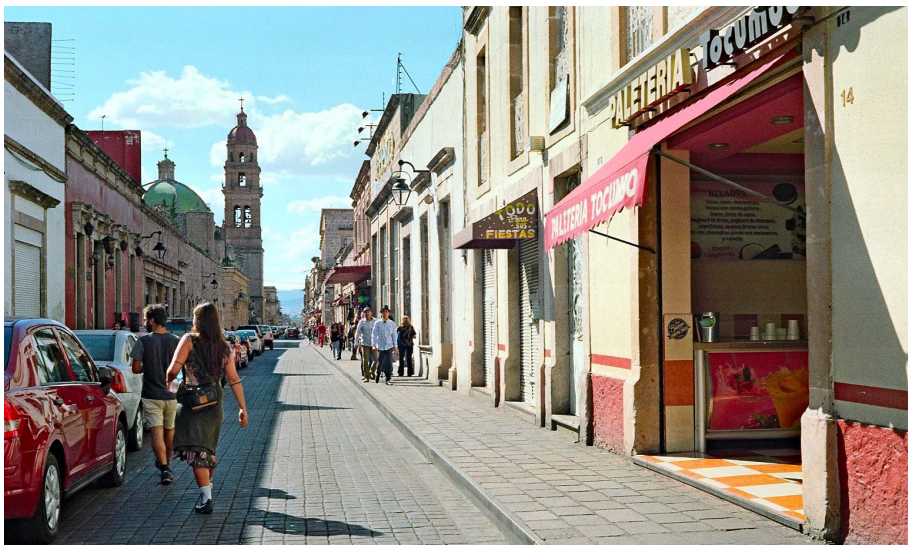


Fig. 69. Cidade do México e os seus contrastes urbanos - heterogeneidade.

“(…) Ao longo dos tempos os estilos também coexistiram, justapostos e articulados numa mesma cidade ou num mesmo edifício. (…) Não podemos debruçar-nos sobre o espelho do património nem interpretar as imagens que ele nos reenvia actualmente, sem procurar, antes de mais, compreender como a grande superfície desse espelho foi constituída pouco a pouco pela soma e pela fusão de fragmentos, a princípio chamados antiguidades, e depois monumentos históricos. (…) Uma nação pode dar-se ao direito de destruir os fundamentos materiais da sua história?”⁷⁹.

Ter direito à cidade passa pelo direito de todas as pessoas intervirem, transformarem e construírem esse espaço partilhado e colectivo.

“Parece-me importante que inclusive na construção da habitação social se crie uma dimensão de participação e de propriedade, que possa dar ensejo a uma apropriação colectiva e não só individual”⁸⁰.

Direito à cidade deve ser entendida como direito à habitação, direito à rua – espaço de actividade pública, social e cultural – e direito ao lugar – participação no tecido social, laços de vizinhança, memória e perspectiva de futuro, sentido de pertença comum. Nesta luta participam agregados familiares sem possibilidades nem de viver onde se estabeleceram, nem de habitar espaços em condições dignas; jovens trabalhadores sem rendimento suficiente nem para um pequeno apartamento na cidade, estudantes que se vêm obrigados a sair da sua cidade para poderem tirar um curso superior (sendo a maioria deles ainda sustentados pelas respectivas famílias que não estão preparadas para as rendas altíssimas), idosos cuja pensão não paga nem a medicação, quanto mais a nova renda da casa onde sempre viveram. A luta pelo direito à cidade é uma luta de classes, uma luta pela tomada do rumo das próprias vidas.

A dimensão social da arquitectura é projectar a cidade e a casa como parte comum ao homem enquanto ser social, ou seja, contribuir na produção de ambientes que lhe proporcionem as condições de vida em comunidade.

O artigo *Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais* esclarece sobre a importância de heterogeneidade social na vida das cidades e das gentes que as compõem: “o espaço social urbano, não apenas como espaço físico, mas como um espaço utilizado pelos actores sociais, é resultado da existência simultânea de várias actividades e de vários grupos, com posições diferenciadas e com diferentes capacidades de acção sobre a vida social e sobre o espaço”⁸¹.

79 CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70, pp. 14, 24 e 95.

80 VIEIRA, Álvaro Siza, *Imaginar a evidência*, Lisboa: Edições 70, 2000, p.45. Álvaro Siza (1933) é um arquitecto português, conta com muitas obras construídas em todo o mundo e um percurso marcante. É ainda vencedor de um prémio Pritzker – prémio internacional de arquitectura.

81 GONÇALVES, António Custódio, “Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais”, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Série, Vol. IV*, Porto, 1988, p.15.



Fig. 70. Fotografia do interior da torre 3 do Bairro do Aleixo. Mostra as vistas que as torres têm sobre Gaia.

A heterogeneidade social enriquece a vida de cada um com a variedade de contactos e trocas. Actualmente, a maior parte dos projectos de urbanistas defendem a heterogeneidade, apesar de constatarem que a homogeneidade é recorrentemente a regra.⁸² A homogeneização é a morte da identidade individual de cada bairro e cidade.

Regressando à questão que inicia este capítulo – é a cidade a casa de todos? – torna-se pertinente mencionar a situação que o Bairro do Aleixo tem vivido nos últimos anos.

O terreno onde se situa o Bairro tem grande valor imobiliário – como já referido, está virado a sul, com vistas panorâmicas, próximo do rio Douro e do centro da cidade – e é inegável que se torna muito mais rentável se servir a classe alta. Às potencialidades do terreno, basta juntar o fenómeno da droga que contamina o nome do Aleixo que facilmente se chega a “soluções” como a erradicação total do conjunto habitacional e depois, quem sabe, construir ali condomínios privados.

A desculpa do narcotráfico “foi um álibi que a Câmara utilizou para libertar aqueles terrenos, e para se livrar da gestão de um bairro que já era um caso complicado há muitos anos”, afirma Luís Fernandes⁸³.

Foi assim que surgiram os primeiros rumores sobre a demolição do Bairro do Aleixo, como única “solução” para o problema que o caracteriza. “A razão que move Rui Rio é, sobretudo, a degradação dos costumes: se numa torre com 64 fogos existem um ou dois traficantes, deita-se o prédio abaixo e a seguir, já agora, o bairro inteiro.” refere o arquitecto Alexandre Alves Costa, numa crítica à demolição das torres do Aleixo⁸⁴.

Desta forma, também os moradores do Aleixo carregam consigo o medo e a insegurança relativamente ao futuro das suas casas, e conseqüentemente das suas vidas. Trata-se de uma questão que não assombra apenas os residentes do centro histórico do Porto, mas que se torna cada vez mais transversal a toda a cidade.

82 “O espaço da ‘modernidade’ tem características precisas: homogeneidade, fragmentação, hierarquização.” LEFEBVRE, Henri, *A Produção do Espaço*, p.7.

83 FERNANDES, Luís in MOREIRA, Paulo, PESTANA, Mariana, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos* n.º 249, Jan – Abr 2014, pp. 282-297. Luís Fernandes acrescenta: “se a causa da demolição fosse a droga, porque é que começaram pelas torres que não tinham problemas de drogas e não pela torre 1?”

84 COSTA, Alexandre Alves, “Tipologia e luta de classes – A propósito da demolição das Torres do Aleixo no Porto” in *Jornal dos Arquitectos* n.º 237, 2010.



Fig. 71. Torre 3 do Bairro do Aleixo.

2.4. A QUEDA DOS GIGANTES DE 13 ANDARES

O processo de demolição, para além da sua complexidade técnica, tem uma forte dimensão política e social. “Arrasar” com edifícios, ainda que seja legal, é quase sempre controverso, pois afecta a relação com a memória colectiva de quem ali morava. E, neste caso, “a opção é política, não técnica”⁸⁵.

Em 2001, a poucos meses das eleições autárquicas, o então candidato à presidência da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, manifestou-se contra a demolição das torres. Em jeito de propaganda, chegou a dirigir-se ao Bairro para garantir a quem ali vivia que o que comandaria as suas decisões seria o interesse dos moradores, conseguindo assim o apoio da comunidade na sua eleição.

Em 2002, esta “bandeira eleitoral” ganhou mais força quando disse que o Bairro do Aleixo seria recuperado, e não demolido, voltando a reforçar que nada seria feito contra a vontade dos moradores. Chegou a oficializar a “promessa”, a pedido dos habitantes do Bairro, com uma carta assinada (ver nota de rodapé nº 88).

No entanto, em 2007, a ameaça de demolição ainda pairava no ar. Com receio de perder as suas casas, a Associação de Moradores entregou à Câmara Municipal do Porto um abaixo-assinado, apelando à permanência do Bairro do Aleixo.

As jogadas de Rui Rio revelaram-se bastantes claras: o político tinha como único objectivo fazer campanha eleitoral de forma a alcançar mais apoiantes, e acabou por não cumprir as suas promessas. Reabilitar implica preservar e melhorar as condições de um edifício ou conjunto habitacional, conceito bastante distinto da erradicação total do Bairro e da construção de novos edifícios que nem sequer irão servir para realojar a população que ali vive.

Lamentavelmente, as políticas de requalificação urbana, mostrando pouca sensibilidade, favorecem a progressiva destruição do tecido social original. Recorrentemente assistimos à preferência de soluções arquitectónicas pouco dignas, quer para os habitantes, quer para a herança histórica da cidade, contrariando os ideais de sustentabilidade ambiental e social através da preservação do valor cultural, tanto do património, como da cidade.

⁸⁵ PESTANA, João, in MOREIRA, Paulo, PESTANA, Mariana, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos* nº249, Jan – Abr 2014, pp. 282-297.



Figs. 72, 73 e 74. Fotografias tiradas momentos antes da implosão da Torre.

A Câmara, sob o argumento principal do tráfico e consumo de droga existente no Aleixo, entregou os terrenos a um Fundo Imobiliário, prevendo a demolição total do Bairro. Em contrapartida, o Fundo teria de garantir a todos os moradores das Torres habitação em zonas do centro do Porto⁸⁶.

Assim, a demolição do Bairro foi anunciada e a implosão da primeira Torre do Aleixo foi feita a 16 de Dezembro de 2011 e a segunda em Abril de 2013, correspondendo às Torres 5 e 4, respectivamente. “Se até ao final de 2011 [os moradores] tinham esperança em permanecer no bairro – sentiram até ao último momento que a luta contra a demolição iria resultar –, com a queda da torre 5 essa esperança desmoronou-se. A revolta expressa no momento da primeira implosão, foi substituída pela apatia em relação à demolição da torre 4”⁸⁷.

As promessas e os fundos direccionados para o realojamento dos moradores das torres entretanto ficaram pelo caminho, atrasando, por um lado, todo o plano de demolição das restantes três torres e, por outro, negligenciando muitas famílias que ficaram sem tecto ou condições mínimas para viver⁸⁸.

Em 2013 o relatório do Fundo dizia que “a realização da totalidade dos trabalhos previstos, incluindo a construção de novos edifícios para entregar à Câmara Municipal do Porto e a realização de obras de infra-estruturas no terreno do bairro do Aleixo, carecem de adequado financiamento”⁸⁹.

Se o fundo não tem financiamento para fazer os trabalhos a que se comprometeu, fará sentido dar continuidade ao projecto de demolição das restantes torres?⁹⁰

86 “O FEII [Fundo Especial de Investimento Imobiliário] foi constituído em 15 de Novembro de 2010, com sede em Lisboa. O seu regulamento de gestão confirmava a controvérsia: O Fundo tem como objectivo principal a promoção imobiliária dos terrenos sitos na freguesia de Lordelo do Ouro, Porto, conhecidos por Bairro do Aleixo e classificados como “Área de Reabilitação Urbana” (...). Para além das normais actividades da promoção imobiliária que incluem o desenvolvimento de projectos de construção, o Fundo promoverá a construção e a reabilitação de edifícios que lhe sejam indicados pelo município do Porto, constituindo estas obras de construção e de reabilitação a contrapartida da aquisição dos terrenos acima referidos.” MOREIRA, Paulo, PESTANA, Mariana, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos* n.º 249, Jan – Abr 2014, pp. 282-297 disponível em <http://arquivo2.jornalarquitectos.pt/aleixo-sempre/>, consultado a 19 de Novembro de 2018.

87 MOREIRA, Paulo, PESTANA, Mariana, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos* n.º 249, Jan – Abr 2014, pp. 282-297

88 “Só se avançará com essa ideia desde que seja possível ir construindo e transferindo os moradores, sem que estes tenham de sair do local (isto é, constroem-se as casas novas, transferem-se os moradores e só depois se deitam as outras casas abaixo). (...) Em todo este processo os moradores do Aleixo serão sempre ouvidos, pelo que ninguém sairá do Aleixo se não quiser.” excerto da carta enviada aos moradores do Bairro, assinada pelo presidente Rui Rio, a 14 de Abril de 2000, onde esclarecia a sua posição em relação às demolições. MOREIRA, Paulo, PESTANA, Mariana, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos* n.º 249, Jan – Abr 2014, pp. 282-297

89 Relatório de gestão do FEII, de 19 de Março de 2013, MOREIRA, Paulo, PESTANA, Mariana, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos* n.º 249, Jan – Abr 2014, pp. 282-297.

90 Rui Moreira, actual presidente da Câmara (sucedeu ao social-democrata Rui Rio um ano depois da segunda demolição), declarou que as demolições não podem avançar antes do Fundo Imobiliário construir em diversas zonas da cidade a habitação social prevista como contrapartida pela demolição do bairro do Aleixo: “só permitiremos demolições no Bairro do Aleixo depois de termos isto [habitação social nas Eirinhas, com conclusão prevista para final de 2017] e a travessa de Salgueiros prontos.” https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/demolicoes_no_bairro_do_aleixo_porto_so_no_proximo_mandato_rui_moreira, por Lusa, 18-05-2016.



Figs. 75, 76 e 77. Fotografias de vários momentos da demolição da torre 5 do Bairro do Aleixo.



Figs. 78, 79 e 80. Fotografias dos escombros resultantes da demolição da torre 5 do Bairro do Aleixo.



Fig. 81.



Fig. 82. Entidades camarárias a entaipar as entradas de uma das torres do Aleixo.

O Estado português, que consagra no artigo 65.º da Constituição o direito à habitação, não pode activamente atirar pessoas e famílias sem recursos para a rua, destruindo-lhes a casa onde vivem, sem lhes conceder alternativas de habitação⁹¹.

Até Novembro de 2013, para além dos 128 fogos destruídos, ficaram 81 fogos devolutos nas restantes torres. Dos (ex)moradores que conseguiram realojamento, muitos partiram para bairros e edifícios camarários (Cercos, Pasteleira Nova, Pinheiro Torres), “os novos supermercados da droga”, dizem os que acompanham mais de perto.

No artigo “Aleixo ao Desleixo”, Pedro Bandeira defende “uma requalificação do bairro, que envolva a participação dos moradores e o seu direito de pertença, consciente de que, nem o urbanismo, nem a arquitectura resolverão um problema social vasto e complexo”⁹².

As cidades ganham valor por todas as camadas temporais de paisagem construída que vão colecionando. É no carácter genuíno de uma cidade que reside o seu interesse. O “existente” deve ser visto como um reservatório de potencialidades em que vale a pena investir conscientemente. “É porque não se recorre à demolição que se vai muito mais longe. Todas as ferramentas do projecto já se encontram no lugar, falta simplesmente reorganizá-las, modificá-las, completá-las”, defendem os arquitectos franceses Anne Lacaton, Jean-Philippe Vassal e Frédéric Druot, no seu estudo *Plus*⁹³, onde ensaiam alternativas à opção de demolição de grandes edifícios habitacionais (maioritariamente torres) que eram construídos nas periferias de Paris e serviam para alojar operários e classes mais carenciadas. Estes *grands ensembles* começaram a ser demolidos, porque se transformaram, num curto período de tempo, em focos renegados e degradados. A visão destes arquitectos – que procuraram solucionar os problemas destes conjuntos habitacionais também eles sociais sem recorrer à erradicação – é, assim, importante para o caso de estudo.

91 Em Abril de 1976, foi publicada a *Constituição da República Portuguesa*, e o seu artigo 65º define como direito fundamental o “direito à habitação”: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”

92 BANDEIRA, Pedro, “Aleixo ao Desleixo”, in *Jornal O Público*, 6 de Junho de 2009.

93 DRUOT, Frédéric, LACATON, Anne, VASSAL, Jean-Philippe, *Plus, Les grands ensembles de logements. Territoires d'exception*, Ministère de la Culture et de la Communication, Direction de l'Architecture et du Patrimoine, 2004, p. 39.



Fig. 83.



Fig. 84. O processo SAAL.



Fig. 85. O processo SAAL.

2.5. RECOMPOR TECIDOS

A demolição das duas torres do Aleixo não significa recomeço, não significa mudança, não inclui sequer esperança. Os habitantes, exilados do seu próprio Bairro, ficam longe das redes que criaram durante décadas de (sobre)vivência. Sujeitos, uma vez mais, a situações precárias em zonas da cidade menos propícias, pelo menos por agora, a apetites imobiliários.

O Aleixo “era uma comunidade muito forte e muito unida. Era um bairro com uma dinâmica interna muito forte. São histórias de vida e memórias que ruíram juntamente com as duas torres”⁹⁴.

Anteriormente referiu-se a impotência da prática arquitectónica e urbanística perante a resolução total dos problemas que vigoram em casos habitacionais marginalizados e excluídos do núcleo urbano.

Porém, defende-se que a arquitectura não deixa de ter um alcance político e social na vida do Homem, podendo integrar estratégias de resolução de problemáticas associadas à desigualdade económica que se manifesta nas condições precárias em que vivem as classes mais baixas, contribuindo para a gradual revitalização das suas comunidades e respectivas estruturas.

“Em vez de aceitar a destruição de antigos edifícios e tecidos urbanos, estas políticas [de recompor tecidos] para os centros histórico, no geral e de marcado tom progressista, pretendem manter o património edificado e os tecidos urbanos como um bem colectivo irrenunciável frente à voracidade da especulação imobiliária, mantendo o carácter misto de residência, comércio, produção artesanal e serviços próprios destas áreas históricas”⁹⁵.

O trabalho desenvolvido em bairros sociais acaba por permitir uma melhor compreensão das necessidades reais do Homem, entendendo a sua individualidade e a situação limite a que foi sendo sujeito. Apenas deste modo se pode garantir uma melhoria realmente eficaz na vida dessas pessoas, que não depende apenas do cumprimento dos seus desejos mais superficiais, mas também, e essencialmente, de uma resposta profunda aos problemas do seu dia-a-dia, procurando garantir segurança, conforto e igualdade social.

O acompanhamento destes processos junto das comunidades envolvidas, em colaboração com grupos culturais e sociais e a par das câmaras e investidores imobiliários, é importante para assegurar que os interesses dos residentes, da Câmara e dos investidores estão alinhados e todos beneficiam. Este processo é essencial para a preservação da identidade dos locais e transformação cultural das cidades, a par de estratégias sustentáveis e inclusivas.

94 SALAVIZA, João, in ROCHA, Sara de Melo, “Há uma espécie de trauma colectivo no bairro do Aleixo”, *TSF Rádio Notícias*, 15 de Fevereiro de 2018, disponível em <https://www.tsf.pt/cultura/interior/ha-uma-especie-de-trauma-coletivo-no-bairro-do-aleixo-9119288.html>, acedido a 22 de Junho de 2018.

95 SOLÀ-MORALES, Ignasi, “Território Construído – La Ciudad desde la Arquitectura”, in *Arquitectura Viva* 35, Março-Abril de 1994, p.36.



Fig. 86. Planta de 1969 com os projectos do Centro Social e da Escola Primária do Aleixo (primeiros estudos da Escola, que mais tarde acabou por se construir, mas com uma implantação diferente).

As políticas e os métodos aplicados ou por aplicar no caso do Aleixo – ou noutros casos semelhantes – não solucionam o “problema” e até chegam a ser contraditórios: faz sentido demolir um bairro habitacional dada a falta de habitação social no Porto?

Fazer desaparecer um património que nem sempre é desprovido de qualidades arquitectónicas e urbanas é um gesto forte que debilita e traumatiza a comunidade envolvida. “A concepção da arquitectura da cidade teve a sua maior fortuna nas operações feitas sobre a cidade existente”⁹⁶.

Os territórios urbanos já existem e estão cheios de potencialidades muitas vezes ignoradas e desprezadas.

A história da cidade modela a sociedade que nela vive, e a arquitectura encontra-se incluída nesse processo. Por isso, espera-se que as intervenções feitas na malha urbana reflitam sobre a relação entre a paisagem construída e a paisagem natural de enquadramento, e que resultem na formulação de propostas que tenham a capacidade, enquanto objectos arquitectónicos, de se transformarem em elementos agregadores da imagem e cultura de um lugar. A transformação em arquitectura, o reutilizar como criação e construção tomam o lugar da intenção ingénua de querer ser criativo. É necessário alimentar o interesse pelo que está detrás. Aprender a potenciar, antes de anular ou sobrepor. O contexto, o lugar, o mundo que habitamos hoje transpiram esta necessidade de mudar sem saber como.

“Os territórios urbanos já estão constituídos e construídos. O verdadeiro desafio actual é o de intervir, de transformar, de melhorar, de completar e de densificar a cidade, dando-lhe uma maior qualidade”⁹⁷.

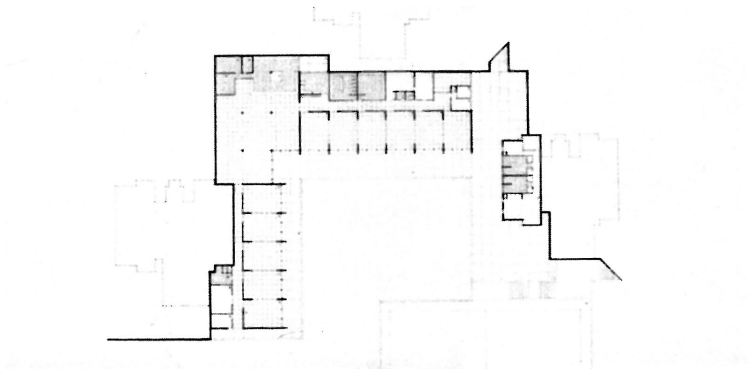
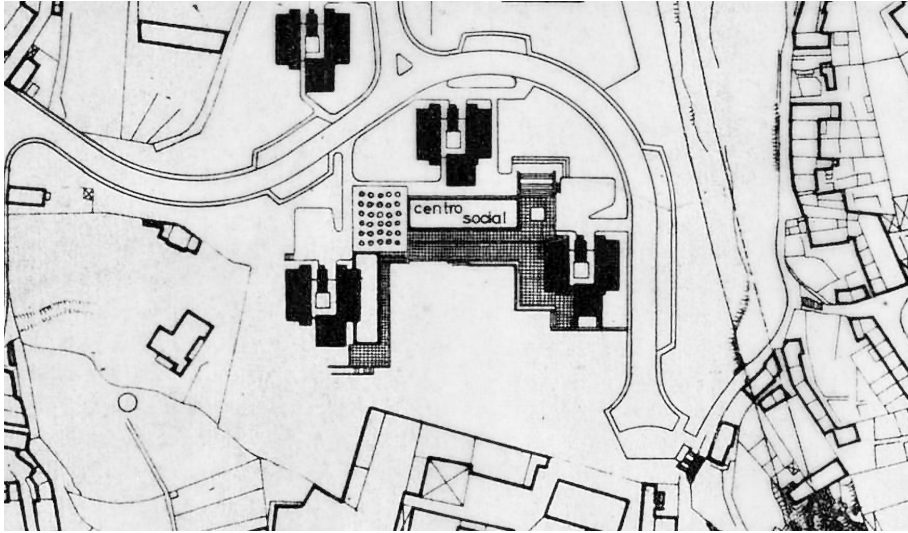
Desta forma, atentando não só ao que existe no território, ao que compõe e caracteriza o lugar que acolhe o Bairro, estudaram-se as propostas iniciais desenvolvidas para este terreno. Assim, e reforçando a importância do papel do arquitecto nestes processos complexos de construir a habitação para uma comunidade específica⁹⁸ que se mantém à margem da cidade – ainda que fisicamente possa estar no centro⁹⁹ –, o projecto original de Manuel Teles para o Bairro do Aleixo já mostrava uma preocupação com a relação que o Bairro estabelecia com a cidade, através do desenho de programas públicos e sociais planeados para apoiarem as torres habitacionais (ver nota de rodapé nº53).

96 SOLÀ-MORALES, Ignasi de, “Território construído – La ciudad desde la arquitectura”, in *Arquitectura Viva* 35, Marzo-Abril 1994, p. 35.

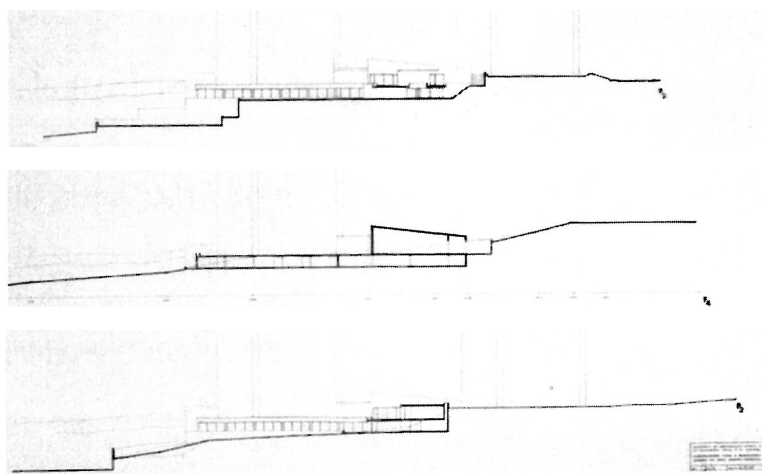
97 VASSAL, Jean-Philippe, entrevista no *Journal l’Humanité*: “Le choix de la démolition est l’ultime violence faite aux grands ensembles”, Julho 2004.

98 Note-se que o projecto para o Bairro do Aleixo surgiu com o propósito de realojar os moradores da Ribeira-Barredo, que iam ver as suas casas demolidas (ou nalguns casos, reabilitadas), consequência dos processos de salubridade do centro histórico do Porto. Desta forma, muitos dos moradores do Aleixo passaram por processos de realojamento (que se revelam normalmente muito complexos e devastadores) mais do que uma vez e sem nunca poderem tomar qualquer decisão sobre o assunto.

99 Alusão ao título do livro do sociólogo João Queirós – *No Centro, à Margem* – várias vezes mencionado neste trabalho e que constituiu uma das referências mais importantes para compreender os processos políticos e sociais do Porto desde o século XX até aos dias de hoje.



Figs. 87 e 88. Implantação original dos equipamentos comunitários do Bairro do Aleixo, evidenciando a plataforma proposta por Manuel Teles que se pretendia entre as torres C, D e E.



Figs 89, 90 e 91. Cortes longitudinais pelos programas sociais e colectivos propostos (espaços não construídos).

A intenção do arquitecto de promover um conjunto habitacional que pressupunha a autossuficiência do Bairro e conseqüente optimização dos elementos urbanísticos, reflectiu-se na lógica de implantação do conjunto. Um Centro Social e pequenas lojas virados para o rio e assentes numa plataforma entre as três torres mais a Sul propunham uma dimensão pública (e inovadora) que, construindo espaços de estar e de descanso fora do ruído urbano, estimulam esta ligação com a cidade e uma vida mais segura e sustentável para os moradores do Aleixo. Pode ler-se na Memória Descritiva do projecto que “(...) haviam sido projectados um Centro Social, destinado a múltiplas actividades, e pequenas lojas para o comércio no rés-do-chão, que organizavam a composição do conjunto ao integrar os diferentes edifícios através de uma plataforma única, procurando, assim, resolver o problema do declive acentuado que se apresenta neste local”¹⁰⁰.

Este programa era, portanto, bastante promissor e revela-se muito actual. O interesse na construção de áreas dinâmicas e de usos variados ajuda na criação de um bairro mais saudável e percorrido por todos os cidadãos – de dentro e de fora do Aleixo –, contrapondo-se aos edifícios autónomos isolados que geram bairros fechados sobre si mesmos. A não construção destes equipamentos certamente contribuiu para a soma de circunstâncias menos desejáveis que o Bairro do Aleixo enfrentou desde o início, conduzindo à sua crescente marginalização.

Os equipamentos que procurem dinamizar a relação do habitante com o espaço público e os elementos verticais entendidos como privados, incorporando programas variados e pequenos comércios e serviços, devem ser promovidos e lidos como uma mais-valia no desenvolvimento da vida saudável e sustentável do Bairro (princípios que se aplicam a todos os bairros sociais). Estas valências para além de fomentarem o uso dos espaços colectivos, qualificando a atmosfera existente entre as torres, ainda tendem a valorizar e fortalecer a ligação (praticamente inexistente) entre o Bairro do Aleixo e a cidade do Porto.

¹⁰⁰ TELES, Manuel, *Grupo de Moradias Populares do Aleixo – Memória Descritiva*, Porto: Arquivo do Infante, 1969, p. 4.



Fig. 92. Vista aérea do terreno em ST. Louis, na qual se destaca o conjunto habitacional Pruitt-Igoe.

2.6. O PAPEL DA ARQUITECTURA NAS PRÁTICAS SOCIAIS TRÊS CASOS DE ESTUDO, TRÊS ABORDAGENS

Neste momento que antecede a componente projectual explorada neste trabalho – de forma a marcar a transição que liga a história que define o Bairro do Aleixo ao desenvolvimento de uma proposta que pretende continuar a escrevê-la, contrariando o fim impulsionado pelas decisões de demolição das torres –, considerou-se relevante introduzir três casos de estudo que reflectem três estratégias diferentes utilizadas em situações idênticas às do Aleixo.

Estes exemplos foram importantes para a melhor compreensão de casos polémicos que, tal como o Aleixo, sofriam de estigmatização social nas cidades onde nasceram e onde se colocou - e em alguns casos implementou - a demolição. As distintas abordagens aplicadas foram então estudadas com o intuito de desenvolver uma proposta que reflecta algumas questões abordadas por outros arquitectos e que se mostrem pertinentes para este caso de estudo, justificando algumas decisões realizadas durante o processo projectual.

Pruitt-Igoe - um conjunto habitacional que se construiu na década de 1950 nos EUA -, o Estudo Plus e a Torre Bois-le-Prêtre - de Lacaton e Vassal, em Paris -, e um Centro Cultural e Desportivo - de Bruther, também situado em França, são os três casos que se estudaram para melhor compreender e desenvolver a fase seguinte do projecto.

Começa-se por falar no conjunto habitacional **Pruitt-Igoe** que viu o seu fim depois de várias acções de demolição sobre ele aplicadas.

O projecto Pruitt-Igoe estava localizado numa zona predominantemente afro-africana e economicamente deprimida a noroeste do centro de St. Louis, Missouri, Estados Unidos da América.

Desenvolvido entre 1954 e 1955, o conjunto contava com 33 prédios na sua totalidade, com onze andares cada. O arquitecto responsável foi Minoru Yamasaki, que mais tarde projectaria o World Trade Center. Pruitt-Igoe surge, igualmente, como necessidade de responder às condições precárias em que viviam muitas pessoas na cidade de St. Louis, num período turbulento devido às guerras. Como solução para as construções precárias existentes, sob liderança do Presidente da Câmara Municipal Joseph Darst, eleito em 1949, optou-se pela sua *erradicação* total e sua substituição por habitações públicas de alta densidade. Pretendiam-se criar, a par dos novos edifícios, parques, áreas de recreação e espaços comerciais, com o objectivo de gerar resultados positivos para toda a cidade através do conforto e segurança aliados a um maior número de receitas.

O projecto desenvolveu-se segundo princípios do planeamento moderno e da “cidade funcional” de Le Corbusier e dos CIAM, e por isso os edifícios contavam com onze andares, procurando valorizar o solo para poder planear jardins e áreas comuns. Com um total de 2870 apartamentos (com áreas muito reduzidas), consagrou-se um dos maiores complexos habitacionais dos Estados Unidos da América. Nos seus primeiros anos, Pruitt-Igoe foi visto como símbolo de avanço e progresso.



Fig. 93. O conjunto habitacional Pruitt-Igoe inserido na malha urbana.

Pruitt-Igoe é, ainda hoje, um símbolo forte das tensões sociais, raciais e arquitectónicas, e que durante o século XX teve um grande impacto nas cidades americanas e nos seus projectos urbanos e arquitectónicos.



Figs. 94 e 95.



Fig. 96. Demolição de um dos blocos habitacionais que compunha Pruitt-Igoe.

Como muitos outros projectos de grande escala de habitação pública construídos nas grandes cidades dos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial, Pruitt-Igoe fez parte do plano de renovação urbana de St. Louis. Este plano pretendia incentivar o retorno de moradores de classe média para a cidade, que na década de 1930 passou por um declínio populacional causado pela saída de muitas famílias que procuravam melhores condições de vida. Estas famílias viam “as zonas centrais da cidade como demasiado sujas, demasiado cheias, demasiado criminosas e demasiado negras”¹⁰¹. Ainda que inicialmente a experiência de habitar no bairro tivesse sido positivo, passando uma boa imagem, rapidamente Pruitt-Igoe começou a ser associado ao crime, pobreza e segregação. Numa época em que a separação racial era normal (em St. Louis verificavam-se ‘bairros negros’ a Norte e ‘bairros brancos’ a Sul), assim sucedia tanto na cidade como no próprio conjunto habitacional. No entanto, uma decisão de 1956 do U.S. Supreme Court banuiu a segregação racial no Estado e os residentes brancos, insatisfeitos com a mistura racial nos centros das cidades, deslocaram-se para bairros periféricos e o novo complexo habitacional começou a ser maioritariamente habitado por negros.

Nestes edifícios permaneceram os moradores que simplesmente não podiam morar noutro lugar, por questões económicas. Na década de 1960, Pruitt-Igoe tornou-se num projecto ocupado pelas famílias mais pobres da cidade, acabando por se tornar também no projecto de habitação pública com mais apartamentos vazios. A concentração da pobreza combinada com o alto número de casas vagas gerou condições que perpetuaram o crime e a violência no bairro.

Em 1972, o Governo Federal deu o aval para se iniciar a demolição do complexo, sendo o primeiro conjunto de habitação pública a ser demolido no país. Em 1976 já teriam desaparecido todos os edifícios. Em menos de 20 anos os edifícios foram construídos e demolidos.

A demolição do complexo habitacional é considerada uma evidência do fracasso do modernismo. As culpas foram maioritariamente atribuídas à sua arquitectura, acusando o urbanismo moderno e as suas aspirações sociais no geral, ignorando a complexa confluência de factores sociais, políticos e económicos que estavam por detrás das condições físicas de Pruitt-Igoe.

Pruitt-Igoe é actualmente conhecido por marcar o fim da arquitectura moderna: “a arquitectura moderna morreu em St. Louis, Missouri, no dia 15 de Julho de 1972, às 15h32”, escreveu Charles Jencks, teórico de arquitectura americano e crítico do Modernismo e Pós-modernismo, referindo o projecto como um exemplo das perigosas intenções modernas que não consideram o desenvolvimento social do mundo real¹⁰².

101 MARSHALL, Colin, “Pruitt-Igoe: the troubled high-rise that came to define urban America”, in *The Guardian*, 22 de Abril de 2015, disponível em <https://www.theguardian.com/cities/2015/apr/22/pruitt-igoe-high-rise-urban-america-history-cities>, acessado a 25 de Abril de 2019.

102 JENCKS, Charles, *The Language of Post-Modern Architecture*, New York: Rizzoli, (4ªed), 1984. A história do conjunto habitacional foi compreendida após a visualização do documentário *The Pruitt-Igoe Myth: an Urban History*, de Chad Freidrichs, e é composto de entrevistas feitas a pessoas que moraram lá, filmagens da época em que os blocos ainda resistiam, e relatos de pessoas que viram de fora o que sucedia no interior do bairro; e conta a evolução negativa que assombrou aqueles edifícios e respectivos moradores. O portal <http://www.pruitt-igoe.com/> também ajudou na compreensão da história daquele lugar, acessado a 24 de Abril de 2019.



Fig. 97. Os *grands ensembles* nos arredores de Paris.
Émile Aillaud, Tours Nuages, Nanterre, França, 1973-1981.

Este exemplo expõe a solução mais próxima relativamente às medidas que já se começaram a aplicar no Bairro do Aleixo. Por outro lado, os casos de estudo que seguidamente se apresentam pretendem mostrar outras abordagens possíveis aplicadas em situações sociais também complexas, que surgem neste trabalho para introduzir alternativas às demolições.

Apresentando uma atitude distinta, os arquitectos Anne Lacaton, Jean-Philippe Vassal e Frédéric Druot são os autores de um estudo elaborado em França que visava desenvolver alternativas às demolições que começaram, no início do século XXI, a ser implementadas em massa em edifícios conhecidos como os *grands ensembles*, torres ou blocos habitacionais actualmente e com frequência considerados problemáticos.

Após a Segunda Guerra Mundial, entre as décadas de 1950 e 1970, foram construídos edifícios de grandes proporções como resposta rápida, eficaz e económica à falta de alojamentos, à insalubridade e falta de conforto e condições mínimas que estavam a dominar a periferia e subúrbios de Paris. Construídos segundo os métodos repetitivos da construção industrializada, apresentam-se como alojamentos sociais dispostos verticalmente que mudaram completamente a paisagem urbana francesa, e são hoje conhecidos como os *grands ensembles*.

A configuração destes edifícios parte das ideias urbanas modernistas que defendiam a libertação do solo. Estes planos urbanos resultam dos princípios dos CIAM e da Carta de Atenas, tal como outros projectos visionários resultantes de ideais modernistas, também os *grands ensembles* foram à época vistos e recebidos como factores de progresso social e melhoria do conforto doméstico.

No entanto, a partir dos anos 70 estes conjuntos começaram a ser associados a crise social e lugares de insegurança. Devido aos princípios da Carta de Atenas – o zoneamento de funções com separação de zonas de actividades e zonas habitacionais – a falta de serviços, de equipamentos públicos e culturais, de infra-estruturas sociais e de comércio junto de áreas de habitação conduziram à criação de uma vida colectiva mais isolada dentro destes bairros. Estes conjuntos também padeciam de falta de manutenção e conservação dos edifícios e dos espaços adjacentes. Neste contexto, é durante esta década que, com a segregação social associada aos *grands ensembles*, a construção deste tipo de complexos habitacionais é proibida.

Nesse seguimento, em 2003 é posto em prática um programa nacional de reestruturação urbana que visa a demolição de muitos destes edifícios que se revelavam cada vez mais problemáticos. O Estado pretendia, ainda assim, manter o número de fogos de habitação social compensando as demolições com novas construções, seguindo o princípio do “um para um”: para cada apartamento destruído, um reconstruído.

A decisão radical de demolição massiva foi bastante contestada e debatida em França, gerando-se grande polémica gerou-se à volta da questão habitacional: num país que não consegue dar resposta aos pedidos para alojamentos sociais de pessoas que vivem em condições precárias e miseráveis, até que ponto faz sentido demolir grandes conjuntos habitacionais. É possível verificar que o mesmo acontece no Porto, e tal questão igualmente se levanta, principalmente com a demolição do Bairro do Aleixo. A indignação geral dos moradores envolvidos é natural e a revolta torna-se difícil de controlar.

Torna-se essencial considerar o sentimento de dignidade, de pertença e de identidade das pessoas que habitam estas casas, acreditando que tais sentimentos, quando potenciados por ajudas estatais, contribuem para a restauração e atractividade dos bairros em questão.

A estas questões junta-se ainda a importância do património das cidades, que nem sempre é vazio de qualidades, quer de desenho arquitectónico quer urbano.

Devido às controvérsias sentidas após as demolições de vários *grands ensembles*, o Ministério da Cultura francês decidiu, em 2004, atribuir aos arquitectos franceses Frédéric Druot, Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal um estudo sobre possíveis alternativas às operações de demolição dos edifícios.

Plus, Les grands ensembles de logements, Territoire d'exception foi o estudo desenvolvido pelos arquitectos, onde exploram um tema ainda pouco difundido e explorado na altura: a reabilitação destes conjuntos.

O seu grande foco é mostrar que chega a ser aberrante demolir edifícios habitacionais dada a falta de habitação social em França, apontando ainda os elevados custos associados a tais processos e subsequente reconstrução.

Com a sua proposta, a equipa pretendeu propôr uma “estratégia de transformação do existente e da reutilização: produzir um maior número de apartamentos, favorecendo a mistura social, aumentando sensivelmente a qualidade, recorrer a materiais duráveis, otimizar os gastos energéticos ou ainda integrar serviços e equipamentos simples.”¹⁰³

Neste sentido, o estudo pretende contrariar os argumentos que defendem a erradicação como solução para os problemas de guetização e marginalização de bairros sociais.

“Os *grands ensembles* têm em si os embriões da sua própria requalificação: transparências, libertação visual, grandes alturas, espaços verdes, etc. As qualidades adormecidas que nós nos comprometemos a revelar, a desenvolver, a transcender.”¹⁰⁴

¹⁰³ DRUOT, Frédéric, LACATON, Anne, VASSAL, Jean-Philippe, *Plus, Les grands ensembles de logements. Territoires d'exception*, Ministère de la Culture et de la Communication, Direction de l'Architecture et du Patrimoine, 2004, p. 11.

¹⁰⁴ Idem, *Ibidem*.

A arquitectura deve trabalhar com o existente, porque existe sempre alguma coisa e poderá ter valor. Desta forma, os arquitectos franceses defendem que a demolição nunca deve ser opção - organizar a partir do existente é mais rico do que assumir uma tabula rasa que não tem história nem potencial. Acrescentam, ainda, que os *grands ensembles* são, na sua maioria, um “esqueleto” estrutural completamente reutilizável, que permite gerar apartamentos mais generosos e por custos mais baixos relativamente à demolição e consequente reconstrução.

Em idêntica perspectiva, o arquitecto Alexandre Alves Costa defende:

“Do ‘silêncio’ à intervenção activa e transformadora do próprio edifício ou conjunto, a novidade é a consideração da história como matéria de um projecto de autor. É tomar uma posição corajosa de busca - inquietante, no aceitar que cada tema tem o seu carácter, a sua problemática específica, a sua expressão própria. Ao arquitecto de hoje ‘só um critério de experiência’ é lícito: um critério que não recuse dado algum do real, que esse sim, existe (...). constrói-se sempre com o construído. Não há terrenos virgens, nem a cultura do homem está no seu ano zero¹⁰⁵”.

No estudo *Plus*, é desenvolvida então uma solução arquitectónica que pretende resolver muitos dos problemas dos edifícios: as fachadas que contêm pequenas janelas são substituídas por paredes de vidro, tirando partido das vistas privilegiadas que as torres altas oferecem aos seus habitantes e também enchendo os espaços interiores com luz natural. Outra grande transformação nos edifícios é que a nova fachada envidraçada é aplicada a três metros de distância da original (que desaparece), ampliando os espaços interiores, priorizando os espaços comuns como salas. Esta extensão é possível através da adição de uma espécie de *loggia* que se estende para o espaço exterior. A construção é totalmente autónoma estruturalmente e, por isso, as cargas não recaem sobre o edifício existente. Para além desta ampliação, o estudo prevê que se dupliquem apartamentos e que algumas paredes interiores não estruturais possam desaparecer, possibilitando plantas mais livres e de maior área.



Fig. 98. Esquema representativo da evolução que os arquitectos franceses pretendiam para os edifícios.

105 COSTA, Alexandre Alves, “Notas soltas sobre arquitectura, história, nostalgia, construção: Arquitectura como arte de transformar”, in *Revista Arquitectura Ibérica nº18 - Requalificação Urbana*, Caleidoscópio, Dezembro de 2009, pp. 5 a 9.



Fig. 99. La Cité Grand Parc, Bâtiment G, Bordéus, França, 2016.

Reabilitação de Frédéric Druot, Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal na qual aplicaram o método desenvolvido em *Plus*. Uma grande estrutura metálica surge na fachada do edifício pré-existente e aumenta as áreas dos espaços interiores. Toda envidraçada, cria pequenos jardins de inverno e, desta forma, também ajuda na sustentabilidade do *grand ensemble*.

Esta fotografia também mostra as várias camadas temporais e arquitectónicas que se vão colecionando na cidade - um tema bastante debatido pelos arquitectos, que acreditavam que se devia extrair os valores positivos da envolvente e do existente, em vez de desprezar ou destruir.



Fig. 100. Torre Bois-le-Prêtre, obra de reabilitação de um *grand ensemble* (2011), projecto de Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal, Paris, igualmente apoiado no Estudo *Plus* desenvolvido pela dupla de arquitectos em conjunto com Frédéric Druot.

“A abertura e a transparência máximas das fachadas geram um contributo solar muito importante, favorável ao conforto no Inverno. (...) As possibilidades de abertura bem mais significativas permitem uma ventilação natural de cada apartamento, que vai proporcionar uma atmosfera mais saudável.” São temas abordados pelos arquitectos, esclarecendo, assim, que a nova estratégia permite reduzir o consumo de electricidade, devido ao aquecimento e luz naturais. Desta forma, Druot, Lacaton e Vassal exploram uma arquitectura sustentável.

Outros equipamentos e programas para além da habitação são ponderados e sugeridos. Os pisos térreos podem albergar lavandarias públicas, restaurantes, cafés, creche, piscina, espaços para escritórios, etc. O programa monofuncional recorrente neste tipo de bairros é desafiado pela introdução de novos programas e actividades colectivas, contribuindo também para um maior conforto e segurança aos moradores e, assim, para a sustentabilidade social da comunidade.



Fig. 101. Imagens do estudo *Plus* que pretendem clarificar e demonstrar os vários usos colectivos que os pisos térreos podem ter.

O projecto de metamorfose da **Torre Bois-le-Prêtre** aplicou as estratégias estudadas e desenvolvidas no estudo *Plus* e, portanto, consiste na transformação radical das condições de conforto e habitabilidade de 96 apartamentos habitados do edifício.

A torre, construída em 1962 pelo arquitecto francês Raymond Lopez, com 50 metros de altura, desenvolve-se em 16 pisos, cada um com 4 ou 8 habitações. Após 60 anos de negligência e degradação, o edifício precisava de uma renovação que adaptasse as exigências de habitação digna exigidas na altura.

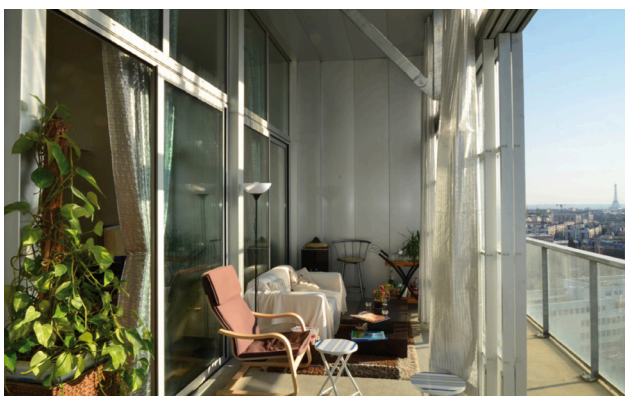
A intervenção dos arquitectos Lacaton e Vassal preserva as estruturas existentes, retira uma das fachadas e a loggia pré-fabricada é aí aplicada, com três metros de profundidade. Os interiores são adaptados e ampliados. O consumo de energia é reduzido em mais de 50%, devido ao funcionamento natural destes “jardins de inverno”.

Este projecto concluído com metade do custo de uma demolição e reconstrução, torna-se um exemplo de aproveitamento e originalidade de transformação de peças arquitectónicas marginalizadas e abandonadas pelos poderes públicos das cidades, demonstrando que a recuperação dos bairros e das estruturas existentes pode ser compensatória.

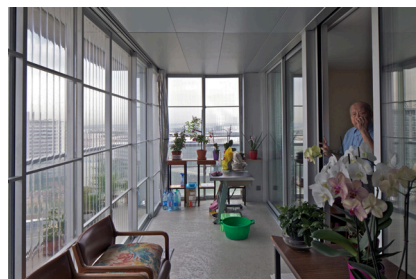
Esta ideia de recuperação do existente visa não violentar estes bairros sociais já fragilizados por situações económicas e sociais difíceis, mas tirar deles o máximo partido. Estes princípios interessaram à arquitecta Ana Lima¹⁰⁶, que no seu projecto de dissertação - “A Metamorfose das Torres do Aleixo” - decidiu trabalhar com o protótipo desenvolvido no estudo *Plus, Les grands ensembles de logements, Territoire d’exception* e aplicá-lo no Bairro do Aleixo. Ana Lima revia nos *grands ensembles* muitos dos problemas existentes no Aleixo. São, de facto, dois exemplos bastante comparáveis. Na altura (2007) o Bairro ainda contava com as suas cinco torres, no entanto já ecoavam os rumores sobre a sua demolição. O seu projecto pretendia contrariar estas ideias radicais através da reabilitação do bairro, física e socialmente.

“A meu ver, uma demolição é, neste sentido, o mais violento e traumatizante acto que se pode praticar em relação a pessoas já fragilizadas por situações económicas e sociais difíceis. (...) De forma a não fragilizar a estrutura existente, propus apenas a demolição das fachadas exteriores e a construção independente, numa estrutura leve, de uma segunda fachada, distando aproximadamente 3m da existente, para onde os apartamentos iriam crescer em área útil, em conforto e em novas infra-estruturas”¹⁰⁷.

A proposta da arquitecta chegou a ser considerada pela CMP e os moradores ainda tiveram esperança, mas o destino do Aleixo já estava mais que traçado. A demolição da primeira Torre sucedeu quatro anos depois. E as três torres restantes apenas se mantêm de pé durante todos estes anos por falta de dinheiro no Fundo Imobiliário, algo que mudou recentemente: “o reforço de capital permitirá ao Fundo cumprir as contrapartidas acordadas com a autarquia, ficando assegurada a resolução do problema social e habitacional dos inquilinos do Bairro do Aleixo e defendido o interesse público”¹⁰⁸.



Figs. 102 e 103. Fotografias do interior de duas loggias que surgiram com a reabilitação dos arquitectos Lacaton e Vassal na Torre Bois-le-Prêtre. É possível ver o impacto positivo que o aumento das áreas habitacionais tem no dia-a-dia destes habitantes.



106 Ana Santos Lima (Porto, 1980) é licenciada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, em 2007, cuja Prova Final de Licenciatura, intitulada “A Metamorfose das Torres do Aleixo” lhe valeu uma menção honrosa na VI Bienal Ibero-Americana de Arquitectura e Urbanismo (BIAU). Trabalhou na Suíça e em Tóquio. Neste momento trabalha no Porto.

107 LIMA, Ana, “Aleixo: o início do fim”, in *Revista Punkto*, disponível em <https://www.revistapunkto.com/2011/12/aleixo-o-inicio-do-fim-ana-lima.html>, acedido a 16 de Novembro de 2018.

108 Portal CMP, disponível em <http://www.domussocial.pt/noticias-domus/bairro-do-aleixo-ja-tem-luz-verde>, acedido a 25 de Abril de 2019 pelas 19:00.

Ana Lima expressou o seu sentimento de desilusão após a implosão da primeira Torre com um artigo para a revista *Punkto* intitulado “Aleixo: o início do fim”.

“Imaginei a metamorfose do bairro do Aleixo como um exemplo de reabilitação (tal como outrora foi um exemplo de construção), uma transformação e um trabalho profundo com o existente, que pudesse ilustrar e se fizesse acompanhar pela evolução das políticas urbanas. Não é ‘só’ o fim do Aleixo. É o fim da participatividade, da reutilização, da liberdade, da transparência económica, da solidariedade social, da tolerância à diferença, da atenção às pessoas e ao que existe, da coragem política. É a ode ao umbigo, à ostracização, à superficialidade, à corrupção, à prepotência, à gentrificação, à insensibilidade e habitação (anti)social, ao desrespeito e enfraquecimento do património.

Iniciou-se a demolição do Aleixo.”¹⁰⁹



Fig. 104. Galeria de acesso às casas da torre 3 do Bairro do Aleixo, piso 11.

¹⁰⁹ LIMA, Ana, “Aleixo: o início do fim”, in *Revista Punkto*, disponível em <https://www.revistapunkto.com/2011/12/aleixo-o-inicio-do-fim-ana-lima.html>, acedido a 16 de Novembro de 2018.

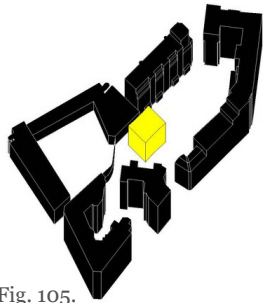


Fig. 105.
O Centro no quarteirão.

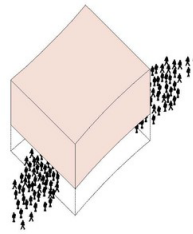


Fig. 106. Esquema que mostra
a permeabilidade do edifício.

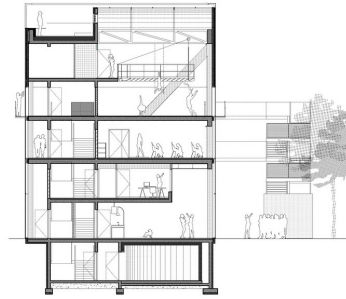


Fig. 107. Corte do Centro.



Figs. 108 e 109. Fotografias que demonstram a transparência e permeabilidade do Centro Cultural.



Figs. 110 e 111.
Centro Cultural e Desportivo,
dos arquitectos Bruther,
Saint Blaise, França, 2014.



O último exemplo estudado para o desenvolvimento deste capítulo retrata um bairro que também se localiza em França. O projecto é do atelier Bruther¹¹⁰ e propõe um **Centro Cultural e Desportivo em Saint-Blaise** que procura conectar e reintegrar o quarteirão onde se insere com a cidade envolvente.

Trata-se de um empreendimento artístico-político que se desenvolve na periferia de Paris, numa zona marginalizada cujo carácter ficou patente numa rebelião em 2005 - um subúrbio marcado pela despromoção social e pela violência impulsionada pelas tensões interétnicas.

Saint-Blaise é uma área próxima de Paris que, apesar da sua alta densidade, não possui diversidade cultural, o que potencia a formação desta barreira que se sente nos arredores da cidade de Paris. É uma zona fechada, devido aos edifícios altos que a rodeiam, sem diversidade de actividades, arquitecturas, uso e com grande vazio público.

É desta forma que surge uma proposta para esta área negligenciada dos arredores de Paris. O projecto (2014) parte de uma iniciativa lançada pelo *Grand Projet de Renouveau Urbain* (um projecto de renovação urbana) e desenvolve um Centro Cultural e Desportivo que considerou as condições específicas da área. Sendo um bairro denso que acolhe o novo edifício, este economiza espaço e é desenvolvido verticalmente, respeitando as distâncias necessárias com as edificações à sua volta. Contém um pátio que se caracteriza pelo seu espaço público generoso, com áreas verdes.

Devido à sua localização e materialidades que se destacam, o Centro cria relações entre outras instalações do bairro (enfermaria, escola,...). A sua base toda envidraçada ajuda a manter ligações visuais que ligam as pessoas com os usos do seu interior, para além de acolher e convidar a entrar. Esta transparência expõe aos habitantes os seus novos usos no bairro, e durante a noite brilha e ilumina toda a área, contribuindo para a renovação urbana do bairro. Devido à sua flexibilidade espacial, o Centro é pensado de acordo com os princípios de uma arquitectura sustentável e oferece aos seus usuários múltiplas possibilidades de uso para as mais diversas actividades.

O projecto traz, para um bairro onde não há diversidade cultural ou programática, uma grande variedade de funções, espaços, usos, relações entre interior e exterior, materiais, etc., e que se podem transformar e alterar sempre que necessário ou os tempos assim o exigirem. Este novo equipamento torna-se num novo pólo, um local que atrai e reúne dinâmicas urbanas. O projecto reluz e reflete, habita e articula um espaço público, melhorado e reintegrado no seu bairro.

Este último objecto de estudo aproxima-se das intenções que a presente dissertação procurou estudar e desenvolver através da proposta projectual.

¹¹⁰ Fundado em 2007 pelos arquitectos Stéphanie Bru e Alexandre Theriot, o atelier Bruther trabalha nas áreas de arquitectura, pesquisa, educação, urbanismo e paisagem, e tem sede em Paris, França, e Lausanne, Suíça.



Fig. 112. Robin Hood Gardens, Londres. Conjunto habitacional dos arquitectos britânicos Alison e Peter Smithson, de 1972. Esta obra exemplificava o conceito *'streets in the sky'*, devido às suas galerias exteriores. A falta de manutenção dos edifícios fez com que as suas condições se tornassem precárias, transformando-os numa zona propícia a crimes. Em 2017 começaram a demolir o complexo habitacional, colocando um ponto final em qualquer possibilidade de preservação de um ícone da arquitectura brutalista do Reino Unido.

3. TRANSFORMAR O 'MAL AMADO'

“Se há de haver um *novo urbanismo*, não estará baseado nas fantasias da ordem e da onnipotência, mas há de ser a encenação da incerteza; já não se ocupará da disposição dos objectos mais ou menos permanentes, mas da irrigação de territórios com possibilidades; já não pretenderá conseguir umas configurações estáveis, mas criar campos habilitantes que alberguem processos resistentes à cristalização numa forma definitiva; já não terá a ver com a definição meticulosa, com a imposição de limites, mas com noções expansivas que neguem fronteiras, nem com separar e identificar entidades, mas com a descoberta de híbridos inomináveis; já não estará obcecado com a cidade, mas sim com a manipulação da infraestrutura para alcançar intermináveis intensificações e diversificações, atalhos e redistribuições: a reinvenção do espaço psicológico. (...)”

Aceitar aquilo que existe. Estávamos a fazer castelos na areia. Agora nadamos no mar que os arrasou”¹¹¹.

A arquitectura tenta fazer do seu vazio habitável, não trata o ar mas a vida, a habitabilidade como forma que, por ser vida, é necessariamente contínua e ultrapassa os limites do objecto numa continuidade entre interior e exterior, entre cheios e vazios.

O propósito da arquitectura deve intensificar as relações humanas e sociais no espaço. As ruas da cidade estão à espera de um projecto e desejo comuns. Estão à espera de uma história de conjunto, um projecto de todos e para todos, indispensável à sociabilidade humana. É possível alcançar um espaço que se adapta e se transforma. Os projectos que resultam desta tentativa de criar zonas e lugares versáteis, sugerem a importância de desvincular a arquitectura da ideia que esta delimita funções no espaço.

“É da própria essência da Arquitectura, esta possibilidade que as estruturas construídas nos garantem, de já existirem antes de nós e de continuarem (grosso modo), para lá de nós. Tomamo-las emprestadas. É o lado solidário da Arquitectura a incitar-nos a usá-las, a alugá-las, provisoriamente, várias vezes; tornando vária, a provisória vida de cada um”¹¹².

111 KOOLHAS, Rem, *Acerca de la ciudad*, Barcelona: Editorial Gustavo Gil, 2016, pp. 17 e 18.

112 DIAS, Manuel Graça, *Manual das Cidades*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006, p. 46.



Fig. 113. Fotografia actual do corredor da Ilha Grande, ainda sem qualquer tipo de intervenção relativa à proposta dos 'Arquitectos de Família'.

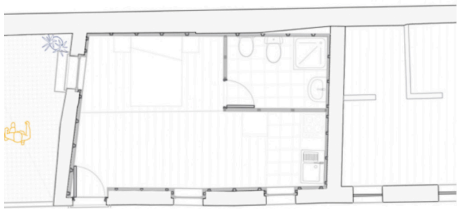
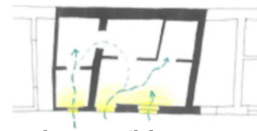


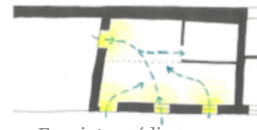
Fig. 114. Planta do resultado final para a casa.

Reabilitação da Ilha Grande de S. Victor, Bonfim (2018/2019). Iniciativa da Habitar Porto.

Workshop 'Arquitectos de Família' (no qual participei) - a principal preocupação debruçava-se sobre a casa da D. Alice, que apresentava graves condições de insalubridade, afectando a saúde e a vivência diária desta sra. de 82 anos. O projecto acabou por incluir toda a ilha e, dessa forma, desenvolveu-se uma proposta de reabilitação que incluía vários pátios ao longo do corredor, conferindo luz e ventilação natural às casas, resultando num todo mais saudável e agradável.



1 - Planta actual da casa.



2 - Fase intermédia para o caso específico da D. Alice.



3 - Proposta evolutiva para aumentar as áreas da casa.

Fig. 115. Esquema evolutivo da casa da D. Alice, com referência da luz natural e ventilação (actual e proposta).

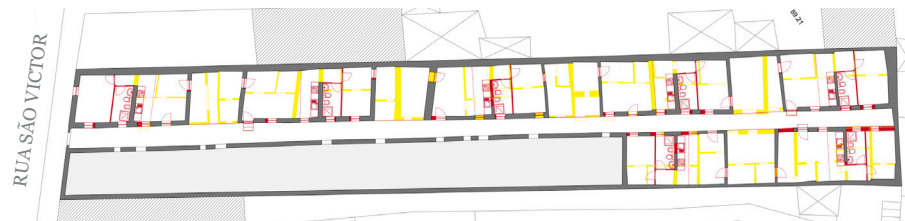


Fig. 116. Planta dos vermelhos e amarelos de toda a Ilha Grande.



Fig. 117. Montagens da casa da D. Alice que pretendem mostrar o resultado final da reabilitação, tendo em conta os materiais existentes e os novos disponíveis (com a ajuda da Domus Social) e as mobílias existentes na casa, que também foram tidas em conta, e limitaram algumas intenções.

Cada vez mais se pretende a aproximação a uma arquitectura que concebe edifícios que não são uma resposta definitiva, que não são um produto de consumo que se deita ao lixo quando já não serve. Alcançar espaços que se adaptam e transformam é a solução mais actual à rápida e constante evolução da cidade. Edifícios que são sempre capazes de absorver ou remover o que seja em prol da eficiência, harmonia e ambiente, em prol da habitabilidade e da necessidade.

“(…) À arquitectura pede-se que perdure, recebendo ao longo do tempo as várias ‘instalações’ do homem (…)”¹¹³.

A dupla de arquitectos espanhóis Ricardo Flores e Eva Prats expressa, através das suas obras, preocupações relativas à questão da transformação, adaptação e respeito pelo património na arquitectura, um tema bastante analisado por este trabalho:

“nas nossas cidades há um grande património construído que se pode aproveitar. Temos que abrandar o modelo de produção massiva que se adoptou nos últimos anos. Quando estudávamos tudo se focava em criar desde o zero e, no entanto, agora tentamos transmitir aos nossos alunos uma maneira de trabalhar que respeite mais a envolvente. (...) Interessa-nos a acumulação de memórias, descobrir camada a camada a vida do edifício para a integrar no seu futuro”¹¹⁴.



Figs. 118-121. Fotografias da Sala Beckett, Barcelona, 2014. Projecto de reabilitação dos arq. Flores e Prats, que ocupa um antigo clube social que se encontrava profundamente enraizado na memória do bairro, actualmente adaptado a um teatro e uma escola de dramaturgia.

113 DIAS, Manuel Graça, *Manual das Cidades*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006, p. 55.

114 FLORES, Ricardo, PRATS, Eva, entrevista realizada à revista *AD – Architectural Digest*, nº133, Espanha, Março de 2018.



Fig. 122. Lacaton & Vassal, Cité Grand Parc, Bâtiment G, Bordéus, França, 2016.

3.1. CONSTRUIR NO CONSTRUÍDO

Os efeitos de políticas públicas em processos de recomposição do tecido social portuense mostram-se devastadores, falhando às expectativas dos moradores da cidade, como já foi anteriormente discutido – a necessidade cada vez mais urgente de acção por parte do Estado face à gentrificação, o negócio imobiliário que continua a expulsar as populações locais para fora da urbe, a demolição/transformação de edifícios que marcavam a imagem e espacialidade do Porto são alguns exemplos que conduzem ao descontentamento de quem vive (ou vivia) na cidade. A sociedade contemporânea debate-se perante este jogo desigual, onde ganham os mais *fortes*.

As cidades urgem de estratégias políticas de reconfiguração física, socioeconómica e identitária do espaço urbano, que não brutalizem os cidadãos da cidade e que abracem a diversidade enquanto valorizam a identidade – “quanto mais diversificada for a cidade, mais humana ela será”¹¹⁵.

“A primeira dificuldade substancial do programa estava já no próprio nome: *habitação social*, como se se tratasse de uma especialidade autónoma. A habitação é uma presença constante na cidade e é sempre social”¹¹⁶.

Frente aos problemas sociais, ao património histórico construído ou à natureza, a arquitectura parece que acarreta a responsabilidade de resolver estas contradições. Espera-se que seja uma resposta catalisadora. A *boa* arquitectura *tem* de ser aquela que soluciona os conflitos. Não sendo totalmente possível responder às exigências, a arquitectura tenta pelo menos reduzi-los.

O terreno de Lordelo do Ouro, actualmente bastante cobiçado, apresenta qualidades e características que devem ser analisadas e compreendidas nesta fase do trabalho, na qual se irá apresentar uma proposta de renovação urbana e arquitectónica para o Bairro do Aleixo. Os estudos feitos ao território implicaram uma visão mais abrangente, à escala urbana, possibilitando reflectir sobre os acessos – tanto pedestres como viários – tão importantes na ligação e relação do bairro com a cidade, e sobre os espaços exteriores públicos, lugares para encontros e partilhas essenciais para a vida da população.

O Bairro, que se encontra cada vez mais à margem da cidade, quer por factores sociais quer pelas condições naturais em que se insere o terreno, necessita de um desenho que reforce a ligação da rua do Campo Alegre à marginal do rio Douro – verificou-se que nesta zona do Porto faltam ligações de acesso fácil e directo até à marginal.

115 GEHL, Jan, *Cidades para Pessoas*; tradução Anita Di Marco, 2ª Edição, São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 3.

116 VIEIRA, Álvaro Siza, *Imaginar a Evidência*, Lisboa: Edições 70, 2000, p 107.

A cidade do Porto contempla uma série de espaços com várias valências ecológicas e culturais. Algumas delas encontram-se na envolvente do Bairro do Aleixo (marcado a vermelho no diagrama), e na qual o próprio Bairro se pode inserir.

Os novos espaços que se projectaram para o terreno em Lordelo do Ouro - terraços, pracetas, jardins, estufa, e programas direccionados para as torres -, de carácter colectivo, procuram relacionar-se com os outros espaços com funções idênticas, que preenchem e completam a cidade.

Pretende-se criar um sistema com as várias ofertas; intensificar as relações com a natureza (cada vez mais escassas em contexto urbano), assim como incentivar a novas dinâmicas dentro da cidade com a introdução de espaços para (novas) actividades - que até então podiam não encontrar lugar no território.

Se até então a topografia do Aleixo provocou grande parte do isolamento do Bairro, agora procura-se transformar essas barreiras em mecanismos e qualidades nessa zona. Deve-se apostar em acessos claros, directos, confortáveis e seguros, que ajudam a ligar o Bairro do Aleixo aos vários programas colectivos do Porto. Com este esquema procurou-se não só mostrar a relação que o Bairro pode ter com tais equipamentos, mas também realçar que o Aleixo se pode tornar num deles. E assim, contribuir para dinamizar e enriquecer toda a cidade.

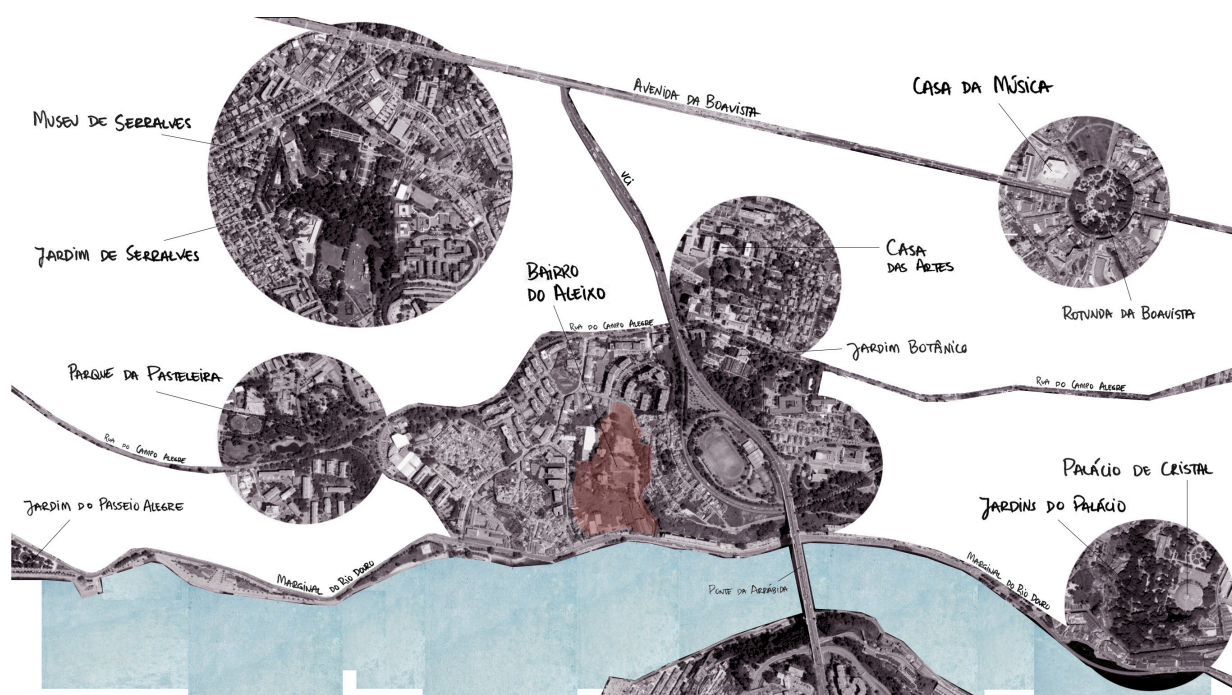


Fig. 123. Diagrama sem escala. Representação esquemática das áreas próximas ao Bairro do Aleixo, com marcação de jardins, parques e equipamentos culturais.

Note-se que em 1994 o Bairro ainda não tinha acessos directos nem à Rua do Campo Alegre nem à marginal, constituindo um aglomerado (ainda mais) fechado sobre si mesmo e à cidade.

A única rua de acesso ao Aleixo construída pouco antes de 1970 – a Rua do Aleixo – terminava em duas ramificações sem saída, enfatizando o processo de guetização do conjunto habitacional através do seu difícil acesso e consequente isolamento. A partir dessa rua surgiram duas passagens pedonais – uma a Norte com acesso pela Rua do Progresso e outra a Sul, com acesso pela Marginal do Ouro – que acabaram por ajudar na definição das novas vias de acesso à estrutura urbana pré-existente, as ruas Arnaldo Leite (a Sul) e Carvalho Barbosa (a Norte) actualmente¹¹⁷. As construções existentes (maioritariamente habitacionais) que rodeiam o Bairro também limitaram o desenho dos vários acessos.



Fig. 124. Planta do Bairro do Aleixo de 1971 - ainda sem ligações a Norte ou a Sul, apenas a partir do lado Oeste.



Fig. 125. Planta do Bairro de 1982, onde mostra a evolução dos acessos às Torres (a Norte).

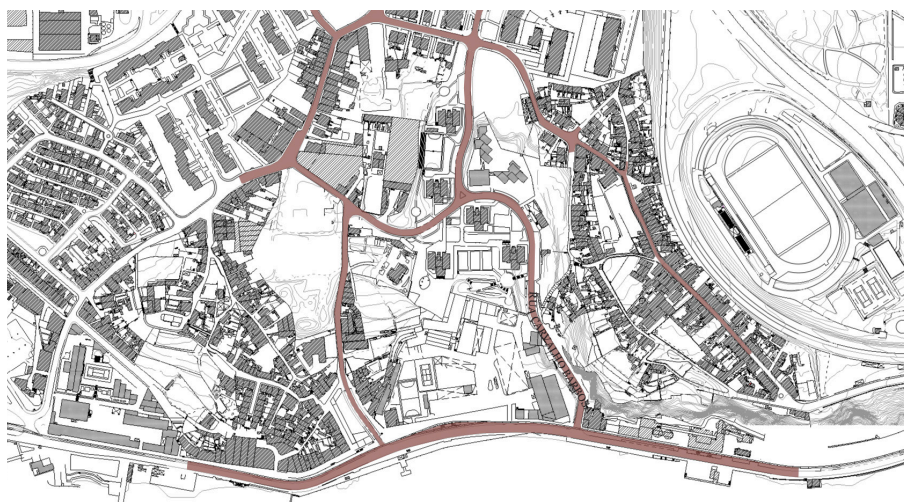


Fig. 126. Planta do Bairro do Aleixo de 2011. Os acessos já se estabeleceram e ajudaram a ligar o Bairro à cidade, ainda que os problemas sociais e o seu isolamento se tenham mantido - infelizmente os estigmas e a má fama associada ao caso de estudo já estavam criados e assombravam o Aleixo.

117 Na memória descritiva é possível ler-se: “Temos a servir este conjunto uma penetração que parte da Rua do Aleixo com fácil acesso, adaptando-se ao terreno natural, na medida do possível. Já dentro do terreno o arruamento ramifica-se em dois tramos que terminam em cul-de-sac. A eles vêm dar duas passagens para peões, (...). Ao longo da via de penetração no terreno, desenvolvem-se estacionamento, ou para acesso esporádico de veículos.” TELES, Manuel, *Grupo de Moradias Populares do Aleixo – Memória Descritiva*, Porto: Arquivo do Infante, 1969, ponto 3.3.

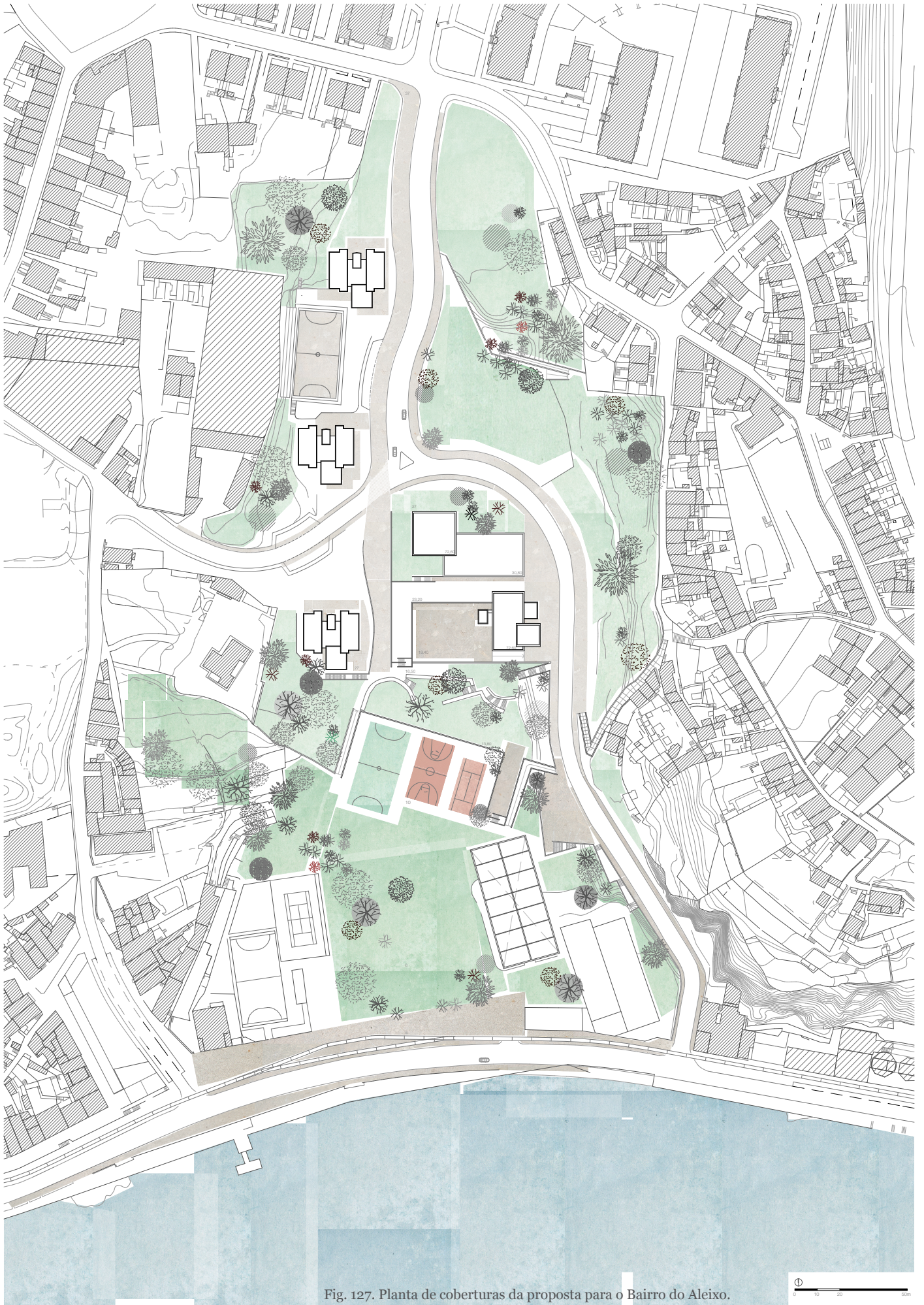


Fig. 127. Planta de coberturas da proposta para o Bairro do Aleixo.

A rua Arnaldo Leite, para além de ser o percurso que mais fortalece a relação entre as duas torres implantadas a Norte (1 e 2) e a terceira implantada a Sul (na mesma zona do terreno onde se encontravam as outras duas torres demolidas), é também a que mais carece de um redesenho urbano mais cuidado. Trata-se de uma rua que se deixou influenciar pelos “desencantos” do Bairro, não só pelo narcotráfico que a preencheu diariamente, marcando-a pela insegurança e mau ambiente, como também pelos seus passeios estreitos e muitas vezes ocupados por carros.

Desta forma, considerou-se o seu alargamento, de modo a que grande parte dela seja dedicada aos peões e a uma ciclovia. O percurso desde a cota mais alta, onde se situa a primeira torre (mais a Norte), até à terceira torre (mais a Sul) tornar-se-ia, assim, mais agradável, confortável e seguro, com um passeio largo, bem iluminado, arborizado, com bancos que se dispõem entre o sol e as sombras. De seguida, dá-se o cruzamento com a rua transversal Carvalho Barbosa e, nessa intersecção, é planeado um novo percurso, no terreno mais a Sul – o seu desenho surge de forma natural, no seguimento da rua Arnaldo Leite, porém com a variante de ser apenas dedicada a peões.

Esta nova rua resolve e facilita o acesso a várias cotas do terreno e, naturalmente, às plataformas, pracetas, rampas e escadas desenhadas no desenvolvimento deste plano à escala mais urbana, permitindo a fluidez e facilidade de acessos entre os vários programas propostos para o Bairro.

Continuando a intenção de ligação do Campo Alegre com a marginal, procurou-se tratar todo o terreno do Bairro, sugerindo equipamentos e espaços de carácter colectivo que acompanham todo o percurso. O desenho, de escala mais abrangente, propõe campos desportivos na zona mais baixa do terreno, apoiados por instalações sanitárias que, devido à sua cobertura plana, oferecem um pequeno terraço através do qual se pode assistir aos jogos, e também subir ou descer, conciliando diferentes cotas do Bairro. A ruína que existe junto à marginal irá converter-se numa estufa/horta comunitária para os moradores das torres, podendo ser, porém, atravessada por todos os cidadãos, contemplando mais um momento característico desta *promenade* que atravessa todo o Bairro, expondo a sua nova valência de território permeável, que vence e conecta diferentes cotas da cidade.

Os espaços “sobrantes” do terreno pretendem-se verdes, que contribuam para a estrutura ecológica da cidade do Porto, e se traduzam em jardins, locais de passeio, de estar, de brincar e jogar, de fazer piqueniques, entre muitas outras actividades.

A revitalização e renovação urbana do Bairro do Aleixo é, desta forma, reforçada, assim como a relação que se pretendia entre o Norte e o Sul, entre a cidade “mais interior” com a cidade junto ao Rio.

De acordo com Jan Gehl – arquitecto e urbanista que se debruça sobre a reorientação do planeamento urbano com princípios que visam a melhoria da qualidade de vida das cidades e respectivos habitantes –, considerou-se importante, nesta fase, redesenhar e valorizar as ruas e os passeios para peões, sugerindo que não é necessário utilizar apenas o carro para responder às necessidades do quotidiano.

“A cidade sustentável é geralmente fortalecida se grande parte do seu sistema de transporte se puder dar por meio da *mobilidade verde*, ou seja, deslocar-se a pé, de bicicleta ou de transporte público. (...) O desejo de uma cidade saudável é intensificado se o caminhar ou o pedalar forem etapas naturais do padrão de actividades diárias”¹¹⁸.

A competição pelo espaço citadino tem vindo a intensificar-se. A maioria da população usa, desde sempre, os espaços à sua volta para as mais diversas actividades quotidianas; e o conflito começou a sentir-se quando o número de automóveis cresceu vertiginosamente e ocupou – e continua a ocupar – esses lugares. O problema agrava-se quando as soluções para o tráfego automóvel não consideram outros meios de mobilidade e anulam ou dificultam as alternativas aos carros; e este tipo de “solução” transforma e compromete os espaços que deviam estar disponíveis para as oportunidades sociais e culturais.¹¹⁹

É esquecido aquilo que a cidade tem de mais importante: a sua dimensão humana. Os territórios precisam de ser estruturados para que essa dimensão não se perca. É necessário potenciar os momentos de encontro das relações do dia-a-dia que ocorrem nos espaços de vivência. “A tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para os moradores foi reduzida, ameaçada ou progressivamente descartada”¹²⁰.

118 GEHL, Jan, *Cidades para Pessoas*; tradução Anita Di Marco, 2ª Edição, São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 7.

119 “Os automóveis são frequentemente marcados como os vilões responsáveis pelos males das cidades assim como desilusões e futilidades do planeamento urbano. Mas os efeitos destrutivos dos automóveis não são uma causa mas sim um sintoma da nossa incompetência a construir as cidades. (...) Os urbanistas continuam a acreditar que se conseguirem resolver os problemas do tráfego, terão então resolvido o maior problema das cidades.” JACOBS, Jane, *The Death and Life of Great American Cities*, p. 8.

120 GEHL, Jan, *Cidades para Pessoas*; tradução Anita Di Marco, 2ª Edição, São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 3.

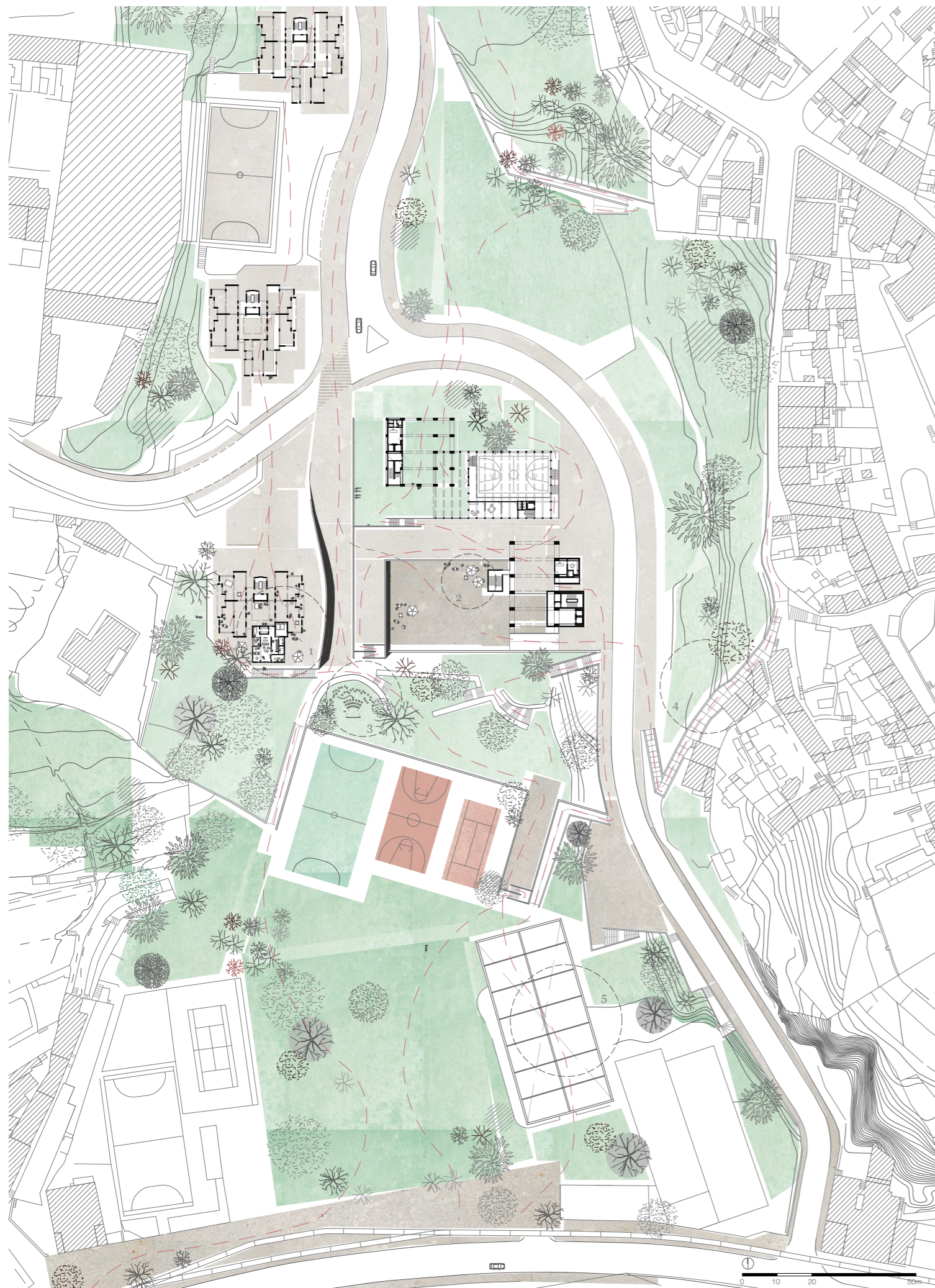


Fig. 129. Proposta para piso térreo das torres habitacionais, com evidência da permeabilidade pretendida, assim como a possibilidade de conjugar torres com programas colectivos como o Centro de Dia.



Fig. 130. Zona dedicada aos pequenos comércios e serviços, que se fixam na plataforma à cota 19,40 - praca que ajuda a unir as várias torres do Bairro, desenhada para encontros e trocas sociais.

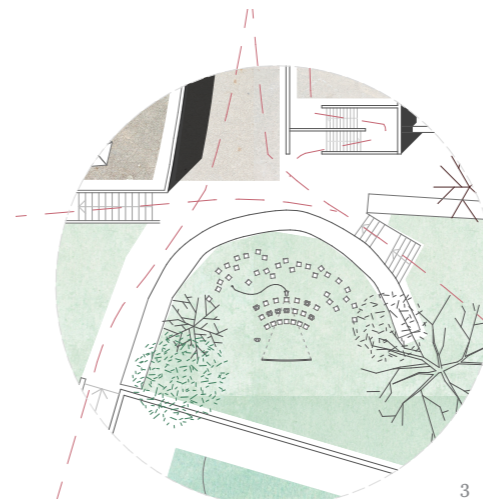


Fig. 131. Referência ao aproveitamento dos muros em pedra ali existentes, mantendo-os com a nova proposta e utilizando-os para os mais variados programas colectivos. No desenho propôs-se um pequeno anfiteatro onde é possível assistir a espectáculos ou projecções exteriores.

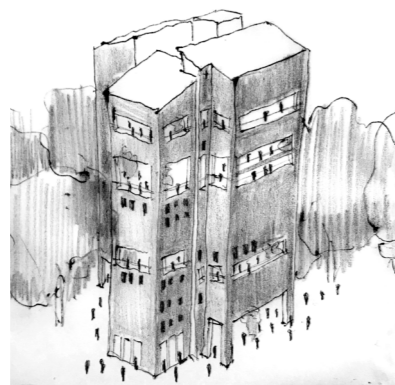
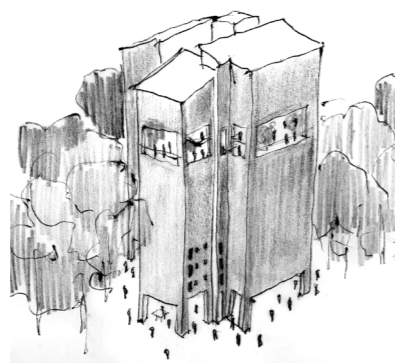
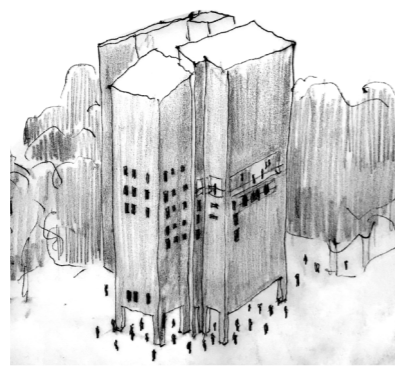


Fig. 132. Escadas que ligam duas cotas distantes - cota 23 e cota 40 - ajudando, assim, a vencer algumas barreiras topográficas que o terreno do Bairro do Aleixo enfrenta actualmente.



Fig. 133. Colagem da horta comunitária dos moradores do Bairro, actual ruína da fábrica que se encontra mais a Sul do terreno. Um dos percursos possíveis e planeados para o Aleixo é o interior da horta.

Fig. 128. (à esquerda) Planta do piso térreo do terreno, evidenciando a permeabilidade visual e física que o projecto propõe para o Bairro, e os vários percursos criados para ligar o Campo Alegre à Marginal do rio Douro.



Figs. 134-136. Esquícios de várias possibilidades de desenho para as torres habitacionais. A sobreposição dos pisos que contenham entre si variações pode resultar em diferentes configurações interiores e exteriores. As torres podem dispor de vários pisos vazados para usufruto colectivo, ou então seguir a lógica mais tradicional e já existente no Bairro, com pisos totalmente destinados à habitação, que se repetem em toda a sua altura. A possibilidade de variar entre torres mais vazadas com espaços "exteriores", e torres mais "fechadas", permite atingir de forma mais alargada os diferentes gostos de cada morador.



- 1. Galeria de acesso às casas.
- 1.1. Elevadores.
- 1.2. Escadas de acesso aos pisos.
- 1.3. Saguão.
- 2. Entrada da casa.
- 3. Sala de estar.
- 4. Cozinha e sala de jantar.
- 5. Quarto.
- 6. Casa-de-banho.
- 7. Varanda exterior da casa.



Fig. 137. Planta original do piso tipo das torres habitacionais. Proposta do arquitecto Manuel Teles.

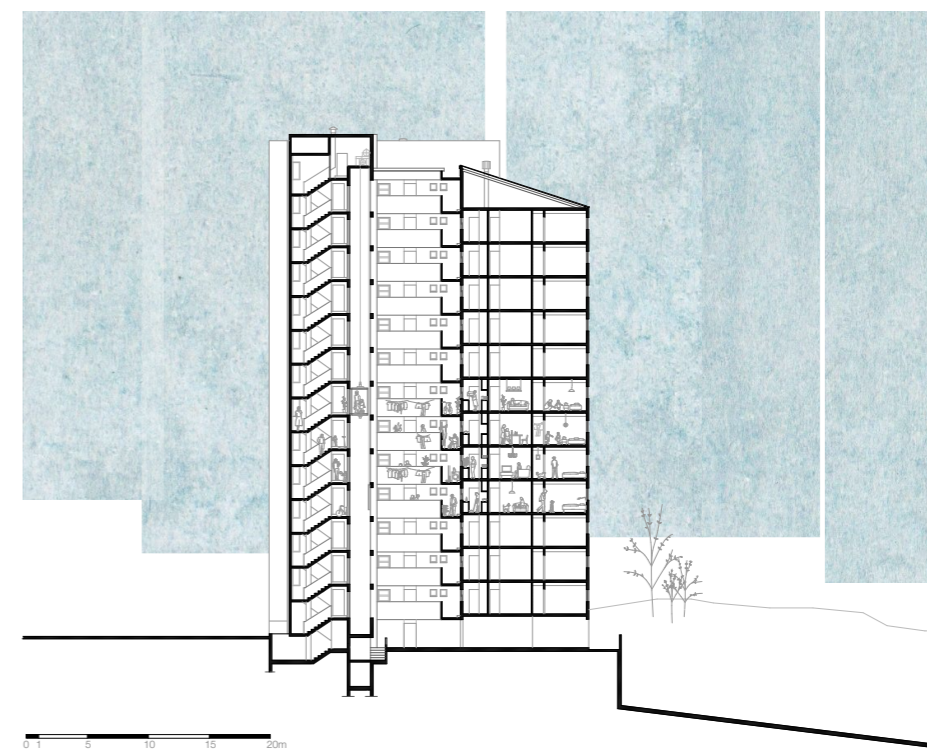


Fig. 138. Corte longitudinal original AA' por uma das torres habitacionais existentes. Proposta de Manuel Teles.

Ainda sobre *construir no construído*, considerou-se fundamental integrar no projecto, como uma das primeiras fases, a reabilitação das três torres habitacionais que (ainda) resistem, tendo em conta o paradigma actual que se discute diariamente pelas ruas da cidade, relativamente às parcas condições de habitação que afectam muitos portuenses.

Aproximando a escala de trabalho à zona de intervenção, o desenvolvimento desta fase passou por vários momentos. Inicialmente, a intenção seria aumentar as suas áreas – que sempre se apresentaram muito reduzidas – e aumentar os vãos que se ligam visualmente com o exterior e as suas privilegiadas vistas. Esta decisão projectual surgiu naturalmente por parecer a mais lógica e imediata, tendo em conta a dimensão dos apartamentos. Seria, então, uma reabilitação mais “convencional” aplicada nas Torres.

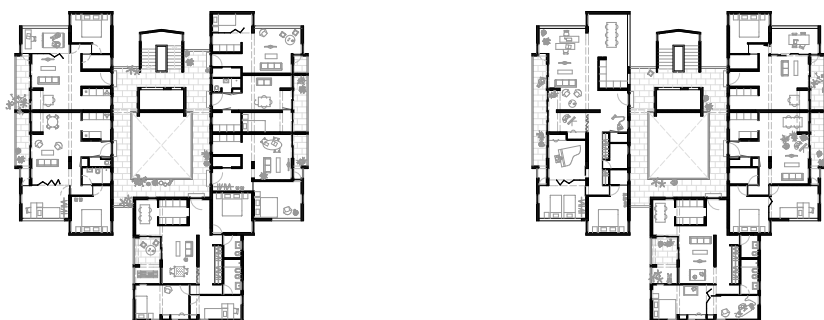
Contudo, a ideia de continuar a limitar a forma como vivem os moradores nas suas próprias casas, ainda que com áreas mais confortáveis e dignas, pareceu desactualizada, talvez conservadora. Pode-se dizer que a forma como o habitante se articula com o espaço doméstico define o próprio comportamento de quem o habita. O desenho de um edifício tende a limitar as formas de viver os (e nos) respectivos espaços. Desta forma, surgem situações em que o morador, no seu espaço doméstico, procura uma resposta directa às suas necessidades, ultrapassando os propósitos iniciais da habitação. A casa – e todos os elementos que a compõem – pertence sobretudo à esfera da expressividade, do espontâneo, onde é possível ter a sensação de pertença e a identidade dos seus moradores marca e *desenha* estes espaços mais íntimos.

A habitação para a sociedade contemporânea, e aquela que tenderá a ser mais adequada à sua evolução, em contexto urbano, pede soluções fáceis de ajustar e manipular, maleáveis e flexíveis, aumentando, deste modo, a vida útil da habitação e a sua capacidade de se adaptar e ser adaptada por diversos moradores, numa linha temporal sem fim definido.

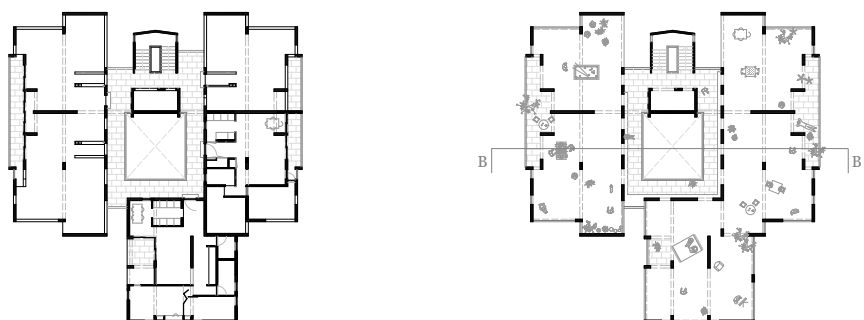
Assim, esboçando sobre as plantas originais das Torres, de forma a respeitar a estrutura existente, nascem propostas que contemplam diversas abordagens. A estrutura original dos edifícios limita bastante, com paredes portantes extensas e muito próximas entre si, reduzindo a possibilidade de criar espaços amplos e versáteis.

Neste capítulo, encontrou-se algum apoio nos textos de Nuno Portas, quando apela a uma política de reciclagem ou aproveitamento da paleta de edifícios já existente, “conservar renovando e renovar conservando”¹²¹. O projecto propõe uma forma de lidar com a pré-existência menos qualificada, através da valorização das qualidades e aspectos positivos que caracterizam essas estruturas.

121 PORTAS, Nuno, *Os Tempos das Formas, vol. I: A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005, p.156.



Figs. 139 e 140. Propõem-se vários pisos tipo, de forma a responder a diferentes exigências e faixas etárias. A planta à esquerda é composta por 6 fogos e a da direita por 4. Os desenhos aproximam-se da organização que existia nas torres originais do Bairro. No primeiro desenho desenvolveram-se casas mais pequenas, que podem acolher um só habitante ou um casal - estudantes, jovens trabalhadores, idosos - oferecendo ao Aleixo uma nova tipologia e, portanto, mais variedade. O segundo desenho já é composto por apartamentos maiores, que podem servir famílias mais numerosas ou pessoas que procurem partilhar casa. Em ambas as hipóteses, explorou-se a flexibilidade espacial, sugerindo, por exemplo, paredes que se recolhem e que permitem aumentar os espaços, insistindo numa arquitectura que dá lugar ao imprevisível e ao inconstante, que se ajusta às necessidades de cada dia e de cada morador.



Figs. 141 e 142. Plantas que sugerem um desenho mais flexível. A ideia é introduzir na(s) torre(s) de habitação pisos que contêm casas que ainda esperam por uma “família” que os escolha e os transforme consoante as suas exigências (planta mais à esquerda). O desenho da direita corresponde aos pisos para uso colectivo sugeridos neste trabalho (que também podem ter programa, numa parte ou na sua totalidade, se assim desejarem os residentes).



Fig. 143. Corte transversal por uma das torres habitacionais originais.



Fig. 144. Corte transversal BB' por uma das torres habitacionais propostas. No desenho é possível notar os vários pisos vazados que procuram melhorar a vida em comunidade e reforçar as relações de vizinhança.

As propostas para as três Torres são várias e diversificadas, mas entre elas há uma intenção comum: explorar a flexibilidade espacial. No seguimento deste tema, desenvolveu-se um processo criativo que expõe de forma clara a investigação, a procura e a experimentação. Os desenhos exploram pisos completamente desprovidos de construção, apenas com a estrutura imposta (que poderá ajudar a definir espaços no futuro). Estes pisos podem manter as paredes exteriores com vãos – como se apresentam actualmente as Torres – ou então o seu contrário, sem paredes, apenas com guardas, oferecendo ao(s) edifício(s) um espaço “exterior”, que o morador pode usufruir sem ter de descer até ao rés-do-chão. Pode surgir a meio ou até mesmo no último andar da Torre, e pode ser transformado no espaço que for mais conveniente para os seus habitantes – arrumos ou o lugar ideal para churrascos, uma lavandaria comum às casas, ou então apenas um vazio na Torre, onde se pode parar, respirar, observar. O importante é oferecer aos residentes um lugar mais recatado mas colectivo, de todos os que residem ali, traduzindo-se num momento especial para quem o atravessa no momento de entrada ou saída das suas casas.

A flexibilidade espacial que se propõe permite aos moradores terem as suas casas de acordo com as suas necessidades. Desde o modelo mais compartimentado – uma célula habitacional, com sala, cozinha, quartos e casas-de-banho –, a uma proposta direccionada para espaços amplos e de uso variado, em que os quartos são substituídos por alcovas. Sugere-se um desenho que seja abrangente nas possibilidades de utilização e combinação de variantes e diferentes formas de organização interna, e aberta nos modos de habitar, bem como mais resistente ao risco de obsolescência face aos desafios do presente e do futuro. A arquitectura é feita para durar e, a longo prazo, o seu habitar é imprevisível, razão pela qual a flexibilidade dos espaços pode ser determinante.

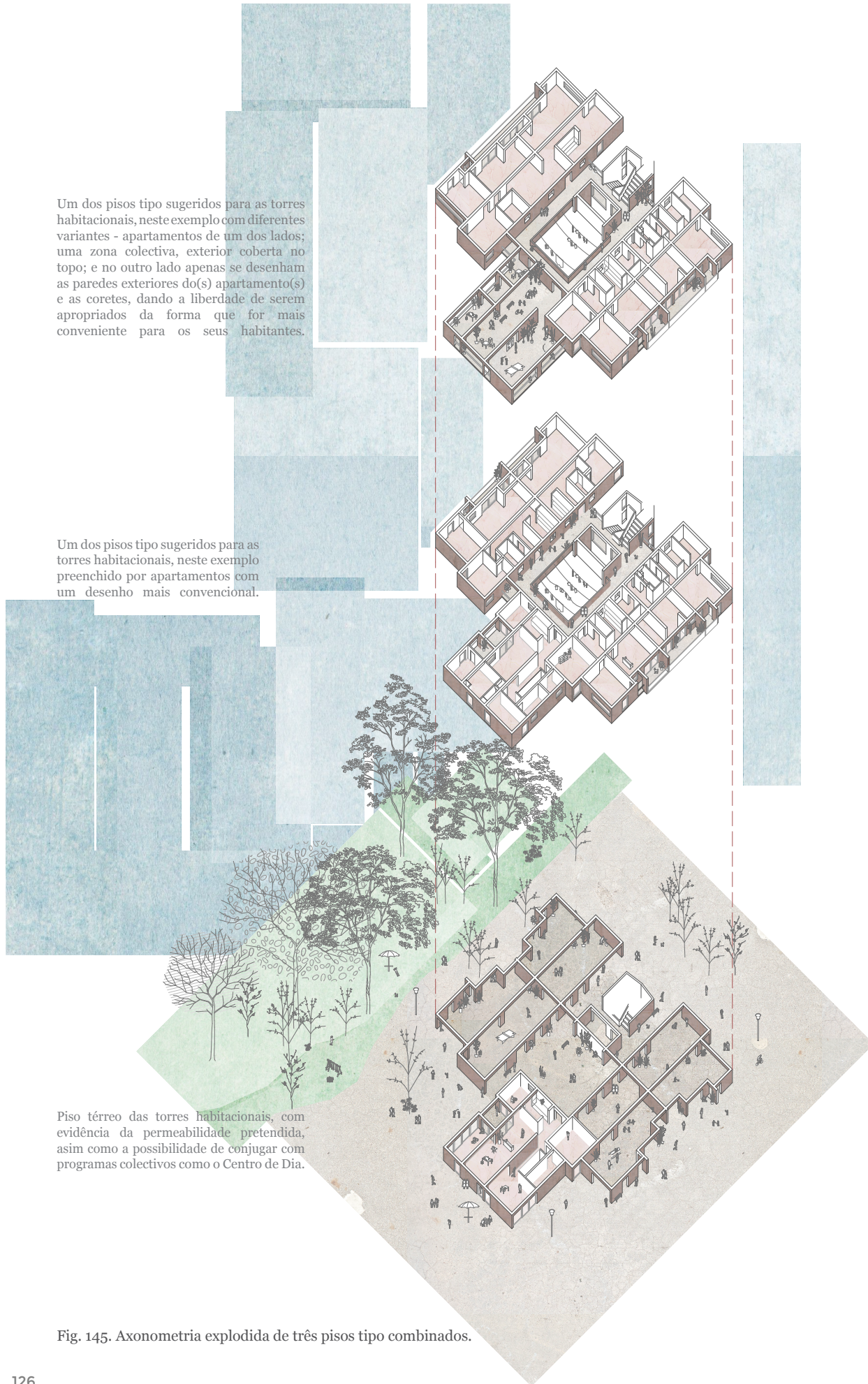
“Utilizar um edifício é também produzi-lo, quer através da transformação física, com a deslocação de paredes ou de mobiliário, utilizando-os de modos nunca antes imaginados, quer através de uma concepção totalmente nova. Tal como o leitor cria um livro novo lendo-o, o utilizador cria um novo edifício usando-o”¹²².

O saguão revelou-se um dos espaço mais característicos que cada Torre contém – pelas suas galerias que carregam em si pedaços de vida de cada morador, e permitem a comunicação entre pisos provando que viver em altura não impossibilita o contacto entre vizinhos; e pela agradável luz que rompe pelas várias aberturas, muitas delas com vistas deslumbrantes. No projecto, este espaço manter-se-á com as suas galerias de acesso às casas e, naturalmente, com os cabos que o atravessam usados para secar a roupa. O cheiro da roupa lavada continuará a definir este momento que marca a transição do exterior para o interior das habitações.

¹²² HILL, Jonathan, *Actions in Architecture: Architects and Creative Users*, London/New York: Routledge, 2003, p.70.

Um dos pisos tipo sugeridos para as torres habitacionais, neste exemplo com diferentes variantes - apartamentos de um dos lados; uma zona colectiva, exterior coberta no topo; e no outro lado apenas se desenham as paredes exteriores do(s) apartamento(s) e as coretes, dando a liberdade de serem apropriados da forma que for mais conveniente para os seus habitantes.

Um dos pisos tipo sugeridos para as torres habitacionais, neste exemplo preenchido por apartamentos com um desenho mais convencional.

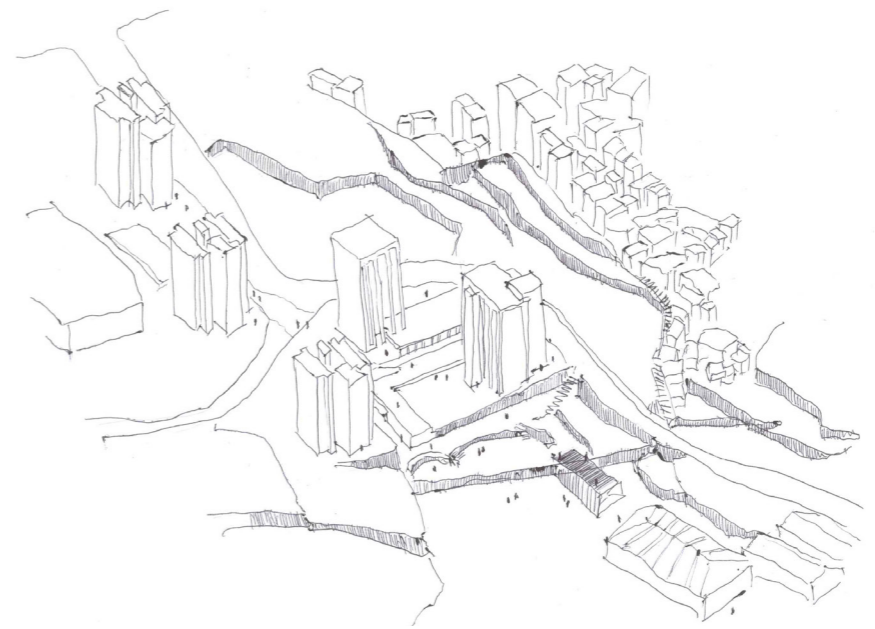


Piso térreo das torres habitacionais, com evidência da permeabilidade pretendida, assim como a possibilidade de conjugar com programas colectivos como o Centro de Dia.

Fig. 145. Axonometria explodida de três pisos tipo combinados.



Fig. 146. Proposta de alçado nascente para as três torres habitacionais. Corte longitudinal por todo o terreno do Bairro. Em cima (fig. 147) aproximação de uma das hipóteses de alçado, considerando que o desenho exterior das torres habitacionais pode variar dependendo da conjugação e sobreposição dos diversos pisos propostos.



3.2. AS CINCO TORRES NA PAISAGEM

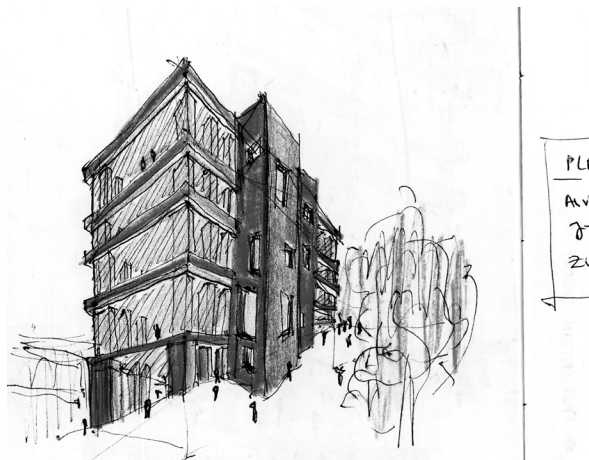
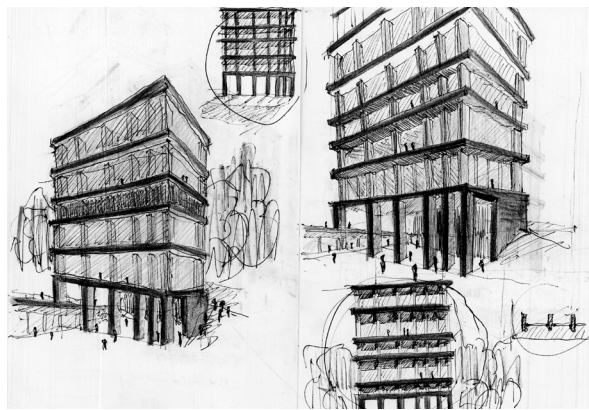
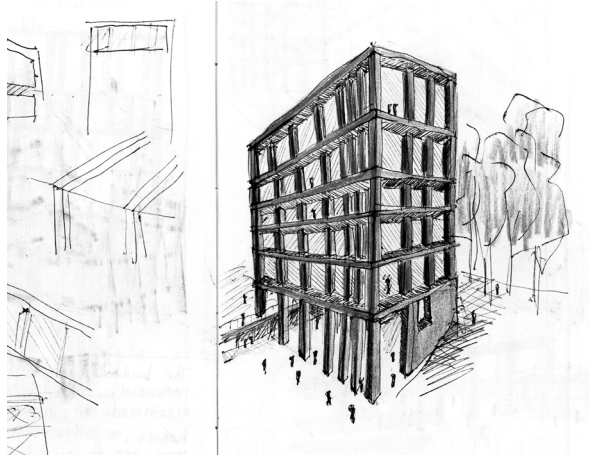
Os efeitos da arquitectura, por si só, raramente são tão significativos quanto as pessoas pensam: ela certamente afecta o bem-estar individual ou colectivo para melhor ou pior, mas factores como a política, a economia, a presença e a ausência de preconceito é que se revelam determinantes na vida das pessoas. É nesse sentido que se pretende realçar que a tipologia do Bairro do Aleixo (composto por torres) não deve ser o argumento utilizado para justificar o estado actual que marca pejorativamente o conjunto habitacional e seus moradores, considerando que existem torres habitacionais por todo o mundo que não seguiram o caminho do Aleixo, assim como existem bairros em banda, com blocos de cêrcea reduzida, que concentram em si problemas idênticos aos do caso de estudo.

Este projecto pretende atenuar as situações problemáticas do Bairro (acreditando que não é possível solucionar ou erradicar tais questões) e melhorar a vivência quotidiana dos seus moradores, introduzindo novas dinâmicas e ofertas, assim como novas gentes e relações, proporcionando harmonia rodeada de natureza. Aqui a arquitectura pretende afectar o bem-estar individual e colectivo para melhor, não esquecendo, porém, a sua impotência sobre factores alheios.

Considerando que, cada vez mais, as oportunidades que a cidade deveria oferecer reduzem-se e as suas funções culturais e sociais são bloqueadas, sectorizadas, cingidas a partes específicas da população, com público alvo definido, é normal assistir-se à constante e crescente segregação e exclusão de certas comunidades da sua própria cidade. O mesmo acontece com a habitação. O insucesso acontece quando entidades distantes e alheias aos casos reais – os política e economicamente poderosos – decidem pelos moradores aquilo que vai acontecer no interior das comunidades em causa. Torna-se importante reflectir sobre estas questões, sobre o número (consideravelmente grande) de decisões feitas afectas à arquitectura e à cidade enquanto processos produtivos.

O comércio, os serviços e a cultura são o entendimento global daquilo que é o quotidiano de uma comunidade. E tem de ser (re)construído a partir de “dentro”, de acordo com as necessidades dos seus habitantes, permitindo, conseqüentemente, a partilha para “fora”. O Bairro e a cidade podem, assim, unir-se e complementar-se. “O espaço público deve ser o lugar simbólico no qual se encontram cidade, democracia e política, bastando esse critério para a base do projecto”¹²³.

123 OHIGAS, Oriol, *Contra la incontinência urbana – Reconsideración moral de la arquitectura y la ciudad*, Barcelona, Electa, 2004, p.183.



Figs. 148-149. Desenhos das primeiras fases das novas torres. Estudo de alçados.

Deseja-se extrair a capacidade que um bairro pode ter nos processos de recomposição do tecido social, através da sua variedade de relações intrínsecas que se constroem e se fortalecem, e de equipamentos que enriqueçam o quotidiano dos seus moradores. Pensa-se, assim, numa proposta moderna, que rema contra a arquitectura conformista que se vê actualmente – casas, espaços de trabalho e lazer, ruas e cidades encontram-se hoje inadaptados por conformismo, por uma tendência natural e humana de resistir à novidade.

Neste sentido, o plano para a reabilitação do Bairro do Aleixo procura criar e desenvolver espaços versáteis e de usos variados, que apoiem as torres habitacionais. Explorar áreas cujas características possam trazer novas qualidades e apetências ao local, abertas a todos os cidadãos – de dentro e fora do bairro –, e que contribuam para que o Aleixo deixe de ser um *guetto* para se transformar numa ponte entre as urbanizações adjacentes.

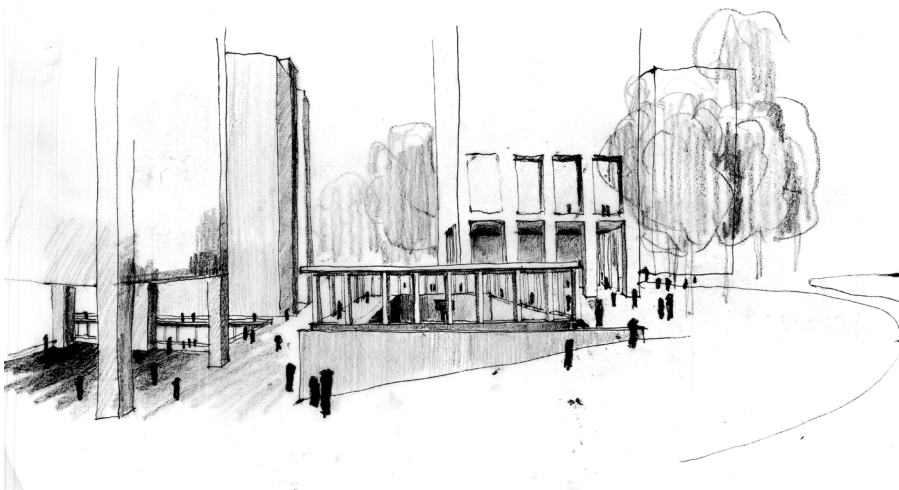
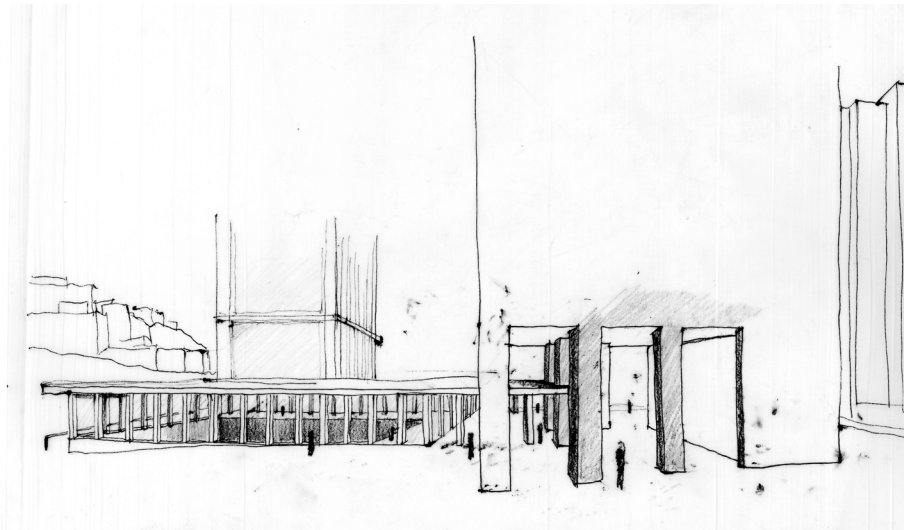
Com o objectivo de contrariar e criticar as intenções da Câmara Municipal do Porto relativas às demolições, os novos edifícios propostos para o Bairro do Aleixo ocupam a mesma implantação e tipologia das torres que já “caíram”, no entanto pretendem contar uma história diferente.

Um dos princípios da Carta de Atenas é a libertação do solo para espaço colectivo ou público, interpretando a construção em altura como uma solução. O projecto do Bairro segue algumas das estratégias reconhecíveis nos modelos habitacionais que conformaram, na Europa, o chamado Movimento Moderno e, assim, as novas torres propostas surgem não só com uma dimensão crítica relativamente às demolições, mas também com esta intenção de libertar o solo para preservar, desenhar e redesenhar jardins e espaços públicos. A cidade deve ser sustentável, saudável e segura, deve investir no aumento de quantidade e qualidade de espaços agradáveis e bem planeados.

“(…) A própria cidade é a memória colectiva dos povos; e como a memória está ligada a factos e lugares, a cidade é o “locus” da memória colectiva”¹²⁴.

Esta proposta procura também recuperar a memória do lugar e, por isso, carrega em si um grande valor simbólico.

124 O arquitecto Aldo Rossi, umas páginas antes, esclarece sobre o significado de “locus”: “aquela relação singular mas universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar.” in ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa: Cosmos, 2001, pp.147 e 198.



Figs. 150 e 151. Desenhos do estudo da permeabilidade conjugada com os diversos equipamentos e programas.

Deste modo, o Bairro é desafiado pela introdução de vários espaços colectivos que asseguram a sustentabilidade social da comunidade. Defende-se que se forem oferecidas as ferramentas para a criação de apartamentos mais generosos e com flexibilidade espacial, possíveis de agradar a várias faixas etárias e diferentes agregados familiares, aproveitando as condições geográficas que já valorizam os espaços tanto interiores como exteriores, com serviços úteis e ofertas culturais, isto interessará a diferentes camadas sociais.

Seguindo a lógica do arquitecto Manuel Teles, considerou-se fundamental apresentar uma solução (entre muitos outros caminhos possíveis) que devolvesse e acrescentasse necessidades básicas e de vivência digna que qualquer bairro habitacional ambiciona.

Pretende-se mostrar outras formas de intervenção – tanto no Bairro como, por consequência, na cidade – que não arrasem com edifícios construídos que compõem o território e que contribuam para a construção da história das respectivas cidades e das memórias colectivas.

O processo desenvolvido referente à proposta é exposto neste trabalho e revela a condição do lugar e o modo como programa e forma não são uma mera interpretação programática, mas sim uma resposta ao próprio lugar, considerando não só a sua arquitectura e topografia mas principalmente a sua carga social muito forte. A experimentação do objecto em função do seu propósito preocupou-se sempre com a relação entre terreno e território, atentando às necessidades e afinidades dos cidadãos envolvidos neste processo delicado.

Retomando o *Manual das Cidades*, reforça-se a

“evidência da cidade ser um território colectivo, um território conformado para a possibilidade de vida em comum. Muitas pessoas diferentes partilhando, dividindo, usando uma enorme estrutura construída em conjunto. Uma estrutura antiga, com as suas sucessivas alterações ancoradas na história que define, rodeia e marca as nossas próprias histórias pessoais; as nossas histórias imprevisivelmente misturadas com as diferentes histórias dos outros; a história das cidades construída com este somatório imenso sobreposto de tantas diferentes cronologias e origens. (...) A cidade (verdadeira) é complexa, multifuncional, colorida, vária, arriscada, surpreendente. A imitação comercial, que tanto fascina a classe média, é só um sufoco «seguro»”¹²⁵.

Projectar uma nova realidade, na qual os residentes do Bairro têm o poder, enquanto cidadãos, de tomar decisões sobre o espaço em que vivem, é também lutar por uma estrutura multifuncional onde a imprevisibilidade se revela um prazer que é acrescentado ao acto de viver. Os moradores podem apropriar-se dos seus espaços, mas também devem governá-los e fazer as suas próprias decisões sobre eles, com interesses e objectivos comuns.

125 DIAS, Manuel Graça, *Manual das Cidades*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006, pp. 11 e 60.

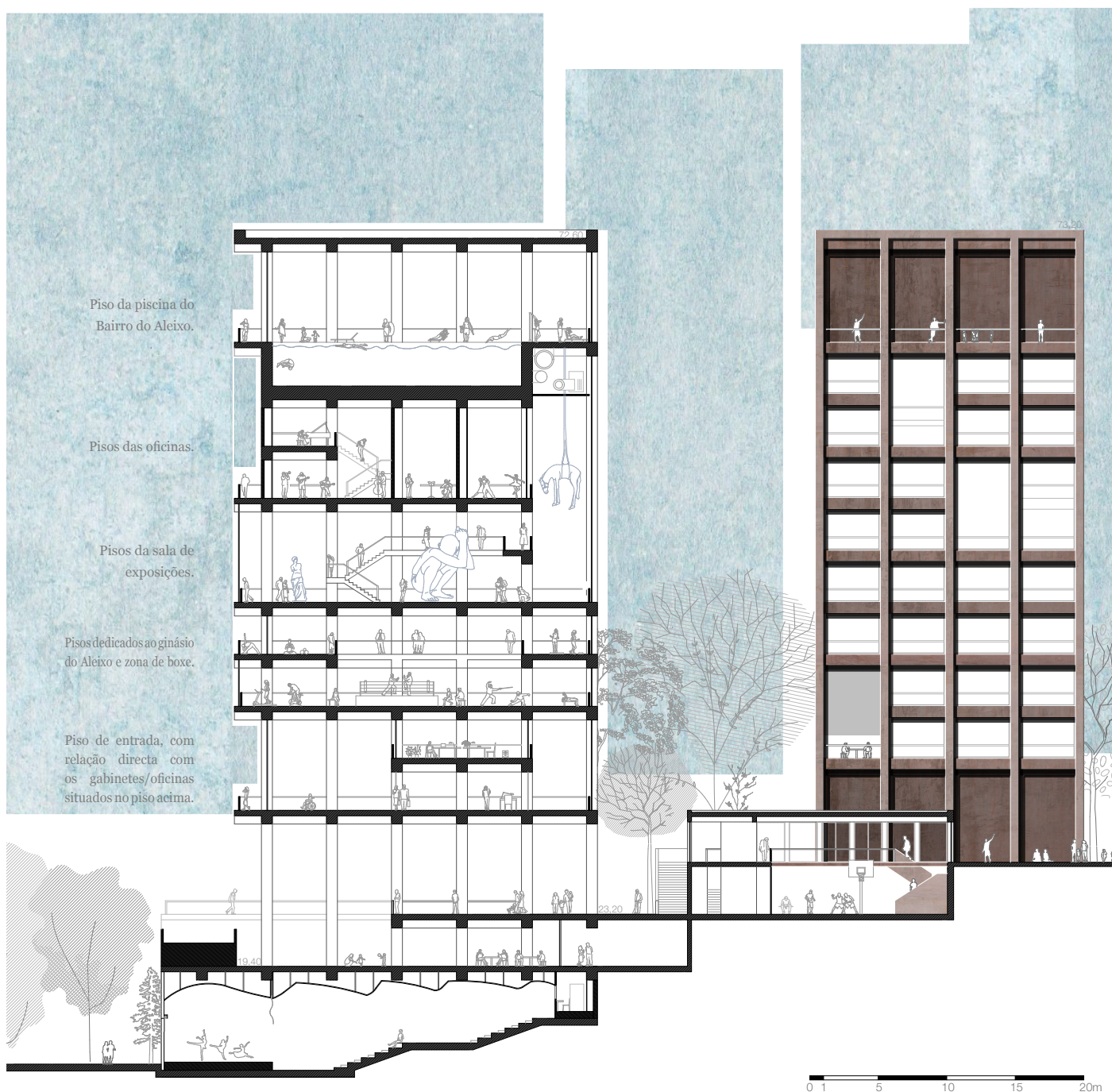


Fig. 152. Corte longitudinal pela torre nova mais a Sul. O desenho dos espaços representa uma sugestão daquilo que a torre pode albergar. Vários pisos livres que variam na sua programação e conteúdo. Aqui explora-se uma vertente mais cultural, que possa responder a toda a cidade, no entanto, a introdução do “mini-ginásio do Aleixo” tem com intenção devolver este espaço aos moradores do Bairro, programa que existiu numa das torres habitacionais já demolida.

É no seguimento desta lógica que o processo criativo sugere a criação e readaptação de espaços para usos colectivos não só para os moradores do Bairro mas para todos os cidadãos do Porto.

Nesse sentido, propõem-se espaços como oficinas para desenvolvimento pessoal ou de grupo, auditórios e salas amplas para ensaios ou concertos, e ainda espaços para exposições ou workshops. O utilizador pode ser quem expõe o seu trabalho ou quem vê e assiste às várias ofertas.

No exterior, planearam-se os acessos, os jardins e outros espaços públicos para encontros sociais, com várias plataformas que ajudam a vencer a topografia inclinada do terreno e ao mesmo tempo conferem zonas de estar com vistas para o rio Douro e onde se podem encontrar cafés e esplanadas, pequenos comércio e serviços. Os campos para práticas de desporto desenhados para o Bairro também são um bom pretexto para juntar habitantes de toda a cidade. Esta necessidade do Bairro servir para além dos seus “limites” geográficos é também uma consequência da preocupação relativamente à possibilidade de se estar a criar novamente um conjunto habitacional que se fecharia sobre si mesmo. Esta inquietação teve bastante influência no desenvolvimento deste trabalho e, por isso, a proposta quer evitar a sucessão de acontecimentos que, ao longo dos quase 50 anos de vida do Bairro do Aleixo, o colocaram à margem da cidade.

O desenho do projecto, os vários programas sugeridos, a relações entre as Torres e os espaços colectivos adjacentes, e a relação entre todo o Bairro e a cidade recaíram sobre o que os actuais moradores consideram importante e facilitador dos seus quotidianos. As áreas de determinados espaços foram calculadas de acordo com o número de moradores que as três torres de habitação podem suportar – um salão/auditório que consiga acolher dois representantes por fogo para possíveis actividades é um exemplo da forma como as áreas foram consideradas. Este método reforça assim a ideia de um projecto preocupado com os residentes, contribuindo, conseqüentemente, para o desenvolvimento de uma comunidade menos isolada e reprimida, transformada em espaço de diálogo, aberto, tolerante e heterogéneo.

A realização deste projecto procura partir de uma arquitectura participativa, onde é essencial ter estruturas democráticas e de participação popular, e na qual os desenhos e espaços projectados se encontrem próximos daqueles que os usufruem e habitam, partindo das suas decisões e das suas necessidades diárias; e possíveis de se adaptar e transformar ao mesmo tempo que se mudam os tempos e os usuários, e conseqüentemente as necessidades e vontades.

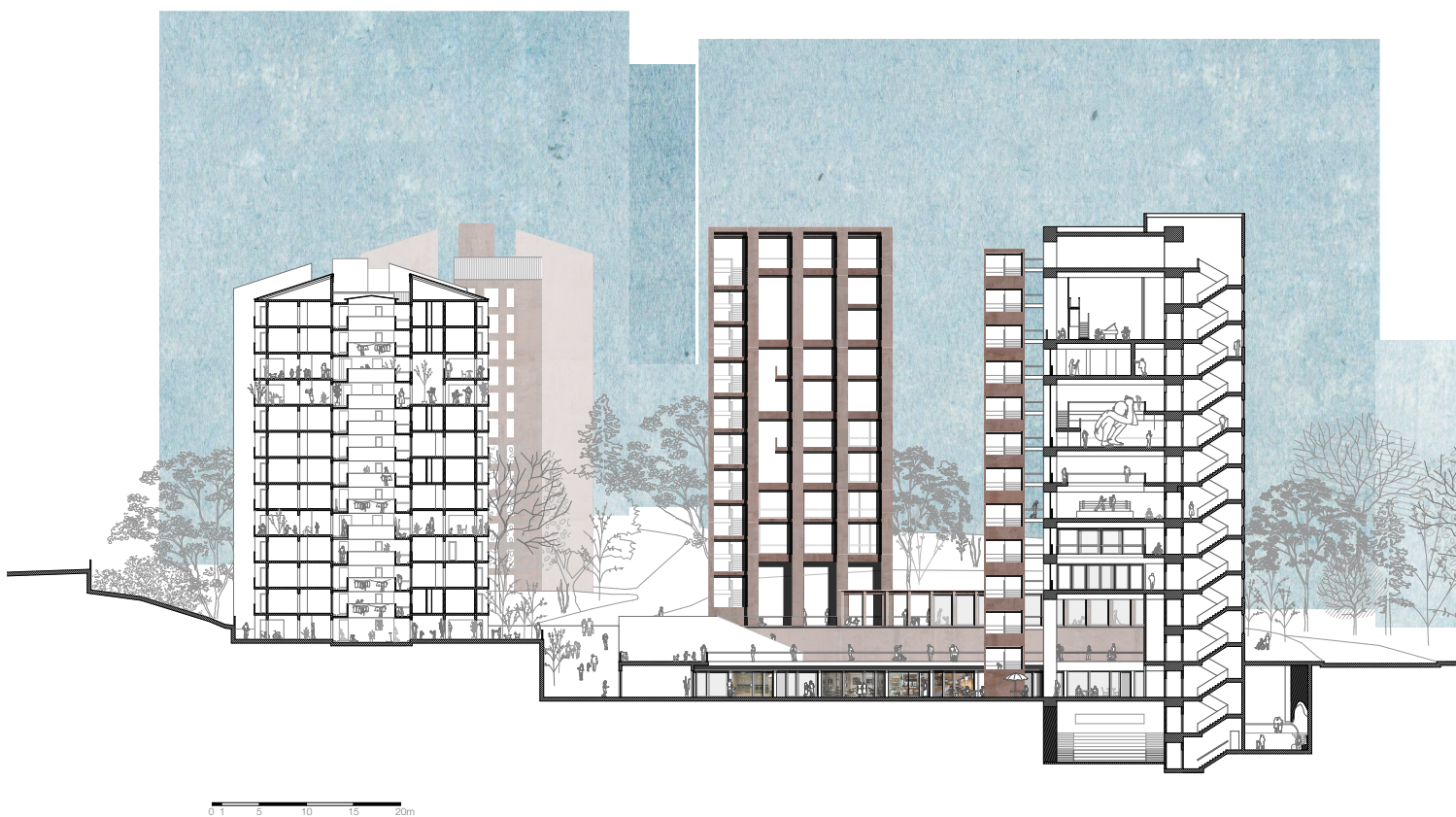


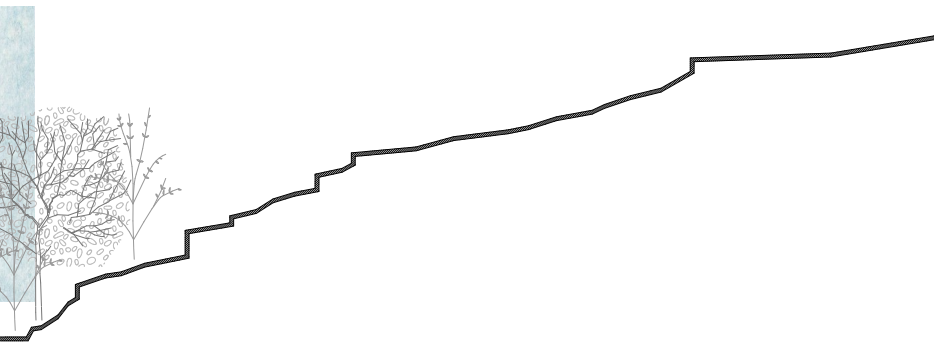
Fig. 153. Corte transversal por duas das torres - uma habitacional reabilitada e outra nova -, e alçado Sul da nova torre mais a Norte. No desenho pretende-se destacar a relação entre o programa habitacional e os novos edifícios, assim como as várias plataformas propostas que ajudam a vencer os desníveis do terreno ao mesmo tempo que oferecem comércio e serviços à comunidade. Procurou-se intensificar a ligação dos moradores do Bairro com os moradores da cidade, e neste desenho é possível notar a proximidade dos diferentes programas que atingem todos os cidadãos num só Bairro.

É possível acreditar, ou pelo menos planear, uma arquitectura realista: uma prática que permita, favoreça, ajude e encoraje essa participação, para que ela se produza. Uma arquitectura que ajuda nesta partilha de ideias e valores e se foca essencialmente no desenvolvimento de uma cidade mais activa e inclusiva.

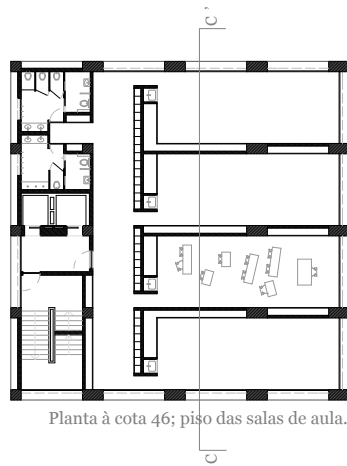
Aqui pretende-se que não haja distinção de classes, que toda a comunidade possa integrar-se e contribuir, assim, para a construção de uma sociedade mais justa.

As ligações que se esperam criar entre os moradores do Bairro e os restantes moradores da cidade – conexões e afinidades que actualmente são reprimidas pela segregação social, cada vez mais agravada e potenciada pelos poderes políticos – ajudam a quebrar barreiras e estigmas presentes.

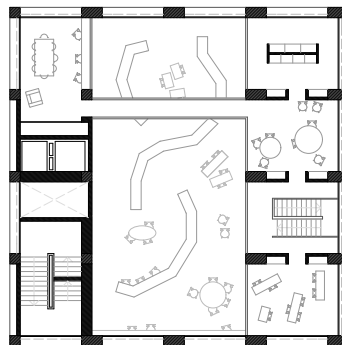
As dinâmicas de novos projectos sociais e culturais incorpora na perfeição este espírito de mudança e de reconfiguração da imagem do “lugar”. As relações que, em contexto urbano, se estabelecem entre o campo cultural e o campo político são importantes para este caso de estudo¹²⁶. Assim surge a ideia da cultura enquanto chamariz: de novos residentes, visitantes e também de actividades económicas e investimento.



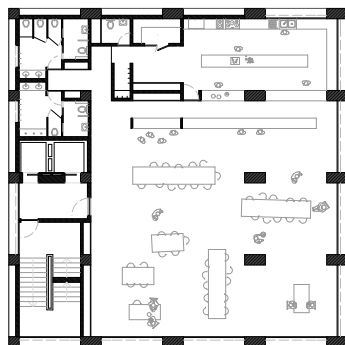
¹²⁶ A cultura é “crescentemente assumida como elemento decisivo de estruturação das formas de pensar e fazer cidade, peça fundamental de estratégias de reforço de atractividade dos espaços urbanos relativamente aos fluxos nacionais e internacionais de investimento, a cultura motiva, agiliza e legitima muitas das estratégias actuais de reconfiguração física, socioeconómica e identitária do espaço urbano. Para as cidades que, como o Porto, perderam protagonismo económico na sequência de intensos processos de desindustrialização, as actividades culturais surgem como uma nova oportunidade de participação no jogo da competição interurbana.” in QUEIRÓS, João, *O lugar da cultura nas políticas de reabilitação de centros urbanos: apontamentos a partir do caso do Porto*, p. 8.



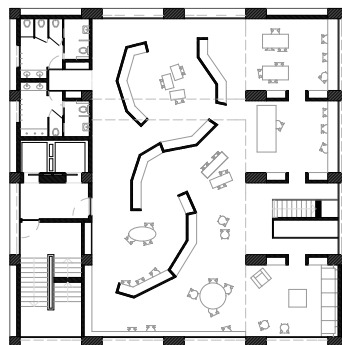
Planta à cota 46; piso das salas de aula.



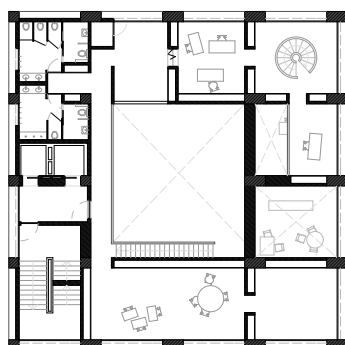
Planta à cota 61,20.



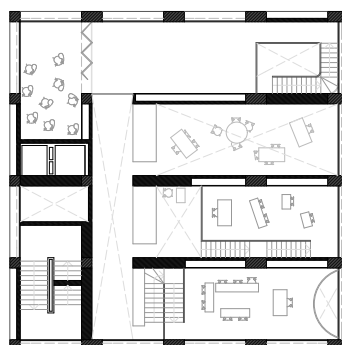
Planta à cota 42,20; piso do refeitório.



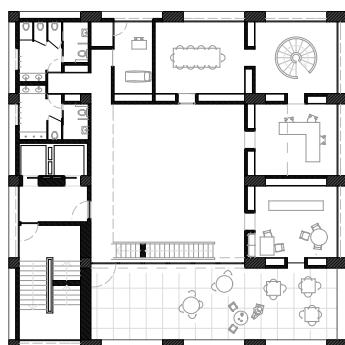
Planta à cota 57,40; piso da biblioteca.



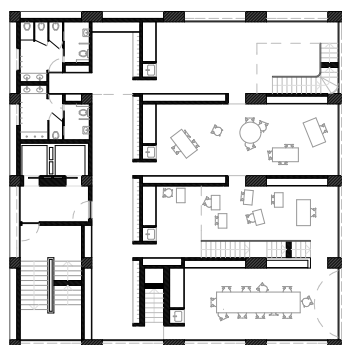
Planta à cota 38,40.



Planta à cota 53,60; piso das salas de aula.



Planta à cota 34,60; piso com gabinetes administrativos e bar da escola.



Planta à cota 49,80; piso das salas de aula.

Fig. 154. Plantas dos pisos que compõe a nova torre mais a Norte. O desenho representa uma hipótese de apropriação dos espaços e, neste caso, o edifício apresenta um programa mais educacional, sugerindo a recriação da Escola Primária do Aleixo (que já existiu no Bairro) e uma biblioteca, entre outros espaços e possibilidades. Esta proposta realça as preocupações que se sentiram no desenvolvimento deste projecto, ou seja, responder primeiramente às necessidades dos moradores do Bairro.



Fig. 155. Corte longitudinal CC' pela nova torre mais a Norte. Neste corte, o programa proposto é mais direccionado para a educação. Alçado Poente da nova torre mais a Sul.



Figs. 156-160. Sesc Pompeia, de Lina Bo Bardi. A arquitecta ítalo-brasileira considerou a antiga fábrica que existia como um marco histórico da expansão industrial de São Paulo, mantendo-a e acrescentando-lhe uma nova camada de história e significado, um novo uso. Garantir a sua continuidade foi encarado como um convite à participação para potenciar um lugar feito para a comunidade, feito pela comunidade e a ser reinventado por essa mesma comunidade.

3.3. O LUGAR DA CULTURA NAS POLÍTICAS DE REABILITAÇÃO URBANA¹

Em todos os momentos da história, as cidades foram sendo palco de fenómenos culturais, de criatividade e inovação artística. A dinâmica das cidades ocupa, cada vez mais, o centro das preocupações políticas e económicas.

É necessário evidenciar o papel importante de algumas associações, espaços e projectos culturais crescentes nas estratégias de reabilitação urbana do Porto. A criação e desenvolvimento de novas formas de desenho urbano alteram a escala das cidades, potenciando – apenas em alguns casos, de acordo com o plano executado – os seus espaços enquanto lugares de produção social, resultando em novas formas de fazer cidade.

Inovar ao nível da arquitectura e do urbanismo, promovendo espaços de uso público e colectivo, aumentando a oferta cultural, comercial e residencial, fomenta a diversificação histórica, geográfica e social.

Porém, a arquitectura tem o papel importante de actuar sem esquecer a continuidade. E não se trata da continuidade da cidade planeada e, portanto, “eficaz”, mas sim de uma continuidade que actua através da análise atenta dos fluxos, das energias, dos ritmos que o passar do tempo estabeleceu. O que existe e permanece nas cidades apresenta um reservatório de memórias, valores e potencialidades em que vale a pena investir activa e conscientemente.

O existente, para Lacaton e Vassal, é o mote para a estrutura prévia de todos os seus projectos. A dupla de arquitectos franceses defende que a arquitectura contemporânea deve procurar intervir nas situações existentes com a máxima delicadeza e leveza possível, considerando que se trata de uma das maiores dificuldades da sociedade actual:

“Os desafios da sociedade contemporânea parecem dirigir-se a uma cultura da interpretação e da transformação do existente. A noção de território virgem deixou de existir. Trata-se de exaltar as capacidades do existente, um novo olhar sobre a cidade”¹²⁷.

Defende-se, seguindo a lógica dos arquitectos Lacaton e Vassal, que quanto mais complexa é a situação em que se pretende intervir, mais interessante são os temas e as questões que surgem durante o desenvolvimento do projecto. É necessário não eliminar, mas sim recuperar e melhorar as situações que se encontram nos processos de intervenção, conferindo ainda mais valor ao património e história da cidade.

¹ A expressão foi retirada do título do artigo *O lugar da cultura nas políticas de reabilitação de centros urbanos: apontamentos a partir do caso do Porto*, do sociólogo João Queirós.

¹²⁷ LACATON, Anne, VASSAL, Jean-Philippe, *Actitud*, Barcelona, Gustavo Gili, 2017, p.93.

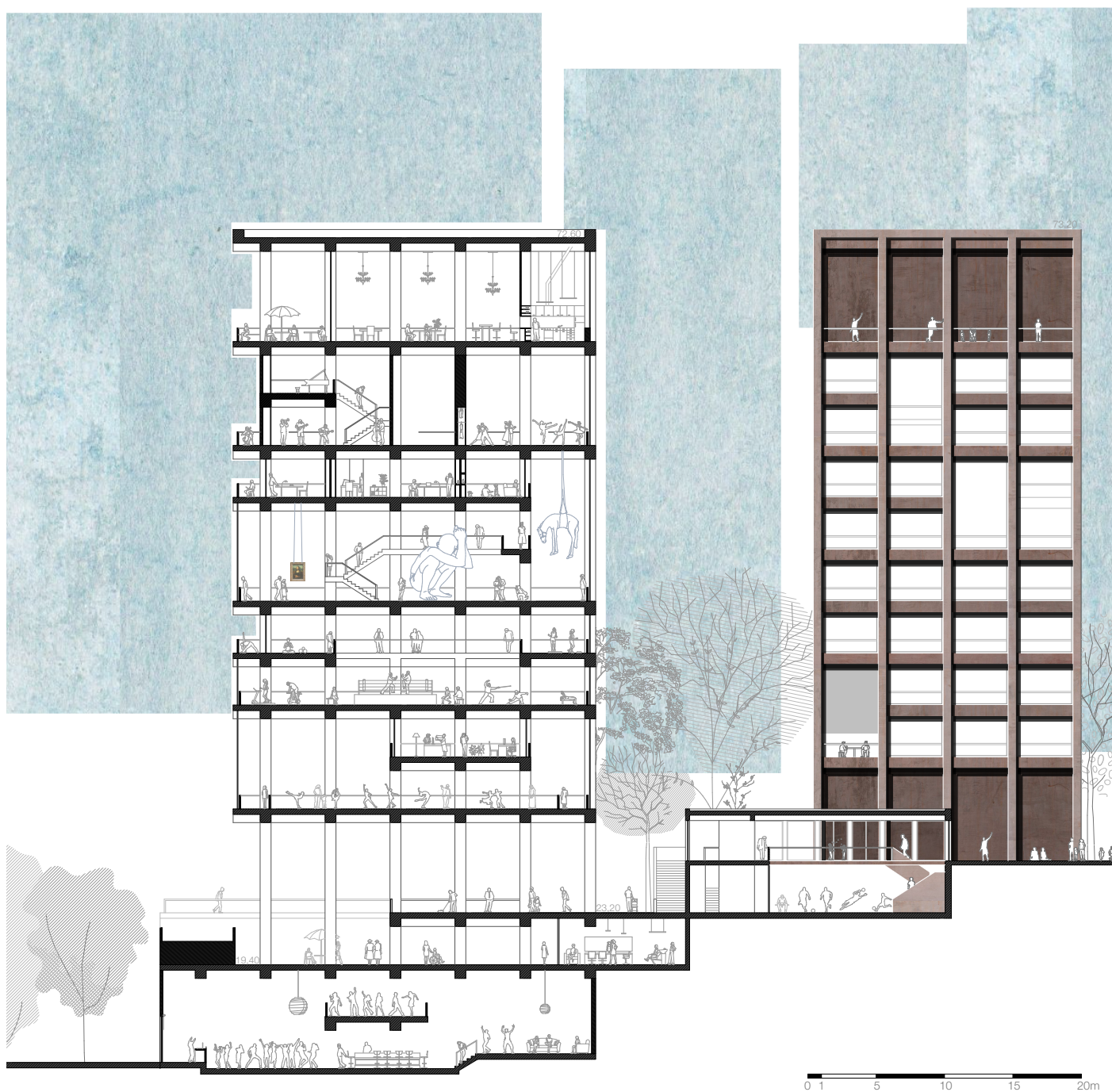


Fig. 161. Corte longitudinal pela torre nova mais a Sul. Desenho semelhante à figura 152 da página 134, contudo, há a variação de programa nalguns pisos, evidenciando a flexibilidade espacial permitida pela estrutura e consequente planta livre. A flexibilidade programática também é facilitada pela forma como os espaços são adaptáveis.

“Pensamos a cidade como um sistema aberto, disponível, capaz de aglomerar e fazer evoluir mecanismos heterogêneos, de relacionar situações novas, de compreender e lidar com as interdependências”¹²⁸.

O desenvolvimento e promoção de actividades culturais atrai as pessoas para os locais onde ela se produz, é o que as faz mexer e as junta, recriando as cidades ou partes de cidade. Na óptica de João Queirós “a cultura atrai pessoas e investimentos, que motivam e sustentam operações de reabilitação, que atraem pessoas e investimentos, que motivam e sustentam projectos e espaços culturais”¹²⁹, gerando-se, assim, um ciclo com impacto positivo nas cidades e nas comunidades envolvidas, e onde todos podem e devem participar, activa ou passivamente.

As cidades tornam-se mais interessantes quando há actividades que potenciam a vida fora da rotina. Uma instituição/associação cultural com actividades regulares torna áreas deprimidas do território urbano mais activas e vividas. Actualmente já se verifica que espaços urbanos reconfigurados começam a surgir, enfatizados pelas novas actividades e, portanto, revelam-se indissociáveis as relações entre cultura e reabilitação urbana (do Porto, neste caso).

No entanto, o Porto reabilitado só faz sentido se as pessoas de “dentro” puderem usufruir dele. A proposta para o Bairro do Aleixo surge, assim, com gestão comunitária, organizada pelo bairro, pelas associações de moradores e de artistas, onde a participação e presença dos moradores do Aleixo e até da cidade possa ser bastante relevante e importante nos processos de tomada de decisões. A intenção é diluir as classes e as opressões.

Lacaton e Vassal também defendem a importância que equipamentos de usos diversos trazem a zonas menos valorizadas da cidade, esclarecendo que os ideais modernistas que defendiam o zoneamento de funções potenciaram o isolamento de conjuntos habitacionais e ainda enfraqueceram o sistema urbano e as relações entre pessoas e respectivas trocas sociais.

“Pareceu-nos interessante introduzir possibilidades de diversificação nas bases dos edifícios [habitacionais] com a intenção de criar todas essas coisas que estão disponíveis no centro de uma cidade: comércio, mas também escritórios e oficinas, espaços para profissões liberais”¹³⁰.

Apesar da sua malha urbana densa, o Porto padece de espaços adequados à prática das mais variadas actividades e trabalhos artísticos, e que possam ser usufruídos sem ter de se pagar pelo seu aluguer valores inflacionados. Fala-se de espaços acessíveis a toda a comunidade, independentemente das classes sociais.

¹²⁸ LACATON, Anne, VASSAL, Jean-Philippe, *Actitud*, Barcelona, Gustavo Gili, 2017, p.88.

¹²⁹ QUEIRÓS, João, *O lugar da cultura nas políticas de reabilitação de centros urbanos: apontamentos a partir do caso do Porto*, p. 15.

¹³⁰ LACATON, Anne, VASSAL, Jean-Philippe, *Actitud*, Barcelona, Gustavo Gili, 2017, p.60.



Figs. 162-166. Interior do Centro Comercial STOP. Algumas fotografias esclarecem que a maioria das lojas ou estão abandonadas ou servem usos menos convencionais relativamente ao propósito inicial.

O espaço social urbano, não apenas como espaço físico, mas como um espaço utilizado pelos actores sociais, “resulta da existência simultânea de várias actividades e de vários grupos, com posições diferenciadas e com diferentes capacidades de acção sobre a vida social e sobre o espaço”¹³¹.

É pertinente falar de casos na cidade como o centro comercial Stop – um exemplo de edifício que tem o seu fim delineado, deixando muitos artistas sem “tecto”.

Situado na Rua do Heroísmo, Bonfim, perdura desde os anos 80, porém, com a construção de outros centros comerciais (mais modernos) caiu em desuso, entrando assim num processo natural de abandono e consequente desvalorização dos espaços/lojas que contém. O Stop teve a necessidade de se reinventar para sobreviver. Desde então (anos 2000), o edifício deu abrigo e oportunidade a muitos artistas músicos que puderam (re)usar as lojas de comércio de outros tempos enquanto salas de ensaio, surgindo com uma nova identidade, e até há quem lhe chame “a Casa da Música do povo”.

Carregado de boa fama e com a visibilidade que leva actualmente, carrega também o receio pelo interesse municipal neste edifício. Não se sabe até quando as rendas baixas se vão manter, por exemplo. Ou se vão querer o edifício (ou a sua demolição) para a construção de alojamento local, dada a sua boa localização. A cultura da cidade passa também pela valorização do funcionamento próprio, que está relacionado com as pessoas que lá vivem e que lá trabalham e produzem.

O Stop é, apesar do valor que dispõe, uma “resposta-migalha” ou parcelar aos milhares de artistas que procuram espaços de ensaio, pois uma companhia experimental de teatro ou de dança, por exemplo, não cabe no Stop, ou mesmo grandes grupos como orquestras, têm de procurar outro lugar.

¹³¹ GONÇALVES, António Custódio, “Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais”, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I série, vol. IV*, Porto, 1998, p.15.



Figs. 167-170. Fotografias do interior da Fábrica, local para ensaios artísticos, e sede de muitas companhias de teatro.

Como solução a grupos, colectivos e associações maiores, a cidade tinha a Fábrica, um espaço de criação artística fundado em 2005 que deixou em 2017 de acolher os artistas.

Tratava-se de uma antiga fábrica de meias que se encontrava na altura abandonada e desocupada, contígua à ESMAE (Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo), na Rua da Alegria. O seu programa inicial caracteriza o edifício pelas suas áreas úteis e planta livre, fornecendo liberdade de uso dos espaços. Começou a ser ocupada por um grupo de ex-alunos do curso de Teatro. Daí até à Fábrica abandonada se transformar num pólo feito de ideias e práticas artísticas diversas, que vão do teatro, ao circo, dança e música, foi um instante. O Porto padecia de estruturas para o efeito, assim como os artistas. A Fábrica não solucionou todos os problemas relacionados, mas fez a sua parte, ajudando algumas companhias. “Ateliers, ensaios, espetáculos, workshops, conferências, festivais, encontros, reuniões, estágios, de tudo um pouco teve a Fábrica da Rua da Alegria. De tal maneira, que ao longo dos anos, a adesão de novas companhias foi tal, que o espaço ganhou força de ‘marca’” acrescenta Luísa Moreira, produtora cultural¹³².

Porém o seu destino era espectável desde o início. O projecto da “Fábrica” não era a resposta final para aquele edifício antigo. “No contexto do crescimento da ESMAE e do aumento significativo do número de cursos e alunos, a escola viria a necessitar de aumentar instalações, no dia em que existissem condições para o fazer”¹³³. É desta forma que 12 companhias de teatro e vários criadores individuais tiveram de se despedir da Fábrica no final de 2017. Se o Porto sempre teve uma falha grave na falta de apoio aos artistas, e se o problema da falta de salas e espaços de ensaio já existia, este apenas continua a aumentar. A Fábrica, assim como o Stop, era mais uma resposta que servia apenas uma percentagem mínima da comunidade artística. Ainda que a perda de espaços como este façam sempre a diferença.

Estudos, conversas, desenhos e hipóteses para o Bairro do Aleixo surgiram após esta análise. As ideias projectuais propostas procuram ajudar a atenuar muitos destes problemas. O desenho dos novos espaços foi pensado para variadíssimas áreas e interesses e para todas as idades, promovendo assim diversidade cultural e programática, assim como heterogeneidade etária. Estes exemplos inspiraram também pela forma como foram reaproveitados e re-usados. Tratam-se de edifícios que nasceram numa época e contexto urbano específicos, com funções específicas e, mais tarde, quando tais funções deixaram de ser necessárias ou simplesmente caíram em desuso, deram vida e abrigo a outras actividades. A arquitectura deve adaptar-se e transformar-se, interagir constantemente com o meio natural ou social em que se insere e que estabelece estas mesmas mudanças.

132 MOREIRA, Luísa, “Fábrica da rua da Alegria. Deve o Porto perder este património?” in *Jornal O Público*, publicado a 6 de Fevereiro de 2018, disponível em <https://www.esquerda.net/opiniaofabrica-da-rua-da-alegria-deve-o-porto-perder-este-patrimonio/53146>.

133 MOREIRA, Luísa, “Fábrica da rua da Alegria. Deve o Porto perder este património?” in *Jornal O Público*, publicado a 6 de Fevereiro de 2018, disponível em <https://www.esquerda.net/opiniaofabrica-da-rua-da-alegria-deve-o-porto-perder-este-patrimonio/53146>.



Figs. 171-173. Bairro habitacional na Cidade do México que apresenta variedade programática. As dinâmicas diárias vão para além da habitação, uma vez que o conjunto conta com uma piscina para a prática de natação, oficinas de trabalho no rés do chão, cafés, campos desportivos e mercados que contam com a passagem dos moradores não só do Bairro, mas também das pessoas que vivem perto.

O projecto não pretende alojar apenas actividades artísticas, mas sim todas as vertentes ou tarefas que interessem aos moradores, dentro e fora do Bairro. Há espaços para tudo e para todos, pois o desenho baseou-se nessa preocupação. A flexibilidade espacial permite que uma sala se dobre ou se triplique, possibilitando a exploração de áreas amplas. As oportunidades são muitas, desde ensaios de dança, grupos de estudo, ou até mesmo um workshop de culinária. Espaços dedicados ao desporto também estão presentes desde o início, considerando que ali no Bairro se formou, em tempos, uma turma de boxe no “Mini-ginásio do Aleixo”, que acabou por desaparecer com uma das torres.

O objectivo principal no desenvolvimento de todo o projecto – e que foi sendo mencionado várias vezes ao longo do trabalho – é que a requalificação do Bairro envolva a participação e os interesses dos moradores e o seu direito de pertença. Sem querer definir à partida o programa que o bairro necessita – tal como o que sucede actualmente com os bairros sociais do Porto¹³⁴ –, insiste-se na importância de desenvolver uma proposta que contemple diversas possibilidades e variantes que poderão ser recombinadas de acordo com as necessidades e intenções a definir pelos usuários (arquitectura participativa), e que poderão ter margem para alteração ao longo do tempo.

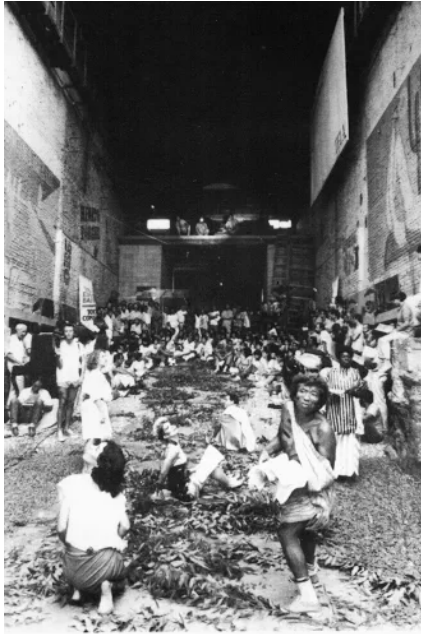
“O que é um lugar? Tem nome? É algo fixo? O que quer dizer habitar? Habitar, ordenar, construir é uma cadeia contínua. (...) Os lugares da arquitectura actual não podem ser permanências produzidas pela força da ‘firmitas’ vitruviana”¹³⁵.



Fig. 174. Bairro habitacional na Cidade do México

134 “Os bairros sociais foram edificados e têm sido geridos, salvo raras excepções, sem a participação dos moradores e segundo uma perspectiva estritamente económica e de curto prazo (...)” AZEVEDO, Maria José, *Estudo sócio-económico da habitação social*, Câmara Municipal do Porto, Pelouro de Habitação e Acção Social, 2001, p. 5.

135 SOLÀ-MORALES, Ignasi de, *Lugar: permanencia o producción*, pp. 45 e 47.



"A leitura aconteceu no espaço do antigo Teatro Oficina totalmente demolido e sobre um chão de terra"



Figs. 175-179. Teatro Oficina, de Lina Bo Bardi, São Paulo. A rua parece invadir o espaço cénico, promovendo um teatro flexível pela hibridez da sua estrutura. As estratégias de actuação de Lina eram diversas, mas contêm um objectivo comum - criar a (e na) heterogeneidade, dando lugar sem excluir. A arquitecta apropriou-se de diferentes recursos e espacialidades como possível laboratório de experimentações. Nesta obra, há o desejo de conectar o edifício à cidade através da rua, que se prolonga para o interior do Teatro. A valorização da cultura, a contaminação mútua entre o velho e o novo, a liberdade do corpo e da mente são ideais continuamente repercutidos na obra de Lina Bo Bardi.

3.4. EXPERIMENTAÇÃO E FLEXIBILIDADE UMA ARQUITECTURA SUSTENTÁVEL

“A expressão ‘organizar espaço’, à escala do homem, tem para nós um sentido diferente daquele que poderia ter, por exemplo, a expressão ‘ocupar espaço’. Vemos na palavra ‘organizar’ um desejo, uma manifestação de vontade, um sentido, que a palavra ‘ocupar’ não possui (...)”¹³⁶.

Como é que o utilizador se apropria criativamente do espaço? “A marginalização da prática social estende-se, portanto, até à linguagem. A palavra ‘utilizador’ (usager), por exemplo, tem algo de vago – e vagamente suspeito – em si. ‘Utilizador de quê?’ questionamo-nos”¹³⁷.

O utilizador é, para Lefebvre, por um lado uma abstracção negativa, resultante da vivência do espaço como produto do capitalismo – espaço produzido pelos arquitectos – e, por outro lado, é aquele que utiliza o espaço arquitectónico, o espaço vivido e experienciado do dia-a-dia. Este segundo utilizador pertence e resulta do espaço social que resiste à fragmentação e aos domínios impostos pelos princípios fundamentalistas.

Apenas o uso, a intervenção activa do sujeito (na sua individualidade e colectividade) no espaço, é capaz de gerar aquilo que Lefebvre considera como “espaço diferencial”. Este espaço consiste no lugar da apropriação e da experimentação, o lugar que o sujeito produz, não o lugar que produz o sujeito. “O arquitecto deve conceber algo que possibilite uma variedade de funções primárias e deixar em aberto as funções secundárias”¹³⁸.

A ideia é que, através da ambiguidade espacial e programática, a estrutura se “transforme” numa infraestrutura, que seja uma espécie de ferramenta que evolui com o tempo. Arranjar novos usos para as torres, quando os que lá existem deixarem de fazer sentido, não será um problema, uma vez que os edifícios estão tão próximos daquilo a que se pode chamar *espaço puro*.

A arquitectura é feita para durar e, a longo prazo, o seu uso é imprevisível. Para responder a esta premissa e desafiar a rigidez funcional dos espaços que frequentamos nos dias de hoje, o projecto apresenta-se assente sobre princípios como flexibilidade, adaptabilidade, ambiguidade, polivalência e desierarquização relativamente à concepção espacial. Pretende-se criar espaços menos prescritivos, menos fechados e menos rígidos; mais abertos à interpretação, apropriação e caracterização pelos seus ocupantes, não só nas novas Torres desenhadas, mas também nas Torres de habitação que ainda permanecem no Aleixo.

¹³⁶ TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, 1962, p.14.

¹³⁷ LEVEBvre, Henri, *A Produção do Espaço*, 2006, p.362.

¹³⁸ ECO, Umberto, “Function and Sign” in *Rethinking Architecture: A Reader in Cultural Theory*, por Neil Leach, London/New York: Routledge, 1997, p.191.



Fig. 180. Axonometria das duas torres propostas para o Bairro do Aleixo. O desenho pretende mostrar, para além das volumetrias assentes no terreno, a estrutura dos edificios e a forma como ela desenha os alçados.

Os arquitectos Lacaton e Vassal defendiam que neste tipo de abordagem de aproximação à cidade e a como habitá-la, a atitude desenvolvida deveria reforçar o que já está construído e constituído, contribuindo assim para o equilíbrio das estruturas urbanas existentes.

Seguindo os objectivos desta prática arquitectónica que se pretende para o Bairro, sugere-se reabilitar os apartamentos com um desenho abrangente nas possibilidades de utilização e aberto nos modos de habitar. Projectar habitação colectiva para vidas diversas e imprevisíveis, resultantes de mudanças de paradigma a nível social, económico, laboral, entre outros. Trata-se de uma questão importante tendo em conta as constantes evoluções e alterações no tecido social das cidades contemporâneas, e que quer resistir ao risco de obsolescência face a estes desafios do presente e do futuro. “Habitar remete ao prazer e à liberdade de ocupar um espaço”¹³⁹.

Pode-se associar este método a uma “arquitectura incompleta”, que sugere sempre a possibilidade de concluir ou alterar, onde nada está fechado. Apesar disso, não se tratam de edifícios efémeros, mas sim de edifícios que geram espaços abertos à interpretação e à sugestão, que respondem às necessidades que se vão sentindo ao longo dos tempos, adaptando-se e transformando-se. Desta forma, fala-se de permanência, mais do que brevidade e efemeridade. Fala-se, então, da capacidade de mudar de uso: os tais conceitos de flexibilidade e adaptabilidade. Estes princípios não determinam nem limitam as ambições do projecto sobre certas qualidades essenciais: os espaços, as sensações, os usos e o conforto.

“A comunicação artística produz-se desde o momento em que nos é possível entender o objecto como o resultado de uma estrutura, como um estado sempre provisório, que vem de estudos anteriores e possibilitará novos níveis de desenvolvimento posterior”¹⁴⁰.

A ideia para as duas novas Torres nasce de um desenho claro e sucinto, uma espécie de “ossatura” estrutural que oferece e proporciona um extenso universo de situações e usos. São inúmeras as possibilidades de modelação do espaço que a “planta livre” possibilita, podendo resultar em edifícios completamente distintos com o passar do tempo, ainda que estruturalmente sejam os mesmos. Por poder mover a totalidade das paredes, os espaços podem ser usados de formas diferentes, acompanham e ajustam-se, de forma a acomodar usos futuros diferentes sempre que necessário – desde escritórios a casas, apoios à educação, ou outras funções emergentes –, principalmente nesta nova era que se traduz em sociedades em constante evolução e mudança. As torres pretendem-se, assim, em constante mudança.

139 LACATON, Anne, VASSAL, Jean-Philippe, *Actitud*, Barcelona, Gustavo Gili, 2017, p.102.

140 SOLÀ-MORALES, Ignasi, *De la autonomia a lo intempestivo*, p.

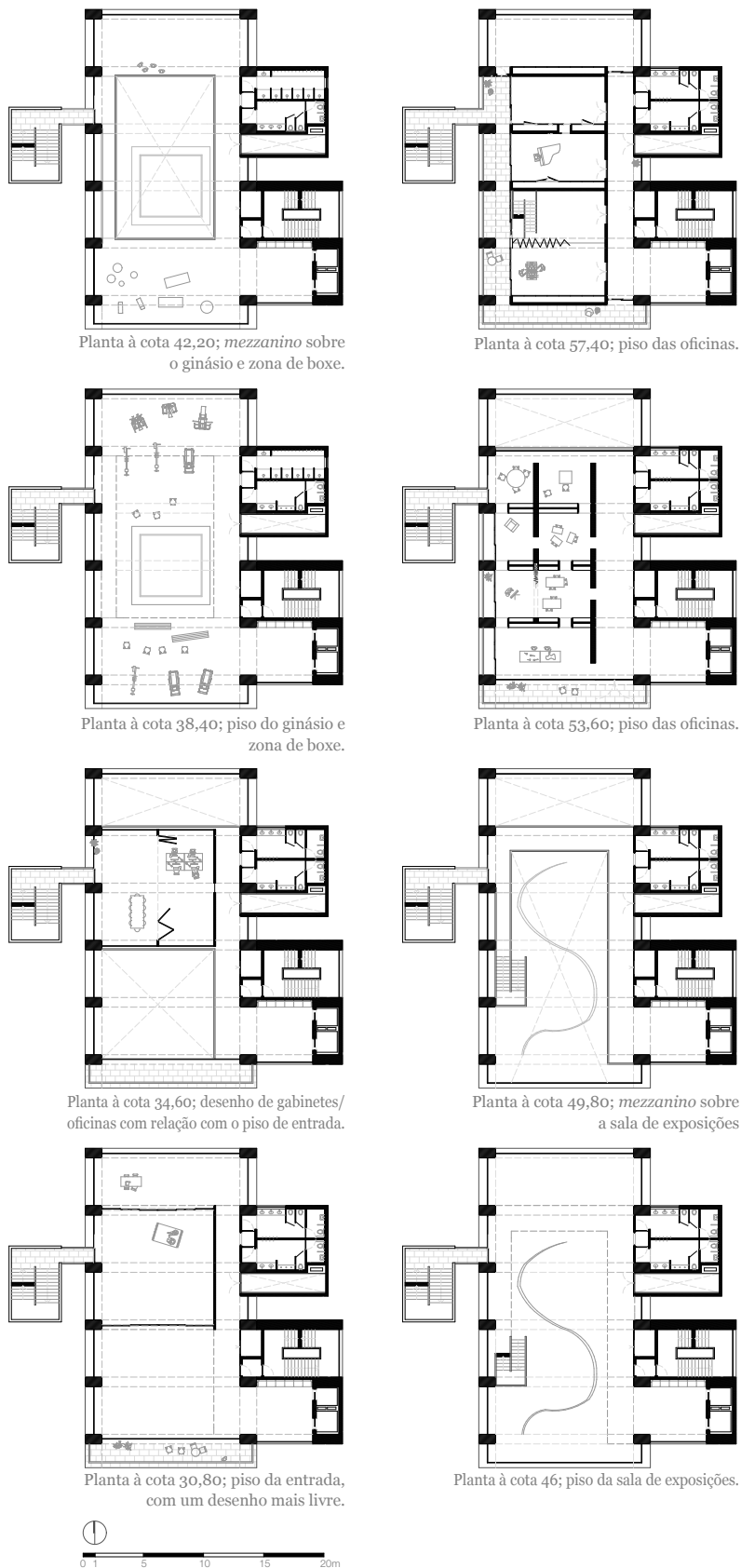


Fig. 181. Plantas da nova torre mais a Sul. A estrutura proposta foi pensada para libertar o mais possível os pisos, sugerindo a 'planta livre'. Esta configuração permite a flexibilidade espacial que se pretende neste projecto. Esta adaptabilidade dos espaços também oferece adaptabilidade dos programas que ali poderão implementar-se. (Nesta figura não está incluída a planta do último piso que, nos cortes apresentados nas páginas 134 e 142, sugerem espaços de lazer como piscina e restaurante do Bairro).

“Na nossa cultura contemporânea atendemos prioritariamente à mudança, à transformação e aos processos que o tempo estabelece, modificando-o através do modo de ser das coisas, já não podemos pensar em recintos firmes, estabelecidos por materiais duradouros, mas sim em formas fluídas, passíveis de mudar, capazes de incorporar, de fazer fisicamente corpo não com o estável, mas sim com o que se transforma, não procurando uma definição fixa e permanente de um espaço, mas sim dando forma física ao tempo, a uma experiência de durabilidade... Uma *arquitectura líquida* em vez de uma arquitectura sólida será aquela que substitui a firmeza pela fluidez e a primacia do espaço pela primacia do tempo.”¹⁴¹

As duas novas torres propostas ocupam o lugar das duas torres já demolidas, e é com esse “tom” – de contrariar as soluções já aplicadas e por aplicar – que tencionam ser um instrumento marcante para o futuro da cidade: para além da vantagem das vistas sobre aquela privilegiada zona do Porto, são também marcos na paisagem pelo simbolismo que carregam.

Com a preocupação de manter as vistas sobre o rio Douro nos momentos em que se percorre o terreno de Norte para Sul, as novas torres surgem assentes sobre pilares, levantadas do chão, garantindo assim a permeabilidade – visual e física. De facto, as vistas conferem outro ânimo e encanto aos percursos que se possam fazer ali, porém a libertação do solo também foi influenciada pela preocupação sobre o impacto que a construção de novas estruturas podia causar no Bairro, no seu ambiente e nas suas dinâmicas. Assim, manter o piso livre e disponível possibilita manter as relações visuais e reforçar os encontros sociais que ali se poderão realizar, considerando esse espaço público arranjado, com equipamentos e programas variados (no interior e exterior das torres).

O processo de criação destes novos edifícios para o terreno do Bairro do Aleixo levantou várias questões e conduziu a diversas hipóteses, e permitiu que cada nova torre se “desenhasse” a si mesma. As suas volumetrias diferem. A planta quadrangular da torre que nasce mais a Norte surgiu da intuição, de um esquiço sobre a planta original do Bairro. Os limites da então torre 4 são agora as quatro “paredes” que desenharam os contornos da nova torre.

A experimentação de vários programas na primeira torre agora desenhada influenciou de uma forma muito natural o desenho da outra nova torre. A implementação de programas que requerem espaços mais amplos – como um auditório ou sala para espectáculos – rapidamente conduziu à produção de plantas rectangulares, e assim as duas torres surgem com volumetrias exteriores e interiores distintas. As áreas mantêm-se, pois pareceu importante manter as proporções das torres entre elas e em relação às torres originais que existiam no Bairro.

141 SOLÀ-MORALES, Ignasi, *Territórios*, Barcelona: Gustavo Gili, p.127.

A estrutura, em ambos os edifícios, é semelhante e desenha os alçados, conferindo às torres uma linguagem estrutural, mais leve e permeável, onde a ossatura sobressai e o que separa o interior do exterior são paredes de vidro. E no caso de se pretender ou necessitar ter paredes exteriores opacas, estas posicionam-se estrategicamente mais recuadas permitindo que o edifício mantenha o desenho estrutural nas fachadas e transparência leveza, independentemente da sua estrutura de betão.

Conciliam-se vários tipos de linguagem nas fachadas – que, claro, influenciam consequentemente os espaços e ambientes interiores –, e as torres podem ser muito distintas uma da outra ou então manter uma aparência idêntica; e, numa outra hipótese, estas diferenças podem sentir-se numa só torre, com pisos mais abertos e outros mais encerrados, dependendo do programa que contém.

Desta forma, o tema da experimentação e da flexibilidade também se aplica no desenho dos alçados, e não apenas nas múltiplas concepções espaciais interiores. Ainda que a relação das fachadas e os interiores seja estreita, uma vez que a luz natural que entra pelos vãos exteriores e ilumina os interiores também “desenha” os espaços e confere momentos e ambientes únicos de acordo com as horas do dia e as estações do ano – aumentando e diversificando ainda mais o leque de espacialidades possíveis de alcançar. Assim, os desenhos quer dos alçados, quer das plantas estão intimamente ligados e devem ser explorados, tirando o máximo proveito que a flexibilidade projectual oferece.

“Tentamos conceber os espaços sem ter claro, à priori, o que irão acolher. Essa vontade de desconexão entre a estrutura e o programa é, no nosso entender, a condição necessária para um desbloqueio que é indispensável na reinvenção do quotidiano. (...) A cidade necessita hoje de instrumentos de projecto afinados e reactivos, pois as suas mutações são imprevisíveis e complexas”.¹⁴²

Os exemplos programáticos que se apresentam na primeira torre seguem uma vertente mais ligada à educação. Com a intenção de voltar a oferecer ao Bairro a escola – ou salas de apoio às crianças e jovens da comunidade nos seus horários extracurriculares – esta hipótese programática orientou os primeiros desenhos da torre. O campo desportivo interior surge junto às duas torres com a intenção de promover a implementação de um equipamento escolar numa das torres, reforçando a importância da formação aliada a outras actividades na vida dos mais jovens moradores do Bairro. Incentiva-se a que eles explorem diversas vertentes e aptidões fora das actividades escolares obrigatórias.

Uma biblioteca é outro programa sugerido, seguindo esta iniciativa de promover a educação através da criação de espaços que reúnam em si as condições necessárias para o efeito. Estes programas educacionais são fundamentais e não podem estar excluídos dos processos de requalificação do Bairro do Aleixo.

¹⁴² LACATON, Anne, VASSAL, Jean-Philippe, *Actitud*, Barcelona, Gustavo Gili, 2017, pp. 83 e 91.



0 5 10 15 20m

Fig. 182. Alçado Sul.

Na outra torre, mais a Sul e de planta mais alongada, os acessos verticais e áreas de apoio aos pisos ou às salas – casas de banho, balneários, arrumos e gabinetes administrativos – posicionam-se na periferia destes espaços amplos, enquanto volumes adjacentes e contíguos. Neste edifício, os programas sugeridos num dos exemplos esboçados são de carácter mais cultural, mas também mais livre. Direcionam-se a toda a cidade, apelando a que todos os habitantes do Porto usufruam daqueles espaços, quer como visitantes quer como produtores de actividades que se possam ali desenvolver. Bastante flexível e adaptável, a torre pode conter em si salas de ensaios, oficinas de trabalho, salas de exposição, salas polivalentes, uma sala de bailado, ou um restaurante com vistas panorâmicas. É a infraestrutura ideal para abrigar aquilo que faz falta ao Bairro ou à cidade.

Estes novos equipamentos pretendem atenuar muitas dessas carências, e gerar espaços abertos à interpretação e à sugestão, oferecer vida e imprevisibilidade a esta área desprezada do território urbano.

A flexibilidade da forma, com a planta livre, oferece aos utilizadores a oportunidade de transformarem os espaços naquilo que desejarem ou precisarem, “quantos mais imaginários, múltiplos e combinados, contenha um lugar, mais estimulante será viver nele e novas relações se irão desencadear”¹⁴³. A possibilidade de transformar estas novas torres - que nesta proposta surgem com programas mais dedicados à colectividade e ao desenvolvimento cultural - em torres de habitação foi uma hipótese que se considerou neste trabalho. A intenção seria não descartar à partida esta vertente, uma vez que, e como já foi referido anteriormente, a cidade do Porto carece de condições habitacionais dignas e de casas para muitas famílias. Os serviços e comércio propostos para a plataforma que conecta as três torres a Sul, assim como os campos para práticas desportivas e a possibilidade de ter um auditório ou sala de espectáculos, manter-se-iam no Bairro contribuindo para a sua dinamização interna e reintegração na cidade.

“A ideia de flexibilidade é uma alternativa que responde ao desejo da coexistência entre funções e culturas, o oposto à função única e ao zoneamento urbano (...)”¹⁴⁴.

Robert Venturi quando, ao explicar os conteúdos do livro *Complexidade e Contradição*, refere que “a maioria do pensamento aqui exposto era suposto ser entendido como sugestivo em vez de dogmático. (...) Deve um(a) artista levar as suas filosofias até à última das consequências?”¹⁴⁵. É exactamente essa a intenção neste projecto, sugerir e não impor soluções; trata-se de uma estratégia consciente da volubilidade e incerteza das dinâmicas de uma cidade.

143 LACATON, Anne, VASSAL, Jean-Philippe, *Actitud*, Barcelona, Gustavo Gili, 2017, p.95.

144 LACATON, Anne, VASSAL, Jean-Philippe, *Actitud*, Barcelona, Gustavo Gili, 2017, p.107.

145 VENTURI, Robert, *Complexity and Contradiction in Architecture*, New York: Museum of Modern Art, 2014, p.15.

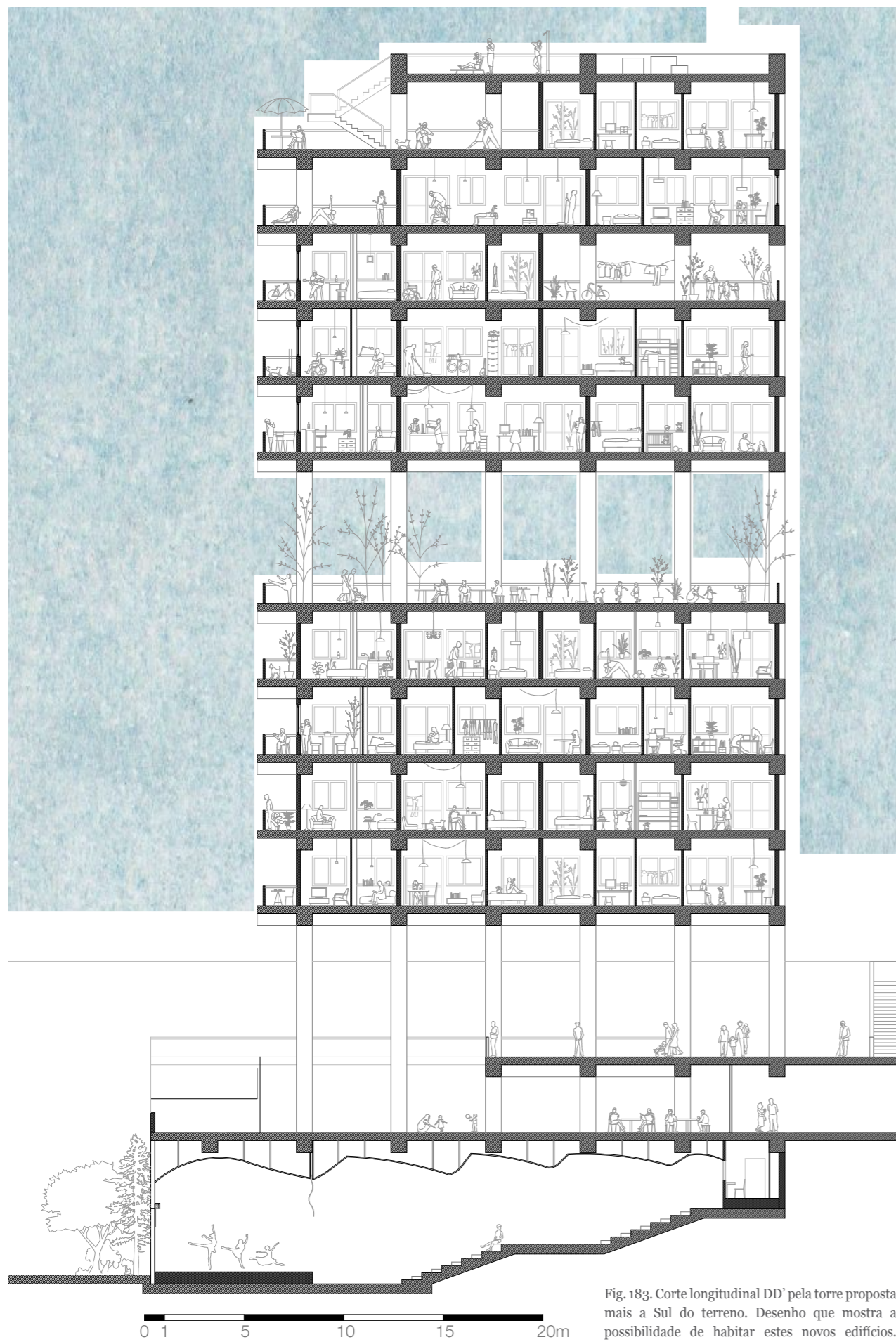


Fig. 183. Corte longitudinal DD' pela torre proposta mais a Sul do terreno. Desenho que mostra a possibilidade de habitar estes novos edifícios.

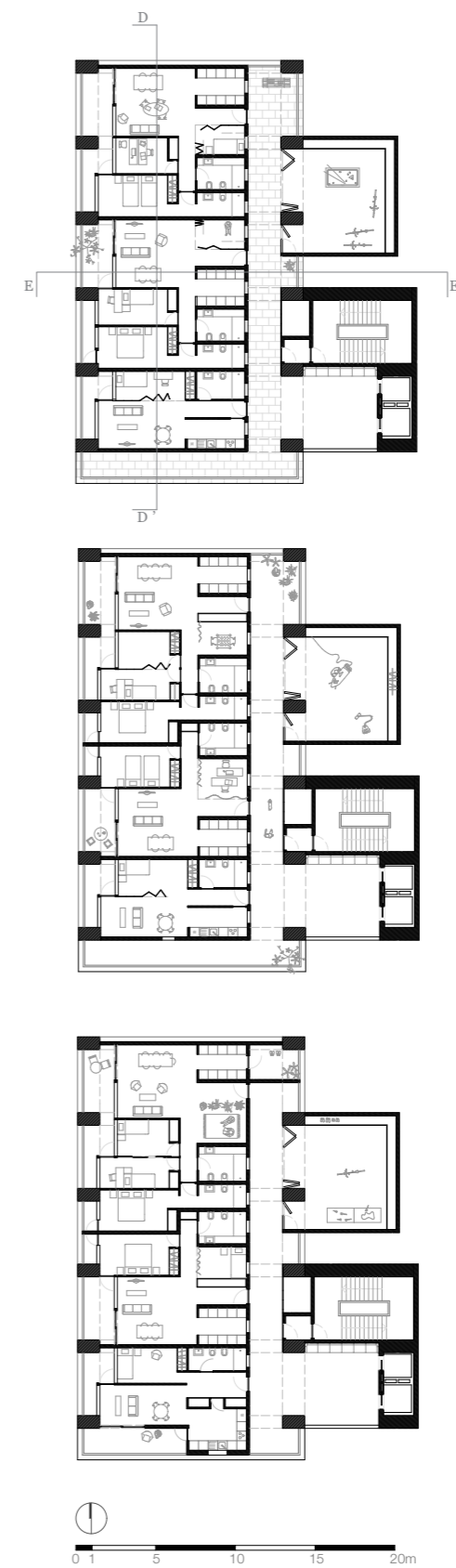


Fig. 184. Plantas que mostram a possibilidade das novas torres acolherem um programa habitacional. Este programa poderá surgir nos dois edifícios, ou apenas num. Na própria torre, a variedade programática também pode acontecer, com a alternância de vários pisos tipo, sugerindo a Unidade de Marselha, obra de Le Corbusier, que contemplava num único edifício apartamentos em conjunto com serviços e comércio, assim como um jardim de infância, piscina, ginásio, entre outros, na sua cobertura plana.



Fig. 185. Corte transversal EE' pela nova torre mais a Sul, com a representação da hipótese em que o edifício contém habitações. Corte virado para as vistas tão cobiçadas que o Bairro contempla, o rio Douro e Gaia.

As chaves para o espaço e o uso beneficiarem a economia de um lugar consistem em vários factores, e, neste caso, albergar num mesmo bairro (e até num mesmo edifício) habitação, serviços, comércio, otimizar o solo, limitar o uso viário ao mínimo necessário, são estratégias também defendidas pelos arquitectos Lacaton e Vassal – grande parte dos seus trabalhos exploram estas vertentes de transformação e adição, contrariando a rejeição e destruição do existente. “A sobreposição de duas situações, temporalidades ou usos permite a sua transformação num terceiro lugar. Um estado milagroso. (...) Transformar a cidade significa entende-la como uma aglomeração de actividades e de espaços habitados”¹⁴⁶.

Desta forma, pretende-se que as Torres contribuam para o sistema financeiro do Bairro (indissociável da Associação de moradores), com a possibilidade de alugar salas separadamente ou pisos inteiros para eventos, workshops, ensaios de artistas, torneios desportivos, concertos, entre muitos outros. Criar empregos é outra vantagem que esta estratégia oferece, favorecendo o ciclo económico do Bairro, priorizando sempre os seus moradores, no entanto nunca excluindo a possibilidade de empregar pessoas de outras zonas do Porto. Este plano tem a intenção de transformar o Aleixo num espaço social de integração, de respeito, onde todos colaboram em conjunto, com objectivos comuns, fortalecendo a relação entre o homem e a sua casa, e entre o homem e a sua cidade.

Com esta proposta defende-se a permanência do Bairro do Aleixo através de políticas de efectiva requalificação e reabilitação tanto do edificado existente como da sua área adjacente, e criação de novos programas que promovam uma gestão sustentável do território e confirmam conforto e segurança para toda a comunidade.

Concluiu-se, nesta dissertação, que apenas quando o utilizador adquire protagonismo, em que este passa a construir significado em conjunto com o arquitecto, é que surge uma arquitectura cuidada e à escala humana, que é pensada para aqueles que a utilizam e que é capaz, no final, de comunicar a subjectividade dessas mesmas vivências. Este é um tipo de arquitectura que nunca se encerra no momento em que é construída, e que existe, desde o primeiro dia, como uma apropriação criativa.

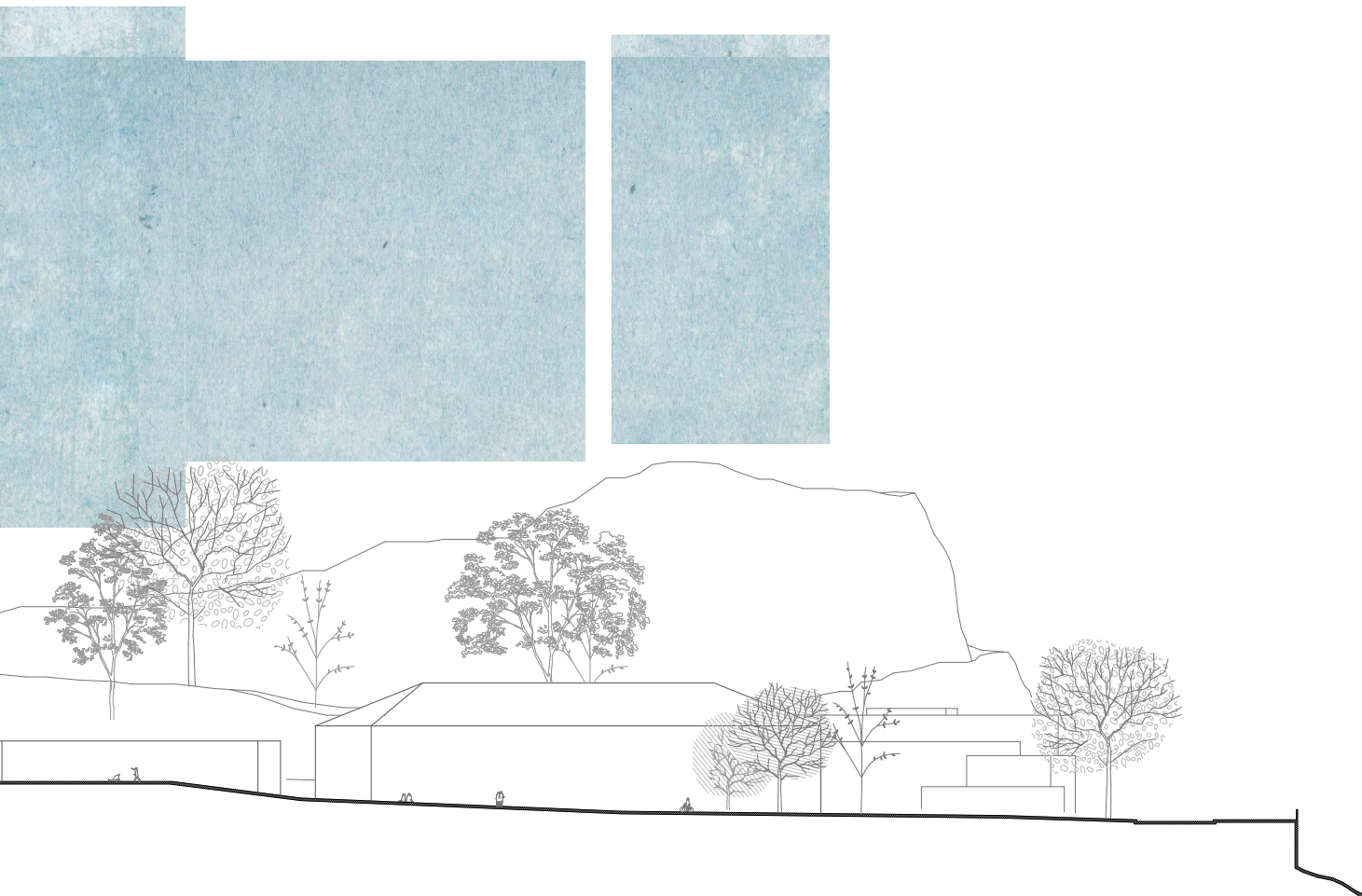
A arquitectura que aqui se defende é o lugar dos momentos espontâneos de adaptação e de criação. É o lugar onde o homem se move, se fixa, se protege, se revolta, se conforta. É o lugar onde o homem cria e projecta a sua identidade, a sua história e as suas memórias.

146 LACATON, Anne, VASSAL, Jean-Philippe, *Actitud*, Barcelona, Gustavo Gili, 2017, pp. 95 e 99.



0 10 20 50m

Fig. 186. Alçado Poente. Corte pela rua Arnaldo Leite que, com esta proposta, se prolonga para Sul evidenciando a permeabilidade que se procurou desenvolver neste terreno. A ligação do Campo Alegre com a Marginal do rio Douro torna-se, assim, mais fácil e directa. O desenho mostra o alçado das duas novas torres e revela várias atracções durante os percursos e passeios feitos no Bairro, como os campos desportivos e a horta comunitária (actualmente em ruína). A proposta também se preocupou em manter os espaços colectivos exteriores o mais intocáveis possível, de forma a realçar este ponto verde na cidade do Porto, assim como as memórias daquele lugar.



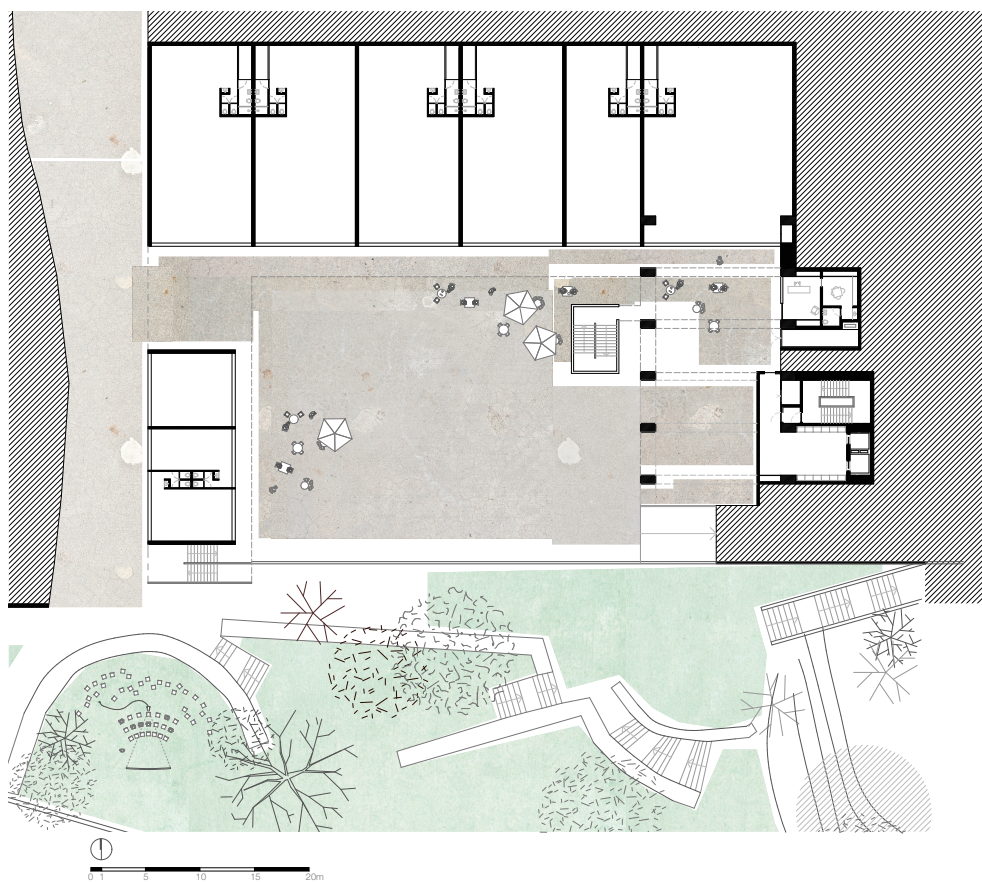
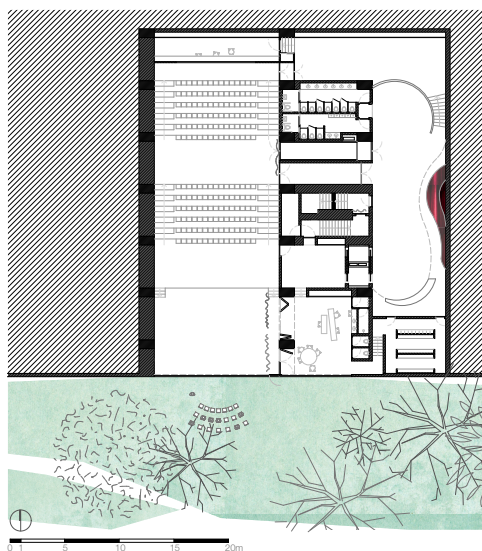


Fig. 187. Planta do comércio/serviços propostos para a plataforma que une vários percursos que se podem realizar no Bairro do Aleixo. Procurou-se desenhar uma praça que pode ter esplanadas e zonas de estar, sendo um dos pontos de encontros sociais possível de usufruir no Bairro, ao mesmo tempo que ajuda a resolver a descida acentuada que o terreno apresenta.

Fig. 188. Planta do auditório. Situado numa cota abaixo da praça do comércio, este espaço é apenas sugestivo, uma vez que surge em vários desenhos (cortes acima apresentados) com diferentes programas. Neste caso, a sua adaptação e flexibilidade são mais limitadas, tendo em conta que a maioria do espaço está enterrado. Por isso, uma sala para espetáculos ou uma discoteca pareceram programas apropriados. Ainda que esteja enterrado, uma grande janela surge atrás do palco, possibilitando a ligação com o exterior ajardinado e oferecendo, assim, a possibilidade de transferir espetáculos para o jardim, ou de tornar o palco no centro, com espectadores dentro e fora do auditório.



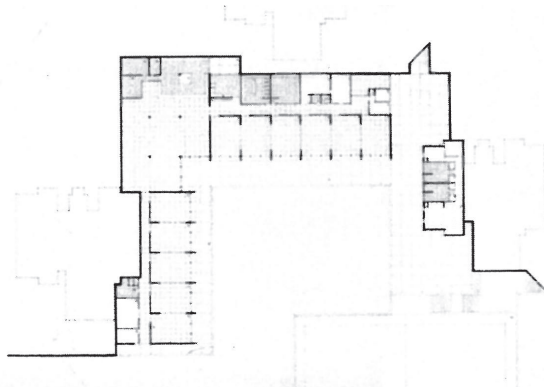


Fig. 189. Desenho do arquitecto Manuel Teles (já apresentado anteriormente na página 94) no qual está representada a implantação original dos equipamentos comunitários do Bairro, uma proposta inicial que acabou por nunca ser construída. O desenho da proposta aqui desenvolvida apoiou-se nesta planta do arquitecto, de forma a aproveitar as boas ideias e estratégias positivas que foram pensadas e planeadas para o Aleixo. O objectivo deste trabalho também procurou extrair os aspectos positivos de um Bairro degradado, ao invés de rejeitar toda a sua herança apenas porque o seu nome se encontra “contaminado”.



Fig. 190. Fotografia do auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. O pano de fundo do palco é uma parte do grande jardim que a Gulbenkian oferece a quem por ali passa.



Fig. 191. O espaço que antecede a entrada para o auditório (neste caso) - bilheteira, informações, bengaleiro e instalações sanitárias - foi inspirado na Sala Beckett, de Flores e Prats, em Barcelona. Imaginou-se um grande sofá vermelho, curvilíneo, com luzes vermelhas, para marcar esta zona de espera e de estar.



Fig. 192. Corte longitudinal pelo projecto da Sala Beckett dos arquitectos Flores e Prats, Barcelona, 2014.



Fig. 193. *Unité d'habitation*, Marselha, França. Obra de Le Corbusier, 1952. Fotografia do terraço do edifício que, segundo um dos cinco princípios modernos desenvolvidos pelo arquitecto na década de 1920, apresenta uma cobertura plana, portanto praticável. A cobertura torna-se, assim, num terraço jardim com uma pista de corrida, um jardim de infância, um ginásio e uma piscina rasa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na *habitação humana* da cidade que se encontra a maior urgência em reinventar os meios e os processos de intervenção da arquitectura. Foi neste sentido que se pretenderam procurar e explorar renovadas formas de disponibilidade dos espaços construídos para a realização de uma comunidade satisfeita e uma cidade sustentável.

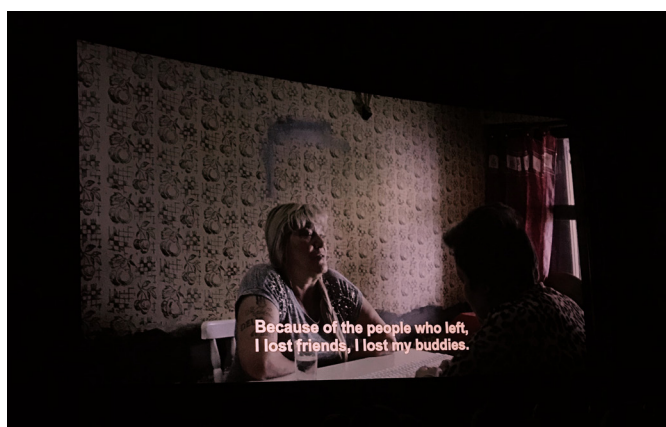
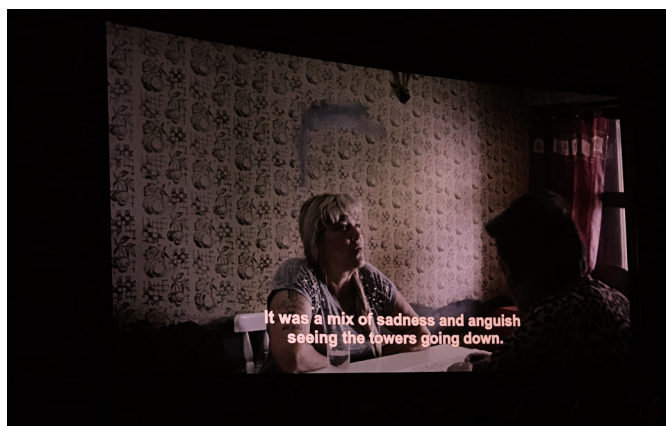
“Tal como é, tal o homem organiza o seu espaço; a um indivíduo e a uma sociedade em equilíbrio corresponde um espaço harmónico; a um indivíduo e a uma sociedade em desequilíbrio corresponde a desarmonia do espaço organizado. A forma criada pelo homem é prolongamento dele – com as suas qualidades e com os seus defeitos.”¹⁴⁷

Revisitando o Bairro do Aleixo, deparamo-nos com um sistema de espaços privados e colectivos fragilizado. Através da análise dos contextos sócio-políticos da cidade do Porto, incidente na evolução das questões habitacionais e das estruturas colectivas que servem a população, e na forma como ela se foi adaptando e apropriando à cidade, é possível notar perigosos processos de exclusão, privatização e *guettização* dentro da cidade, resultado da progressiva *gentrificação* (e *turistificação*).

No seguimento desta análise, o estudo focou-se no Bairro do Aleixo, conhecido pelo narcotráfico e *guettização* a que foi sendo sujeito; actualmente (até há data de entrega da presente dissertação) encontra-se em processo de desmantelamento e, portanto, já desabitado. O processo de abandono a que o Bairro assistiu, primeiro por parte da Câmara, depois pelas próprias pessoas que o habitavam, é resultado da construção activa de uma imagem negativa do Bairro por parte do município, imagem esta que acaba por sustentar, na opinião pública, os argumentos de apoio à demolição.

Considerou-se, por isso, fundamental encontrar uma resposta que contrariasse os processos (violentos) de destruição de um Bairro e respectivas relações e quotidianos que ali nasceram e se estabeleceram; e que conjugasse as necessidades desses moradores (cada vez mais colocados à margem da sua própria cidade) às carências colectivas dos portuenses, conciliando o processo de reutilização dos edifícios (ainda) existentes e dos espaços degradados do Bairro à reactivação de algumas práticas colectivas em falta nesta zona da cidade.

147 TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, 1982, p.85.



Figs. 194-196. Frames da curta-metragem 'Russa' de João Salaviza e Ricardo Alves Jr., que tem como protagonista uma das moradoras do Bairro do Aleixo. A curta mostra a reação de uma presidiária que vai visitar a família ao Bairro por um dia e se depara com as torres demolidas e várias casas entaipadas.

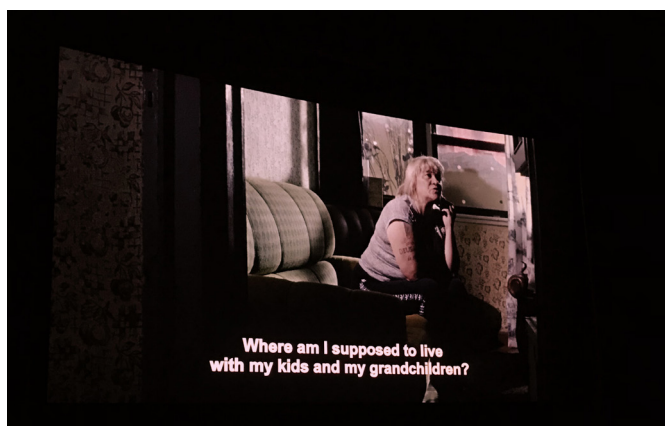
O carácter do lugar, que foi sendo construído ao longo de um extenso período de tempo, composto por várias camadas, apelou para a premência de uma proposta heterogénea e transversal a todas as classes sociais e faixas etárias. Apesar de existir uma ideia de acção – a regeneração daquela comunidade e reintegração do Bairro do Aleixo na cidade –, refutou-se desde o início a possibilidade de encontrar/desenvolver uma solução imposta e rígida, optando-se antes por sugerir um conjunto de usos e valências que poderiam ser combinados e adaptados às necessidades e aspirações que fossem surgindo em processo participativo. A proposta resulta, em contrapartida, de uma reflexão aprofundada do lugar, das suas gentes e das suas condicionantes, e da sua relação com a envolvente; de outra forma o projecto desenvolvido seria desconectado da realidade urbana com a qual se deve trabalhar.

Os traços distintos que caracterizam os diversos lugares da cidade e que contribuem para o seu sentimento identitário acabam por exigir diferentes tipos de abordagens no que respeita a reabilitações e tratamento de espaços privados e/ou públicos, contudo com objectivos comuns: tornar espaços isolados, marginalizados, degradados, em lugares com valor colectivo, apropriáveis e habitáveis, úteis e funcionais.

Antes de se avançar para a componente projectual e de forma a fazer uma aproximação ao objecto de estudo, procurou-se estudar a sua história, explorando a forma como a materialização e apropriação dos espaços privados e colectivos e o desenrolar da vida em comunidade foram evoluindo ao longo dos anos e influenciaram à transformação do Bairro num *ghetto* problemático e isolado da envolvente. Com base no passado, repensou-se o papel que o Bairro poderia vir a ter na sua cidade. Procurou-se, assim, compreender a herança que o Aleixo nos deixa e, a partir daí, desenvolver uma proposta que recupere as ideias que se consideram positivas da sua memória.

Esta atitude foi importante para perceber que a torre não constitui, por si, uma tipologia incombátil, quer com esta localização, quer com estratos sociais com menos capacidade económica. No entanto, defende-se que a torre, enquanto elemento que procura a heterogeneidade de públicos e usos, poderia contribuir para uma maior integração da zona do Bairro em toda a sua envolvente: atrair em vez de expulsar; diversificar em vez de homogeneizar. Desta forma, a proposta surge como um manifesto contra todas as abordagens negativas e descuidadas no momento de lidar com a herança do Bairro do Aleixo.

Num contexto actual, onde a privatização do espaço comum estabelece uma relação indissociável com o empobrecimento do espaço público, cabe ao arquitecto desenvolver estratégias que estimulem o contacto entre diferentes classes e estilos de vida e que partilhem ideias para um futuro comum. Sendo o espaço público o lugar de encontros e de trocas sociais, os processos participativos mostram que quando os habitantes participam no desenho de um futuro lugar que por eles será usufruído, a distância entre usuário e arquitectura é encurtada.



Figs. 197-199. Frames da curta-metragem 'Russa' de João Salaviza e Ricardo Alves Jr., que tem como protagonista uma das moradoras do Bairro do Aleixo. A curta mostra a reação de uma presidiária que vai visitar a família ao Bairro por um dia e se depara com a primeira torre demolida e várias casas entaipadas. Festival de Cinema Berlimale 2018, Berlim.

Com este projecto, e reflectindo sobre o papel do arquitecto em práticas de carácter social, sobressai a convicção de que um sistema mais participativo e democrático na cidade, poderá favorecer a vida dos residentes – em particular –, e da sociedade – em geral. Afinal de contas, “a arquitectura é uma arte com finalidade. (...) e essa finalidade é exactamente a necessidade social de a arquitectura representar alguma coisa no campo da sociedade.”¹⁴⁸

Sugere-se a reabilitação das três torres de habitação que ainda resistem, propondo novos modos de usar os espaços privados, que se adaptam às necessidades dos seus habitantes. O caso do Aleixo demonstra o modo em como um desenho impositivo poderá condicionar o processo dinâmico do *habitar*. A introdução do tema da flexibilidade habitacional poderá apresentar soluções para os problemas da sobreocupação – que atingia muitas famílias que viviam nas torres –, mas também responder às questões cada vez mais actuais de intemporalidade na arquitectura, procurando criar espaços que possam evoluir, mudar, transformar-se, adaptar-se e ser adaptados por diversos utilizadores ao longo do tempo.

Neste sentido, pretende-se uma resposta que, para além de melhorar as condições de habitabilidade dos moradores do Bairro, pudesse melhorar também as então parcas relações que estes estabelecem com o resto da cidade. Só assim será possível contrariar as dinâmicas a que o Aleixo esteve sujeito ao longo de todos os seus anos de vida, sendo o isolamento uma das maiores agravantes. Defende-se uma proposta mais abrangente e ambiciosa: a criação de equipamentos que contêm em si programas diversos, desde serviços e pequeno comércio a eventos culturais, e muitos outros espaços que possam ser usufruídos pelos habitantes do bairro e da cidade consoante as suas vontades e necessidades. Para este trabalho também foi bastante importante – e mantendo a lógica sugerida para as torres habitacionais –, desenhar espaços que sejam passíveis de transformações e adaptações, que respondam à sociedade contemporânea e evoluam com ela.

“A arquitectura é certamente uma arte espacial, é o que se diz, mas a arquitectura é também uma arte temporal”¹⁴⁹.

Foram assim propostas duas novas torres na paisagem. Simbólicas, carregam em si memórias de um passado e pretendem escrever o futuro. Procuram ajudar no processo de reabilitação e regeneração urbana do tão “mal falado” Bairro do Aleixo, de forma a reintegrá-lo na cidade, numa busca de interesses e relações comuns de que todos pudessem usufruir. A proposta surge, então, como uma interpretação das condições do lugar, para além de uma resposta ao programa. “O homem sabe, igualmente, que ao criar formas cria circunstância”¹⁵⁰.

148 ARTIGAS, Vilanova, *A Função Social do Arquitecto*, São Paulo, Gosacnaify, 2004, pág. 187.

149 ZUMTHOR, Peter, *Atmosferas*, 2006, p.43.

150 TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, 1982, p. 36.



Fig. 200. Frames da curta-metragem *'Russa'* de João Salaviza e Ricardo Alves Jr. Momento em que a moradora que revisita o Bairro do Aleixo e a sua família vê o vídeo que mostra a queda da torre. Festival de Cinema Berlimale 2018, Berlim.

Estes temas da flexibilidade, adaptação e intemporalidade na arquitectura representam a idealização de espaços de organização livre – podendo ser percebido como o produto de um *projecto permanentemente por terminar*. A ideia de um edifício com potencial de transformação demonstra que este irá mudar com o tempo – e que por sua vez, apresenta disponibilidade para se adaptar a futuras necessidades.

O tempo e a circunstância interligados. “Sempre o mesmo, sempre diferente”¹⁵¹.

A proposta nasceu também de uma preocupação inicial: outras soluções mais circunscritas poderiam, com o tempo, provar-se inadequadas ou obsoletas. Esta foi, por isso, desenvolvida enquanto um conjunto de estruturas flexíveis que, apesar de questionarem os limites entre os domínios público e privado, potenciam a sua configuração e apropriação.

Afinal de contas, a cidade, enquanto organismo vivo, pode (e deve) ser reescrita e transformada de acordo com as necessidades da sociedade que a habita. Acolheu-se, por isso, esse carácter temporário ou metamorfofísico da estratégia como parte do processo de desenvolvimento do projecto.

O projecto é apresentado como possível configuração, pretendendo evidenciar as potencialidades dos espaços do Bairro e do que se pode fazer de maneira a reciclar equipamentos, à partida impossíveis de reutilizar, com vista a reincorporá-los na cidade. Partindo de um sentimento de urgência em validar estas “permanências”, o trabalho acaba por resultar num conjunto de ideias e intervenções que procuram evidenciar o *belo no mal amado*.

Adicionalmente, a abordagem/estratégia à qual se recorre pretende provocar de um impacto radiante, despoletando repercussões ou efeitos positivos no contexto urbano, reactivando áreas vizinhas ao Bairro.

Távora defendia que “a compreensão total de uma forma será tanto mais perfeita quanto mais se transforme em vivência”¹⁵². Espera-se que assim seja, dando resposta tanto às necessidades produtivas e construtivas como deixando em aberto as possibilidades de uso e a continuidade da transformação do lugar.

151 VIEIRA, Álvaro Siza, *01 Textos*, 2009, p.139.

152 TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, 1982, p.22.



Fig. 201. Fotografia no interior do torre 3 do Bairro do Aleixo, a partir de uma galeria para o saguão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PUBLICAÇÕES

- ARTIGAS, Vilanova, *A Função Social do Arquitecto*, São Paulo, Gosacnaify, 2004.
- AZEVEDO, Maria José, *Estudo sócio-económico da habitação social*, Câmara Municipal do Porto, Pelouro de Habitação e Acção Social, 2001.
- BANDEIRA, Pedro, “Aleixo ao Desleixo”, in *Jornal O Público*, 6 de Junho de 2009.
- BANDEIRINHA, José António, *O Processos SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- CAMPOS, A, “Aleixo: O bairro de desencanto”, in *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 5 de Janeiro de 1982.
- COSTA, Alexandre Alves, “Notas soltas sobre arquitectura, história, nostalgia, construção: Arquitectura como arte de transformar”, in *Revista Arquitectura Ibérica nº18 - Requalificação Urbana*, Caleidoscópio, Dezembro de 2009.
- COSTA, Alexandre Alves, “Tipologia e luta de classes – A propósito da demolição das Torres do Aleixo no Porto” in *Jornal dos Arquitectos nº 237*, 2010.
- CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70.
- DIAS, Manuel Graça, *Manual das Cidades*, Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.
- DRUOT, Frédéric, LACATON, Anne, VASSAL, Jean-Philippe, *Plus, Les grands ensembles de logements. Territoires d'exception*, Ministère de la Culture et de la Communication, Direction de l'Architecture et du Patrimoine, 2004.
- ECO, Umberto, “Function and Sign” in *Rethinking Architecture: A Reader in Cultural Theory*, por Neil Leach. London/New York: Routledge, 1997.
- FLORES, Ricardo, PRATS, Eva, *AD – Architectural Digest*, nº133, Espanha, Março de 2018.
- GEHL, Jan, *Cidades para Pessoas*; (tradução Anita Di Marco), 2ª Edição, São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GONÇALVES, António Custódio, “Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais”, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Série, Vol. IV*, Porto, 1988.
- GRACIA, Francisco de, *Construir en lo construido: La arquitectura como modificación*, Madrid: Nerea, 2001.
- GUERRA, Paula, “Contextos de vivências no bairro do Cerco do Porto: Cenários de pertencas, de afectividades e de simbologias”, in *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*.
- HAAL, Edward T., *A dimensão oculta*, Lisboa: Relógio d'Água, 1986.

HILL, Jonathan, *Actions in Architecture: Architects and Creative Users*, London/New York: Routledge, 2003.

JACOBS, Jane, *The death and life of great American cities*, New York: The Modern Library, 1993 (ed. Original: 1960).

KOOLHAS, Rem, *Acerca de la ciudad*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014.

LACATON, Anne, VASSAL, Jean-Philippe, *Actitud*, Barcelona, Gustavo Gili, 2017.

LE CORBUSIER, *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*, São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LEFEBVRE, Henri, *A Produção do Espaço*, (trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, do original: *La Production de l'Espace*, 4ª éd., Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

LEFEBVRE, Henri, *O direito à cidade*, (trad. Rubens Eduardo Frias), São Paulo: Centauro, 2001.

LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*, (trad. Maria Cristina Tavares Afonso), Lisboa: Edições 70, 1999.

MOREIRA, Paulo, PESTANA, Mariana, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos* nº249, Jan – Abr 2014.

PEREIRA, Virgílio Borges, “Uma imensa espera de concretizações. Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto”, in *Sociologia* nº13, Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da UPorto, 2003.

PORTAS, Nuno, *A cidade como arquitectura* (pref. Fernando Távora), Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

PORTAS, Nuno, *Os Tempos das Formas, vol. I: A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005.

PORTAS, Nuno, “O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nºs 18/19/20, Fevereiro de 1986.

PORTO, Câmara Municipal, *Casas atribuídas a moradores do Barredo – Torres A, B, C*, Porto: Arquivo do Infante, 1973.

PORTO, Câmara Municipal, *Plano de Melhoramentos: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal, 1966.

QUEIRÓS, João, *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*, Porto: Edições Afrontamento, 2015.

QUEIRÓS, João, “A experiência reiterada da rejeição socioespacial perspectivada a partir de um bairro do Porto”, in *Tempos Difíceis. As pessoas falam sobre a sua vida e o seu trabalho*.

QUEIRÓS, João, “Building up the rationale for urban regeneration, demolishing social housing in inner city Porto, Portugal”, in *Proceedings of the European Network for Housing Research Conference 2015, Lisbon, European Network for Housing Research*.

QUEIRÓS, João (2012), *Le Monde Diplomatique*, ed. Portuguesa, Fevereiro de 2018.

QUEIRÓS, João, *O lugar da cultura nas políticas de reabilitação de centros urbanos: apontamentos a partir do caso do Porto*.

ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa: Cosmos, 2001.

SOLÀ-MORALES, Ignasi, *Los artículos de any*, Barcelona: Fund. Caja de Arquitectos, 2009.

SOLÀ-MORALES, Ignasi, “Território Construído – La Ciudad desde la Arquitectura”, in *Arquitectura Viva 35*, Março-Abril de 1994.

TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, Porto: Faup Publicações, 1996.

TELES, Manuel, *Grupo de Moradias Populares do Aleixo – Memória Descritiva*, Porto: Arquivo do Infante, 1969.

VASSAL, Jean-Philippe, “Le choix de la démolition est l’ultime violence faite aux grands ensembles”, in *Journal l’Humanité*, Julho 2004.

VIEIRA, Álvaro Siza, *Imaginar a Evidência*, Lisboa: Edições 70, 2000.

VIEIRA, Álvaro Siza, *01 Textos*, (ed.: Carlos Morais), Porto: Civilização Editora, 2009.

ZUMTHOR, Peter, *Atmosferas*, Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

ZUMTHOR, Peter, *Pensar a Arquitectura*, Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

WEBSITES

“Centro Histórico do Porto numa encruzilhada: fachadismo ou recuperação?” in *Jornal O Público*, publicado a 19 de Junho de 2019, disponível em <https://www.publico.pt/2018/06/19/local/opiniaio/centro-historico-do-porto-numa-encruzilhada-fachadismo-ou-recuperacao-1834732>.

COSTA, Rita Neves, BASTOS, Raquel, Bairro do Aleixo: Entre o “querer ficar” e o “querer sair”, in *JPN (Jornalismo Porto Net)*, publicado a 29 de Junho de 2015, disponível em <https://jpn.up.pt/2015/06/29/bairro-do-aleixo-querer-ficar-querer-sair/>.

LIMA, Ana, “Aleixo: o início do fim”, in *Revista Punkto*, disponível em <https://www.revistapunkto.com/2011/12/aleixo-o-inicio-do-fim-ana-lima.html>.

MOREIRA, Luísa, “Fábrica da Rua da Alegria: deve o Porto perder este património?” in *Jornal O Público*, 6 de Fevereiro de 2018, disponível em <https://www.esquerda.net/opiniaio/fabrica-da-rua-da-alegria-deve-o-porto-perder-este-patrimonio/53146>.

PEREIRA, Virgílio, “Bairro do Aleixo: A história como fator que não pode ser ignorado”, disponível em jpn.up.pt.

Portal da CMP, “Os Planos do Porto”, disponível em http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-regulador-da-cidade-do-porto-1947-1952.

Portal da CMP, “Reabilitação urbana no Porto”, disponível em <http://www.porto.pt/noticias/reabilitacao-urbana-no-porto-disparou-em-tres-anos>.

ROCHA, Sara de Melo, “Há uma espécie de trauma colectivo no bairro do Aleixo”, in *TSF Rádio Notícias*, 15 de Fevereiro de 2018, disponível em <https://www.tsf.pt/cultura/interior/ha-uma-especie-de-trauma-coletivo-no-bairro-do-aleixo-9119288.html>.

SAMPAIO, Gustavo, “O processo de gentrificação em curso nas cidades (e periferias) de Lisboa e Porto”, in *Jornal Económico*, publicado a 2 de Fevereiro de 2018, disponível em <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-processo-de-gentrificacao-em-cursos-nas-cidades-e-periferias-de-lisboa-e-porto-264850>.

<http://www.domussocial.pt/noticias-domus/bairro-do-aleixo-ja-tem-luz-verde>.

<http://www.pruitt-igoe.com/>.

REFERÊNCIAS DAS FIGURAS

Figs. 1 a 3 – arquivo pessoal da autora.

Fig. 4 e 5 – arquivo da Câmara Municipal do Porto.

Fig. 6 – fotografia disponível em <http://samuel-cantigueiro.blogspot.com/2011/12/bairro-do-aleixo-perfeicao-tecnica.html>.

Fig. 7 – portal da Câmara Municipal do Porto, disponível em http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-regulador-da-cidade-do-porto-1947-1952.

Figs. 8 a 11 - arquivo pessoal da autora.

Fig. 12 – MATOS, Fátma Loureiro de, “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956”, in *Análise Social*, vol. XXIX, 1994, p. 691.

Fig. 13 – fotografia de Alexandre Alves Costa, Porto, sem data, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/FotosAAlvesCosta/4305.jpg>

Figs. 14 e 15 – fotografias disponíveis em http://www.domussocial.pt/assets/misc/img/Not%C3%ADcias_Domus/ilhas_lan%C3%A7amento_livro/Livro%20Parte%201.pdf.

Fig. 16 – PIMENTA, Manuel, *As ilhas do Porto: estudo socioeconómico*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2001, p. 397.

Fig. 17 – portal da Câmara Municipal do Porto, disponível em http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-de-melhoramentos-para-a-cidade-do-porto-1956-1966.

Fig. 18 – fotografia disponível em <http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/02/os-bairros-sociais-no-porto-iv-parte-2.html>, 2012.

Fig. 19 – PORTO, Câmara Municipal, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal, 1966.

Fig. 20 – PORTO, Câmara Municipal, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto: 1956-1966*, Porto: Câmara Municipal, 1966, p. 39.

Fig. 21 – portal da Câmara Municipal do Porto, disponível em http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-diretor-da-cidade-do-porto-1962.

Fig. 22 – fotografia disponível em http://www.domussocial.pt/assets/misc/img/Not%C3%ADcias_Domus/ilhas_lan%C3%A7amento_livro/Livro%20Parte%201.pdf.

Figs. 23 a 25 – PORTO, Câmara Municipal, *Plano Director da Cidade do Porto - Volume II*, Porto: Câmara Municipal. Gabinete de Urbanização, 1962.

Fig. 26 – PORTO, Câmara Municipal, *Plano Director da Cidade do Porto - Volume I*, Porto: Câmara Municipal. Gabinete de Urbanização, 1962.

Fig. 27 – fotografia de Alexandre Alves Costa, Porto, sem data, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/FotosAAlvesCosta/4150.jpg>.

Fig. 28 - fotografia de Alexandre Alves Costa, Porto, 1974, “Condição de habitação”, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/FotosAAlvesCosta/4269.jpg>.

Fig. 29 – PORTO, Câmara Municipal, “Barredo, Valores Culturais e Turísticos”, in *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*, desenho 11.

Fig. 30 – PORTO, Câmara Municipal, “Barredo, O Barredo Renovado”, in *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*, desenho 15.

Fig. 31 – PORTO, Câmara Municipal, “Quarteirão QI, Alçado”, in *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*, Quarteirão QI, Alçado.

Fig. 32 - PORTO, Câmara Municipal, *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*, fotografia 4.

Fig. 33 – fotografia de Alexandre Alves Costa, Porto, sem data, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/FotosAAlvesCosta/4062.jpg>.

Fig. 34 – fotografia de Alexandre Alves Costa, Porto, 1975, disponível em https://www.domusweb.it/en/news/2015/05/12/the_saal_process_housing_in_portugal_1974_76.html.

Fig. 35 - fotografia de Alexandre Alves Costa, Porto, 17 de Maio de 1975, “Manifestação de moradores”, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/FotosAAlvesCosta/4117.jpg>.

Figs. 36 e 37 - fotografias de Alexandre Alves Costa, Porto, sem data, disponíveis em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=24&album=FotosAAlvesCosta>.

Figs. 38 e 39 - arquivo pessoal da autora.

Fig. 40 – portal da Câmara Municipal do Porto, disponível em <http://www.domussocial.pt/habitacoes/bairro-do-cerco-do-porto>.

Fig. 41 – fotografia de Rui Oliveira, disponível em <http://ruioliveiraphotospot.blogspot.com/2015/01/>.

Figs. 42 e 43 – desenhos do arquivo da Câmara Municipal do Porto.

Fig. 44 – portal do Mapa da Habitação, desenho disponível em https://db.up.pt/fmi/webd/mapa_habitacao_db.

Fig. 46 – fotografia de Rui Oliveira, disponível em <http://ruioliveiraphotospot.blogspot.com/2015/01/>.

Fig. 47 – arquivo pessoal da autora.

Fig. 48 – recorte de jornal disponível em <https://oprimeirodejaneiro.com.pt/>.

Fig. 49 – fotografia de Alexandre Alves Costa, Porto, 1974, “Condição de habitação”, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/FotosAAlvesCosta/4270.jpg>.

Fig. 50 – arquivo pessoal da autora.

Figs 51 e 52 – imagens do *Google Maps* de 2019.

Figs. 53 e 54 – arquivo pessoal da autora.

Figs. 55 e 56 – fotografias de Leonel de Castro, disponíveis em <https://www.noticiasmagazine.pt/2018/aleixo-vida-um-bairro-no-corredor-da-morte/>.

Figs. 57 e 58 – fotografias de Nelson D’aires, disponíveis em <https://www.nelsondaires.pt/bicicleta-fotografia-de-cena-da-rodagem-e-outras-no-bairro-do-aleixo/>.

Figs. 59 a 61 – fotografias de Manuel Graça Dias, disponíveis em <https://www.instagram.com/manuelgracadias/?hl=pt>.

Figs. 62 e 63 – cartazes realizados por Fernando Pimenta.

Fig. 64 – fotografia disponível em <https://www.facebook.com/portonaosevende/photos/a.1211901832230109/2250824401671175/?type=3&theater>. 1 de Maio de 2019.

Figs. 65 a 71 – arquivo pessoal da autora.

Figs. 72 a 80 – MOREIRA, Paulo, PESTANA, Mariana, “Aleixo Sempre”, in *Jornal dos Arquitectos* n° 249, Jan – Abr 2014, pp. 282-297, fotografias de Nelson D’aires, disponíveis em <http://arquivo2.jornalarquitectos.pt/aleixo-sempre/>.

Figs. 81 e 82 – fotografias disponíveis em <https://observador.pt/2019/04/09/bairro-do-aleixo-ficara-vazio-em-maio-e-torres-vaio-ser-desmontadas/>.

Fig. 83 – fotografia da revista *Punkto*, disponível em https://www.revistapunkto.com/2015/10/manual-de-reabilitacao-de-cidades-e_14.html.

Figs. 84 e 85 – fotografias disponíveis em <http://www.optecfilmes.com/as-operacoes-saal>.

Figs. 86 a 91 – desenhos do arquivo da Câmara Municipal do Porto.

Figs. 92 e 93 – fotografias disponíveis em <https://www.archdaily.com/870685/ad-classics-pruitt-igoe-housing-project-minoru-yamasaki-st-louis-usa-modernism>.

Figs. 94 a 96 – fotografias disponíveis em <https://archpaper.com/2014/07/federal-agency-eyes-st-louis-pruitt-igoe-site-for-new-development/>.

Fig 97 – fotografia de Laurent Kronental, disponível em <https://slate.com/human-interest/2016/01/laurent-kronental-photographs-paris-fading-grands-ensembles-housing-projects.html>.

Fig. 98 – montagem dos arquitectos Lacaton e Vassal, disponível em <https://chroniques-architecture.com/imaginaire-de-transformations-ou-la-mise-a-jour-des-hlm-par-lacaton-vassal/>.

Fig. 99 – fotografia disponível em <https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80>.

Fig. 100 – fotografia disponível em <https://www.atlasofplaces.com/architecture/tour-bois-le-pretre/>.

Fig. 101 – montagens dos arquitectos Lacaton e Vassal, disponíveis em https://www.lacatonvassal.com/data/documents/20140220-121242LV_FchA4_HabitatTransfo_PLUS_bd.pdf.

Figs. 102 e 103 – fotografias disponíveis em <https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=56>.

Fig. 104 – arquivo pessoal da autora.

Figs. 105 a 111 – fotografias disponíveis em <https://www.archdaily.com/559617/cultural-and-sports-center-bruther>.

Fig. 112 – fotografia de Smithson Family Collection, 1972, disponível em <https://municipaldreams.wordpress.com/2014/02/11/robin-hood-gardens-poplar-presence-dignity-and-a-bit-grim/>.

Figs. 113 a 117 – arquivo pessoal da autora.

Figs. 118 a 121 – fotografias disponíveis em <https://www.archdaily.com.br/802730/sala-beckett-flores-and-prats>.

Fig. 122 – fotografia disponível em <https://www.lacatonvassal.com/index.php?idp=80>.

Fig. 123 – desenho realizado pela autora.

Figs. 124 e 125 – desenhos do arquivo da Câmara Municipal do Porto, editados pela autora.

Figs. 126 a 132 - desenhos realizados pela autora.

Fig. 133 – colagem do arquivo pessoal da autora.
Figs. 134 a 155 - desenhos realizados pela autora.
Figs. 156 a 160 - fotografias disponíveis em <https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetos/sesc-pompeia-lina-bo-bardi/>.
Fig. 161 - desenho realizado pela autora.
Figs. 162 a 166 – fotografias disponíveis em <http://www.theportugalwire.com/portugal-stumble-guide/ccstop-a-community-driven-urban-renewal-project-in-porto>.
Figs. 166 a 170 – fotografias disponíveis em <https://pt.inesmota.net/familia-fragmentada-patrick-murys.html>.
Figs. 171 a 174 – arquivo pessoal da autora.
Figs. 175 a 179 – fotografias disponíveis em <http://archeyes.com/teatro-oficina/>.
Figs. 180 a 188 - desenhos realizados pela autora.
Fig. 189 – desenho do arquitecto Manuel Teles, disponível no arquivo da Câmara Municipal do Porto.
Fig. 190 – fotografia disponível em <https://gulbenkian.pt/fundacao/auditorios/>.
Fig. 191 – arquivo pessoal da autora.
Fig. 192 - montagem dos arquitectos Flores e Prats, disponível em <https://www.archdaily.com/799128/sala-beckett-flores-and-prats>.
Fig. 193 – fotografia disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/783522/classicos-da-arquitetura-unidade-de-habitacao-le-corbusier/5037e7e728ba0d599b0003b5-ad-classics-unite-d-habitation-le-corbusier-photo>.
Figs. 194 a 202 – arquivo pessoal da autora.



Fig. 202. Fotografia do interior da torre 3 do Bairro do Aleixo. Porta de uma casa encerrada pela Câmara.